

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO



**Tribunal Regional do Trabalho do Paraná**

Relatório Anual de Atividades  
Eventos de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores  
2012

## SUMÁRIO

1. COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO E DO CONSELHO ADMINISTRATIVO .....	3
2. AÇÕES DESTACADAS.....	3
2.1. II Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná.....	3
2.2. Núcleos Regionais da Escola Judicial.....	6
2.3. Comissão de Publicações – Revista Eletrônica .....	7
2.4. Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe/JT - Meta 15/2012 CNJ.8	
2.5. Duas Turmas de Pós Graduação - Especialização em Direito .....	11
2.6. Pareceres .....	19
2.7. Eventos de Formação Inicial e Educação Continuada de Magistrados .....	20
2.8. Aperfeiçoamento de Magistrados - Cursos de Pós-Graduação [em continuidade] .....	28
2.9. Programa Plurianual de Pós-Graduação para Servidores .....	29
2.10. Ações de Capacitação em Gestão Estratégica para Servidores - Meta 15/2012 - CNJ .....	29
2.11. Programa de Desenvolvimento Gerencial - Lei 11.416/2006.....	30
2.12. Programa de Desenvolvimento para Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.....	33
2.13. Ambientação para Servidores Recém-Ingressos oriundos do Concurso Público de 2010 ...	37
2.14. Cursos Internos Desenvolvidos em Apoio a Outras Unidades .....	41
3. CURSOS EXTERNOS.....	43
3.1. Ações de Capacitação em apoio à Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação.....	56
3.2. Ações de Capacitação em apoio à Secretaria de Tecnologia da Informação.....	57
4. QUANTITATIVO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO .....	59
5. QUADROS E TABELAS .....	60
5.1. Quadros Demonstrativos de Cursos Externos.....	60
5.2. Quadro Cursos de Pós-Graduação .....	66
5.3. Quadro Eventos Internos - Formação de Magistrados.....	67
5.4. Quadro Cursos Internos - Capacitação de Servidores.....	70
5.5. Quadro de Cursos Internos - Apoio a Outras Áreas .....	74
5.6. Quadro Demonstrativo - Resumo .....	75
ANEXO I - Regulamento Interno da Escola Judicial .....	76
ANEXO II - Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial .....	86
ANEXO III - Propostas Aprovadas pela II Semana Institucional da Magistratura .....	102
ANEXO IV - Ata de Instalação do Núcleo Regional de Cascavel da Escola Judicial .....	108
ANEXO V - Termo de Instalação do Núcleo Regional de Londrina da Escola Judicial.....	109

## 1. COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO E DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Ao longo do primeiro semestre de 2012 a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, até a aprovação em 10 de setembro de 2012 das Resoluções Administrativas 136 e 137 (Anexos I e II), do Órgão Especial, utilizou em sua composição e funcionamento como referências as normativas Resolução Administrativa 56/2009 (Órgão Especial, de 25/05/2009) que tratava do Regulamento Interno, e a diretriz do Projeto Pedagógico da Escola aprovado pela Resolução Administrativa 57/2009 (Órgão Especial de 25/05/2009). Com o apoio da Professora Doutora Acácia Zeneida Kuenzer tanto o Regulamento Interno quanto o Projeto Político e Pedagógico vigente para o quinquênio 2012/2017 tiveram conteúdos expressivamente atualizados, mantendo a inserção na diretriz de planejamento estratégico traçada para todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Primeira revisão e atualização de Projeto Pedagógico, documento que sistematiza os princípios e diretrizes que orientarão as suas ações no próximo quinquênio (2012-2017), tendo em vista o cumprimento de suas finalidades, previstas no Regulamento Interno.

O Projeto Político e Pedagógico vigente para o quinquênio 2012/2017 é documento elaborado visando a conferir consistência e qualificação às atividades jurisdicionais, com o desígnio maior de instituir um ambiente propício à formação tecnicamente adequada e eticamente humanizada dos protagonistas aos quais foi confiada a nobre tarefa de viabilizar e concretizar a entrega da prestação jurisdicional efetiva.

No biênio 2012/2013, conforme a Resolução Administrativa nº 116/2011 do Órgão Especial, que aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, passando a ser integrada pelas Desembargadoras Marlene T. Fuverki Suguimatsu, como Diretora, e Ana Carolina Zaina como Vice-Diretora; os Juízes Titulares Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, Coordenador, e Eduardo Milléo Baracat, Vice-Coordenador; representando os Desembargadores, Desembargadores Arion Mazurkevic e Nair Maria Ramos Gubert; representando os Juízes Titulares, Juízes Cássio Colombo Filho e Valéria Rodrigues Franco da Rocha; representando os Juízes Substitutos, Juízes Lourival Barão Marques Filho e Rafael Gustavo Palumbo. A composição do Conselho Administrativo foi ampliada pela RA nº 24/2012, passando o Diretor Cultural da AMATRA-IX a ocupar assento permanente (alteração do art. 5º do Regimento Interno da EJ).

## 2. AÇÕES DESTACADAS

### 2.1. II Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná

A organização das Semanas Institucionais é de responsabilidade da Escola Judicial, evento que tem por escopo promover reflexões a respeito da prática jurisdicional e seu aprimoramento, em ambiente cooperativo, de construção de conhecimento coletiva e de interação dos magistrados, aproximando as duas instâncias do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

A Coordenação científica da II Semana Institucional, regulamentada pelo Ato nº 123, de 21 de junho de 2012, ficou a cargo dos seguintes magistrados: Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Desembargadora Ana Carolina Zaina; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira; Juíza Lisiane Sasson Fassetti Bordin.

O lançamento do evento ocorreu no mês de julho, quando comunicada a existência de espaço específico destinado à Semana no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), este, o canal oficial no desenvolvimento dos trabalhos (Of. Circ. Nº 111/2012 e e-mail's).

As proposições apresentadas pelos magistrados, no período do lançamento até 06 de setembro, foram submetidas a prévio debate no ambiente virtual, cujas temáticas inseriam-se um dos três Eixos Temáticos que estruturaram a Semana:

- Direito Processual do Trabalho e Gestão Procedimental;
- Direito do Trabalho e Política Judiciária; e,
- Gestão Institucional e PJe-JT.

Para cada um dos Eixos havia uma Comissão de Estudos Prévios, à qual competiu promover pesquisa sobre os assuntos, a fim de preparar o material nos cadernos que foi enviado aos participantes para exame nos subgrupos durante a II Semana Institucional.

O evento foi realizado no período de 24 a 28 de setembro de 2012 na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e contou com a **participação de 160 (cento e sessenta) magistrados**, incluindo Juízes Titulares e Substitutos, da capital e interior, e Desembargadores do Tribunal.

Destaca-se o fato de as oficinas pedagógicas realizadas durante a II Semana Institucional e baseadas nas proposições apresentadas no ambiente virtual (MOODLE) da Escola Judicial, resultaram na **aprovação de 30 (trinta) propostas que se encontram no Anexo III** do presente relatório, resultado de um trabalho colaborativo da magistratura paranaense para consideração em suas ações jurisdicionais e administrativas.

Esta segunda edição da Semana apresentou como novidade a **Comissão de Retrospectiva**, formada pelo Desembargador Célio Horst Waldraff e Juízes Leonardo Vieira Wandelli e Roberto Dala Barba Filho, encarregada de promover a interlocução do conjunto de magistrados com os diferentes setores da Administração, motivando o diálogo intrainstitucional.

No ambiente virtual, os magistrados puderam conferir as proposições aprovadas na I Semana Institucional, tendo via de comunicação com a Comissão por meio de um Fórum, recurso pedagógico do Moodle, denominado “Falando com a Comissão de Retrospectiva”.

A Comissão contou com momento especial da programação, no dia 24 de setembro, oportunidade em que foram apresentados aos magistrados os resultados avaliativos dos desdobramentos institucionais e progressos nos encaminhamentos das 44 (quarenta e quatro) proposições aprovadas na I Semana Institucional.

Outra novidade foi o **“Circuito Saúde”**, espaço dedicado a temas referentes à saúde dos magistrados aliando a base informativa e atividades investigatórias de situações potenciais de doenças diversas, dando cumprimento, inclusive, a uma das proposições da I Semana Institucional.

O Circuito contou com 05 (cinco) oficinas organizadas pelas Seções Médico-Odontológica; de Fisioterapia e Segurança do Trabalho; e, a de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional.

A Seção Médico-Odontológica (SMO), em parceria com Unimed Curitiba, Instituto de Oftalmologia de Curitiba (IOC) e Central Estadual de Transplantes, realizou três oficinas:

- “Preservando a Saúde e Promovendo a Qualidade de Vida” – a oficina objetivou promover a saúde, detectar possíveis casos de alterações da saúde ocular, hipertensão arterial, diabetes. Dos participantes da Semana, 138 (cento e trinta e oito) magistrados foram atendidos e realizados um total de 501 procedimentos.

- “Alimento Funcional x Saúde Ideal” – 120 (cento e vinte) participantes receberam orientações nutricionais e realizaram a aferição do Índice de Massa Corporal (IMC).

- “Salvando Vidas” – a oficina teve por objetivo treinar os participantes para realizar manobras essenciais de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e utilização do aparelho Desfibrilador Externo Automático (DEA) em situações de emergências cardiológicas.

A Seção de Fisioterapia e Segurança do Trabalho (SEFIST) realizou a oficina “Movimente-se com Saúde”, onde foram divulgadas informações sobre a postura correta no ambiente de trabalho, verificar o risco cardiovascular, as condições da saúde lombar, a prática de exercícios físicos e orientar sobre segurança no trabalho, visando à melhora da qualidade de vida dos magistrados e magistradas e a prevenção de acidentes. O atendimento alcançou 112 (cento e doze) magistrados. Na mesma oportunidade a SEFIST disponibilizou vídeos lúdicos que exemplificaram situações inseguras de trabalho (“Coffee Break com Segurança”).

A equipe de psicologia da Seção de Desenvolvimento Pessoal e Organizacional realizou a oficina “Stress, Saúde e Trabalho”, com o objetivo de avaliar a presença de quadros de estresse entre os magistrados bem como identificar as fontes de estresse ocupacional. A oficina envolveu uma breve explanação sobre o assunto, seguida da aplicação de dois instrumentos: Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp - ISSL e Inventário de Fontes Estressoras na Atividade Profissional do Juiz do Trabalho –IFSJ.

Os participantes com alterações detectadas foram devidamente orientados pelo SMO, conforme cada caso, sendo que os resultados dos procedimentos foram enviados aos e-mails dos magistrados juntamente com orientações individualizadas.

Dada a relevância do tema, porque o TRT 9ª encontrava-se às vésperas de receber a instalação do **Processo Judicial Eletrônico - PJe nacional**, foi oportunizada a apresentação do projeto e aberto espaço para esclarecimentos.

Por fim, em razão das Resoluções 8, 9 e 10 da ENAMAT, que tratam da formação continuada obrigatória de magistrados, o tempo efetivamente destinado à II Semana Institucional foi considerado como **horas de capacitação**, dadas as suas características, que permitiram fossem consideradas como atividades de formação.

A II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná obedeceu a seguinte **programação**:

#### **Dia 24/09**

- 14h: Solenidade de Abertura – com apresentação de retrospectiva sobre os temas abordados na I SEMANA INSTITUCIONAL, detalhando-se o desenvolvimento das ações de implementação das proposições acolhidas no ano anterior, pela Exma. Desembargadora Presidente do TRT9ª, Dra. Rosemarie Diedrichs Pimpão.
- 17h: Mensagem da Comissão de Acessibilidade – com entrega do Certificado de Sustentabilidade às unidades judiciárias e aos setores que desenvolvem cotidianamente atitudes voltadas às boas práticas de sustentabilidade.
- 18h: Debate Temático com a Comissão de Retrospectiva da I Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná.

#### **Dia 25/09**

- 8h30 às 12h: Início das Oficinas Pedagógicas: Eixo I – Direito Processual do Trabalho e Gestão Procedimental.
- 14h às 18h: Oficinas Pedagógicas do Eixo 2 – Direito do Trabalho e Política Judiciária.

#### **Dia 26/09**

- 8h30 às 9h: Mensagem da Comissão de Avaliação Permanente de Documentos.
- 9h às 12h: Conferência e Debates: PJe/JT Desafios de Implantação. Palestrante o Exmo. Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT-BA) Coordenador do Comitê Gestor do PJe/TJ CSJT e TST.
- 14h às 18h: Oficinas Pedagógicas do Eixo III – PJe/JT e Gestão Institucional.

#### **Dia 27/09**

- 8h45 às 12h30: Circuito Saúde – Evento voltado à qualidade de vida dos magistrados, com atividades focadas na prevenção da saúde e bem estar ocupacional. Durante o Evento os magistrados puderam obter informações sobre Nutrição, Segurança do Trabalho, Atitudes em caso de parada cardíaca, bem como medir taxas de glicose, pressão, exames de fundo de olhos, realizar medidas ergonômicas em posto simulado de ambiente de trabalho e realizar uma avaliação do estresse ocupacional.
- 14h15: Registro Fotográfico do Evento.

- 14h30 às 19h: Oficina Pedagógica Plenária e encerramento dos Trabalhos.

Além disso, para atender a **Meta 15 do CNJ** para 2012, que previa “*Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e [...] e em Gestão Estratégica*”, o Conselho Administrativo da Escola Judicial, considerou como ação de formação em gestão estratégica, tanto pela temática abrangente em gestão, quanto pelas estratégias pedagógicas utilizadas, na modalidade presencial e em EaD ( Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJ-Moodle), com carga horária mínima de **20 horas**, com relatórios de aproveitamento individualizados, a II Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná. O público de magistrados do TRT da 9ª Região, integrado por 197 magistrados, sendo 29 Desembargadores e 168 Juízes de 1º Grau, teve entre os participantes **130 Magistrados, ou seja, 65,9%** que alcançaram formação igual ou superior a 20 horas.

## 2.2. Núcleos Regionais da Escola Judicial

A Escola Judicial, visando interiorizar as ações formativas de magistrados e de capacitação de servidores, solicitou à Presidência a implantação de unidades representativas em Cascavel, Londrina e Maringá.

Conforme Ata da 3ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial, realizada em 23 de março de 2012, o Conselheiro Coordenador, Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti noticiou a confirmação pela Presidência de interiorização da Escola Judicial em Cascavel, implantação que contou com o apoio do Juiz do Trabalho dessa localidade, Dr. Daniel Rodney Weidman.

Em solenidade no dia 02 de abril de 2012 foi efetivada a primeira tentativa de institucionalizar a interiorização, no modelo de Núcleos Regionais, com a instalação do **Núcleo Regional de Cascavel da Escola Judicial**.

Na ocasião, conforme consta da Ata de Instalação (Anexo IV), estiveram presentes a Desembargadora Presidente do TRT da 9ª Região, Rosemarie Diedrichs Pimpão, a Diretora da Escola Judicial Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu; o Coordenador da Escola Judicial Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e o representante da Diretora do Fórum do Trabalho de Cascavel e o Coordenador do Núcleo Regional, Juiz Daniel Rodney Weidman; além da presença de autoridades, servidores e convidados.

Nos termos da Ata da 9ª Reunião do Conselho Administrativo da Escola Judicial, em 09 de novembro de 2012, os Conselheiros, sopesando a aprovação do Regulamento Interno da Escola Judicial, por meio da Resolução Administrativa nº 136/2012, que contempla a instalação de Núcleos Regionais da EJ, e em vias de instalação das poltronas adquiridas pela descentralização orçamentária da ENAMAT, decidiram que, sendo viável, ocorresse a instalação do Núcleo Regional de Londrina no dia 30 de novembro, quando celebrado o 50º aniversário da Justiça do Trabalho de Londrina.

Salientou-se, naquela oportunidade, a inauguração das instalações do Núcleo Regional de Cascavel, quando encaminhadas poltronas e equipamentos originários da descentralização da ENAMAT.

Em 30 de novembro de 2012, conforme Termo de Instalação (Anexo V), foi realizada a instalação do **Núcleo Regional de Londrina da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho**, durante solenidade que marcou o 50º aniversário da Justiça do Trabalho em Londrina, estando presentes o Vice-Presidente do TRT da 9ª Região, Desembargador Altino Pedrozo dos Santos; do Coordenador da Escola Judicial, Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, do Diretor do Fórum Trabalhista de Londrina, Juiz do Trabalho Reginaldo Melhado e do Coordenador do Núcleo Regional que se instalou, Juiz Manoel Vinícius de Oliveira Branco; além de outras autoridades, magistrados, servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região. O Núcleo Regional da Escola Judicial foi instalado conforme previsto na Resolução Administrativa 136/2012 do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região.



Insta salientar que o Juiz Manoel Vinícius de Oliveira Branco coordena o Núcleo Regional de Londrina da Escola Judicial, sendo que, em razão da remoção do Juiz Daniel Rodney Weidman, os Conselheiros deliberaram consultar o Juiz Adylson Funez quanto ao seu interesse em exercer a Coordenação do Núcleo Regional de Cascavel, o que seria realizado pela Conselheira Diretora.

### 2.3. Comissão de Publicações – Revista Eletrônica

A Comissão de Publicações tem as atribuições de deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações que assegurem a execução do programa editorial da Escola Judicial, incluindo o seu site, a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e a avaliação de mérito quanto às aquisições destinadas à Biblioteca. O Regulamento Interno estabelece no art. 7º da Comissão de Publicações e, em seu apoio administrativo (art. 19) a Seção de Publicações. O Conselho Administrativo definiu os integrantes da Comissão, os Exmos. Conselheiros Desembargadoras Marlene Fuverki Suguimatsu e Nair Ramos Gubert e Juiz Cássio Colombo Filho.

Editada desde outubro de 2011, a Revista Eletrônica, publicada mensalmente, completou o ano de 2012 com a 14ª edição, atingindo **232.877 acessos** (considerando-se todas as Revistas até então publicadas, inclusive as de número 1 a 3, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, cujos temas foram respectivamente: Ação Civil Pública, Revista Íntima e Normas Internacionais, que **receberam 26415, 20402 e 30576 visitas, cada uma**).

A pesquisa é realizada por grupo de servidores do Regional, sob a coordenação do Desembargador Luiz Eduardo Gunther, e traz, a cada mês, acórdãos, sentenças, ementas, artigos, resenhas, vídeos, fotos, notícias, sempre versando sobre um tema previamente escolhido e aprovado pelos Excelentíssimos Conselheiros da Escola Judicial.

Em alguns meses, a Revista se apresentou como verdadeiro registro dos eventos realizados pelo Regional, tais como as edições que trataram da Conciliação (volume II) e da Semana Institucional. Durante o ano de 2012 foram publicadas onze revistas.

A Revista Índice, homenagem à Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, contém quatro diferentes índices das publicações impressas, desde o primeiro volume editado em 1976, num total de 67 revistas, várias delas em dois volumes, atualmente acessíveis pelo site do Regional em arquivos digitais.

REVISTA nº	MÊS	TEMA	VISITAS
4	jan/fev	Substituição Processual	22342
5	março	Acidente de Trabalho	22768
6	abril	Normas Coletivas do Trabalho	19177
7	maio	Conciliação	17110
8	junho	Execução Trabalhista	22079
9	julho	Conciliação II	8171
10	agosto	Terceirização	13752
11	setembro	Direito Desportivo	18291
12	outubro	Direito de Imagem	8001
13	novembro	Semana Institucional	2014
14	dezembro	Índice	1779
		<b>Total (incluindo revistas 1 a 3/2011)</b>	<b>232.877</b>

#### 2.4. Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT (cumprimento à Meta 15/2012 CNJ)

A Meta 15 previu “**Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica**”. O cumprimento à primeira parte da Meta 15 ocorreu em reta razão à execução, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, da Meta 16/2012 que estipulou “implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJE em pelo menos 10% (dez por cento) das Varas do Trabalho de cada Tribunal”.

- a) **Meta 15 - Magistrados: “Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico [...]”**

O Cronograma de **Formação dos Excelentíssimos Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, em iniciativas dedicadas a capacitar para o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT, atentou à Resolução nº 94 do CSJT e ao calendário de Implantação estipulado pelo Ato CSJT.GP.SG nº 190/2012, módulos de 1º e 2º Graus, cujo lançamento ocorreu com a Vara Piloto de Pinhais e a classe processual Mandado de Segurança que tramita na Seção Especializada (integrada por onze desembargadores), em 19 de outubro de 2012.

Na perspectiva dos conteúdos formativos das ações, balizaram o Planejamento e Execução do Cronograma os parâmetros do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho consubstanciados nas Resoluções ENAMAT nºs 8, 9 e 10; suporte nas ações coordenadas pelo Comitê Nacional de Implantação e material de apoio instrucional que veio a ser disponibilizado a partir da segunda semana de setembro de 2012, consistente no Manual da Ferramenta *on line*, Fluxos de Trabalho e Ambiente Operacional de Treinamento.

A formação dos magistrados inspirou-se em recursos pedagógicos de natureza composta e coordenada, de acordo com as necessidades prioritárias de formação dos magistrados, individualmente considerados (se vinculados a Unidades em que fosse ser implantado o PJe/JT, como os Senhores Desembargadores integrantes da Seção Especializada, ou se vinculados a Unidades com previsão ulterior). O catálogo múltiplo dos recursos pedagógicos disponibilizados pela Escola Judicial, acompanhados de relatórios individualizados de aproveitamento, foram os que são a seguir discriminados:

- Plataforma Moodle (EaD), utilizada em atividades autoinstrucionais a distância - Manual de Ferramenta *on line*, Fluxo de Trabalho do Desembargador (Manual de Seções) para o 2º Grau; Fluxo de Trabalho (1º Grau) e Manual do Magistrado de 1º Grau;

- Atividades presenciais de formação de magistrados, realizadas em Laboratório de Informática da Escola Judicial, que consistiram providências prioritárias da Administração do TRT-9ª Região, de acordo com as especificações do Ofício CIR. ENAMAT nº 047/2012; foram oferecidas exclusivamente por Magistrados Multiplicadores formados pela ENAMAT, com apoio de servidores da área de TI com conhecimento de parametrização do PJe/JT no TRT da 9ª Região; atuaram como Multiplicadores, o Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão (do TRT 5ª Região e Coordenador do Comitê Gestor do PJe/JT CSJT/TST), para um público de **17 Desembargadores**, com duração de **7 horas** de formação, nos dias 17 e 18 de outubro de 2012; o Juiz Alexandre de Azevedo Silva (do TRT 10ª Região e integrante do Comitê Gestor do PJe/JT e o Juiz Plínio Podolan (do TRT 23ª Região, multiplicador da ENAMAT ), para um público de **9 Juízes**, com duração de **12 horas** de formação, nos dias 10 e 11 de outubro; o Juiz Marcus Aurélio Lopes ( multiplicador do TRT da 9ª Região), para um público de **11 Juízes**, com duração de **12 horas** de formação, nos dias 22 e 23 de outubro; e para um público de **7 Juízes**, com duração de **12 horas** de formação, nos dias 10 e 11 de dezembro; o Juiz Lourival Barão Marques Filho



(multiplicador do TRT 9ª Região), para um público de **13 juízes**, com duração de **12 horas** de formação, nos dias 26 e 27 de novembro;

- Atividades presenciais promovidas no ambiente simulado na própria Unidade Judiciária (em datas variadas do Calendário e de acordo com Atos de Suspensão de Expediente Externo editados pela Corregedoria-Regional);

- Atividades presenciais durante a II Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná, no dia 26 de setembro de 2012: Debates e Conferência “*PJe/JT Desafios de Implantação*”. Conferencista Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão (TRT 5ª Região e Coordenador do Comitê Gestor do PJe/JT CSJT/TST) [4 horas, das 8h30min às 12h30min/Ação formativa dialógica com participação de **164 magistrados**]; Oficinas Pedagógicas do Eixo III – “PJe/JT e Gestão Institucional” (4 horas, das 14h00min às 18h00min de 26 de setembro/Ação formativa dialógica com participação de **158 magistrados**), com total de **8 horas para 158 magistrados**;

- Atividades presenciais, com o intuito de multiplicação futura dos conteúdos formativos, em ações de formação promovidas pela ENAMAT: 2ª Turma Nacional de Multiplicadores da ENAMAT (20 a 22 de agosto de 2012/ 19 horas de formação), cujos participantes foram os Excelentíssimos Magistrados: Desembargador Arion Mazurkevich e Juiz Marcus Aurélio Lopes; 2ª Turma Nacional de Multiplicadores – ENAMAT/CSJT (3 a 5 de setembro de 2012/ 19 horas de formação), Desembargadores Edmilson Antonio de Lima, Benedito Xavier da Silva, Juízes Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira, Odete Grasselli e Lourival Barão Marques Filho. **Total de 19 horas para sete magistrados.**

O público de magistrados do TRT da 9ª Região é integrado por **197 magistrados**, sendo 29 Desembargadores e 168 Juízes de 1º Grau, dos quais **50 magistrados (25%)**, sendo **8 desembargadores (4%)** e **42 magistrados de 1º Grau (21%)**, alcançaram formação igual ou superior a **20 horas** no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe/JT.

b) **Meta 15 - Servidores: “Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico [...]”**

Para subsídio ao cômputo do público de servidores objetivado para capacitação no PJe/JT, tomou-se por parâmetro o total de servidores ativos do Quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em exercício efetivo no Paraná (portanto, excluídos os servidores cedidos, extraquadros ou permutados). Com tais características são consideráveis **2.132** (dois mil, cento e trinta e dois) servidores e a proporção de 20% a ser atingida corresponderia a **426** (quatrocentos e vinte e seis) servidores.

Em idêntica oferta das ações de capacitação, a Escola Judicial utilizou repertório de recursos pedagógicos de natureza composta e coordenada, de acordo com as necessidades prioritárias de formação dos servidores, individualmente considerados (se vinculados a Unidades em que fosse ser implantado o PJe/JT, como os servidores de Varas do Trabalho incluídas no Cronograma de implantação de 2012 ou lotados em Gabinetes de Desembargadores integrantes da Seção Especializada, ou, prioritariamente em EaD sem atividades presenciais, se vinculados a Unidades com previsão de atuação ulterior, até pela perspectiva de permanente atualização do Sistema PJe/JT). O catálogo múltiplo dos recursos pedagógicos disponibilizados pela Escola Judicial, acompanhados de avaliações de reação, foram os que são a seguir discriminados:

- **225** (duzentos e vinte e cinco) servidores realizaram o Curso “ELEMENTOS DO PROCESSO JUDICIAL EM MEIO ELETRÔNICO”, com **20 horas** de duração, oferecido na modalidade em EaD, disponibilizado na ferramenta Moodle da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Período de realização: 19 de novembro a 9 de dezembro de 2012;

Conteúdo programático:

Unidade 1 - Uma nova maneira de ver o processo judicial.

Objetivo: Compreender o atual momento do serviço judiciário, que vive a transição para o suporte digital, na qual a representação do processo judicial deixa de ter o papel como regra.

Unidade 2 - Atividade judicial e a convivência entre dois mundos.

Objetivo: Identificar o uso da tecnologia da informação nos serviços judiciários e seus efeitos.

Unidade 3 - Informação digital.

Objetivo: Compreender como a informação processual é produzida e recuperada. Identificar como, a partir do novo marco legal, a informação processual passa a ser produzida e recuperada.

Unidade 4 - A virtualização do processo judicial.

Objetivo geral: Compreender os efeitos produzidos em nossa atividade, com o advento do processo judicial.

Unidade 5 - Certificação Digital.

Objetivo: Compreender o que é certificação digital.

Unidade 6 - Sistema PJE.

Objetivo: Reconhecer as principais funcionalidades do Sistema PJE na visão de magistrados e servidores.

Autoavaliação: Resolução de questionário ao término do curso.

- **Todos os servidores capacitados presencialmente**, tiveram apoio complementar, mediante atividades autoinstrucionais, na modalidade em EaD, com **carga horária média estimada de 14 horas** – Fluxo Geral de 1º Grau; Fluxo Geral de 2º Grau PJe Módulo – Servidores; CSJT Manual Sessão de Julgamento 2 Versão 1; (considerando a perspectiva de permanente atualização do Sistema PJe/JT, periodicamente os Manuais deverão ser atualizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle);

- **283** (duzentos e oitenta e três) servidores realizaram Cursos Presenciais com, **no mínimo, 06 horas-aula** oferecidos no Laboratório na Av. Vicente Machado, 400, térreo, que tem capacidade para 20 alunos, e protagonizados por servidores multiplicadores da denominada “área de negócio” em conjunto aos da “área de TI” com conhecimento parametrizado do PJe/JT, coordenados pela Escola Judicial. Foram realizados 14 (quatorze) cursos entre 8 de outubro e 14 de dezembro de 2012;

- **35** (trinta e cinco) servidores realizaram Cursos Presenciais de **05 horas-aula** [atividades de capacitação para além dos cursos presenciais no Laboratório do PJe/JT] no momento denominado “Ambiente Simulado na própria Unidade”, tendo como multiplicadores servidores ligados à Distribuição ou à Direção de Secretaria;

- Capacitação presencial na Vara Piloto do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com acompanhamento dos Juízes Multiplicadores Lourival Barão Marques Filho e Marcus Aurélio Lopes, além de multiplicadores do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (servidores do TRT 23ª Região) e reunindo além de Diretores de Pinhais, Diretores de Araucária, São José dos Pinhais, Curitiba e Colombo, todos os servidores de Pinhais: **17** (dezessete) servidores, com **24 horas** de capacitação [15 a 18 de outubro de 2012];

Por conseguinte, ao término de 2012, **525 servidores (25%)** do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região cumpriram o mínimo de 20 horas de capacitação em PJe/JT, perfazendo a Meta 15/CNJ de capacitar 20% dos servidores em PJe/JT.

## 2.5. Duas Turmas de Pós Graduação - Especialização em Direito

Desenvolvimento de duas Turmas de Especialização em Direito, previstas no **Projeto Plurianual de Capacitação de Assessores e Assistentes de Gabinetes de Desembargadores e Juizes**, que propiciará até 2016 cursos de pós-graduação *lato sensu* a servidores vinculados à atividade-fim (oito turmas de cinquenta alunos cada), observado o conteúdo programático aprovado pelo Conselho Administrativo da Escola Judicial.

O primeiro curso contratado (mediante o PR 24/2011 e Contrato 44/2011) – curso de **Especialização *lato sensu* em Direito: capacitação avançada para o assessoramento na jurisdição trabalhista** - é voltado à turma de 50 servidores lotados em gabinetes de Desembargadores. Previu a Aula Magna para 12/12/2011 e o período de aulas regulamentares de 1º de março a 30 de novembro de 2012.

<b>ANEXO I - Relatório das atividades da 1ª Turma de Especialização: término do 1º semestre presencial - período de 29 de fevereiro a 29 de junho de 2012 (192 horas-aula presenciais)</b>				
<b>Dias e horários das aulas:</b>				
<b>5ª e 6ª feiras – 8h30min às 12h10min</b>				
<b>5ª feira – 18h30min às 22h10min</b>				
<b>Aula Magna:</b> "Direito Constitucional e emancipação social" ministrada pelo professor Clèmerson Merlin Clève. A solenidade de abertura foi presidida pela Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.				
<b>PROFESSOR</b>	<b>Data</b>	<b>Carga horária do módulo</b>	<b>Módulo</b>	<b>Ementas</b>
<b>CELSO LUÍS LUDWIG</b>	01/03/2012	8 horas	Módulo C	HERMENÊUTICA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. ESGOTAMENTO DOS PARADIGMAS JUSNATURALISTA E POSITIVISTA. CRÍTICA AO DECISIONISMO. CORRENTES CONTEMPORÂNAS DA FILOSOFIA DO DIREITO. A JUSTIÇA.
<b>RICARDO MARCELO FONSECA</b>	02/03/2012	4 horas	Módulo A	O MUNDO DO TRABALHO. HISTÓRIA DO TRABALHO. SOCIOLOGIA E ECONOMIA DO TRABALHO. MODOS DE PRODUÇÃO E CRISE. OS SENTIDOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE. A REALIDADE BRASILEIRA.
<b>AGOSTINHO RAMALHO</b>	08/03/2012	4 horas	Módulo C	HERMENÊUTICA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. ESGOTAMENTO DOS PARADIGMAS JUSNATURALISTA E POSITIVISTA. CRÍTICA AO DECISIONISMO. CORRENTES CONTEMPORÂNAS DA FILOSOFIA DO DIREITO. A JUSTIÇA.
<b>JOSÉ DARI KREIN</b>	08/03/2012	8 horas	Módulo A	O MUNDO DO TRABALHO. HISTÓRIA DO TRABALHO. SOCIOLOGIA E ECONOMIA DO TRABALHO. MODOS DE PRODUÇÃO E CRISE. OS SENTIDOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE. A REALIDADE BRASILEIRA.
	09/03/2012			
<b>VERA KARAM</b>	15/03/2012	8 horas	Módulo C	RETÓRICA, LÓGICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO. TEORIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS. PRÁTICA DA METÓDICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS.
	16/03/2012			
<b>DAVID SÁNCHEZ RUBIO</b>	22/03/2012	4 horas	Módulo B	TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS.

<b>RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA</b>	22/03/2012	4 horas	Módulo B	AFIRMAÇÃO HISTÓRICA E DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. INTERCULTURALIDADE E ALTERIDADE. EFETIVIDADE E JUDICIALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS. O DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL AO TRABALHO. TEORIA E PRÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. LABORATÓRIO DE TRATAMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.
<b>LEONARDO VIEIRA WANDELLI</b>	23/03/2012	4 horas	Módulo B	RETÓRICA, LÓGICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO. TEORIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS. PRÁTICA DA METÓDICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS.
<b>LUIZ FERNANDO COELHO</b>	29/03/2012	4 horas	Módulo C	TEORIAS DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
<b>PAULO RICARDO SCHIER</b>	29/03/2012	8 horas	Módulo A	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. FONTES DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO E SITUAÇÃO JURÍDICA. FUNÇÃO SOCIAL. MODALIDADES. CONTEÚDO. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO. INADIMPLEMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO. ESTUDO DE CASOS.
	30/03/2012			
<b>MARCOS MALISKA</b>	11/04/2012	4 horas	Módulo A	LINGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA E LINGUAGEM JURÍDICA. MORFOSITAXE. VÍCIOS E IMPROPRIEDADES. REDAÇÃO. CLAREZA E CONCISÃO. TÉCNICA DA DECISÃO JUDICIAL. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS ASPECTOS RELEVANTES. DEBATE PROCESSUAL. PREQUESTIONAMENTO. LABORATÓRIO DE CONSTRUÇÃO E EXPLICITAÇÃO O DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO.
<b>SÉRGIO STAUT</b>	12/04/2012	12 horas	Módulo A	TEORIA GERAL DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS. HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE DE MASSA. ATOS EXISTENCIAIS. CONTRATO: PRINCÍPIOS E TEORIA GERAL. EQUILÍBRIO CONTRATUAL. AUTONOMIA PRIVADA E TUTELA DA LIBERDADE. AS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CIVIL APLICADAS AO TRABALHO. ESTUDO DE CASOS.
	13/04/2012			
<b>RAFAEL MARIO LORIO FILHO</b>	19/04/2012	12 horas	Módulo C	A BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL. A BOA FÉ NO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.
	20/04/2012			
<b>PAULO ROBERTO R. R. NALIN</b>	25/04/2012	12 horas	Módulo A	
	26/04/2012			
<b>ROSALICE FIDALGO PINHEIRO</b>	03/05/2012	4 horas	Módulo B	

<b>EDUARDO BARACAT</b>	03/05/2012	8 horas	Módulo B	BOA-FÉ PRÉ-CONTRATUAL. CASUÍSTICA COM LABORATÓRIO DE PRÁTICA DECISÓRIA. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E BOA-FÉ.
<b>JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL</b>	10/05/2012	4 horas	Módulo B	DIREITOS DA PERSONALIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. O DIREITO À INTIMIDADE E PRIVACIDADE. DIREITO À IMAGEM. PODER FISCALIZATÓRIO E DISCIPLINAR. O ASSÉDIO MORAL. AVALIAÇÃO DO DANO MORAL. DISCRIMINAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO. CRITÉRIOS. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO. ESTUDO DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL, NA EXECUÇÃO E NA TERMINAÇÃO DO CONTRATO.
<b>ALDACY RACHID COUTINHO</b>	10/05/2012	4 horas	Módulo B	
<b>THEREZA CRISTINA GOSDAL -</b>	11/05/2012	4 horas	Módulo B	
<b>CÉLIO HORST WALDRAFF</b>	17/05/2012	4 horas	Módulo C	RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS EM DIFICULDADE ECONÔMICA. REFLEXOS NO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO.
<b>GABRIELA DELGADO</b>	17/05/2012	8 horas	Módulo C	DIREITO DO TRABALHO E EMPRESARIEDADE. EMPREGADOR. TEORIA GERAL DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO. ESTABELECIMENTO. FUNDO DE COMÉRCIO. TERCEIRIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. RESPONSABILIDADE PELOS CRÉDITOS DECORRENTES DO TRABALHO.
<b>ARION MAZURKEVI</b>	24/05/2012	12 horas	Módulo B	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. TEORIA GERAL E ASPECTOS DESTACADOS. DURAÇÃO DO TRABALHO. HISTÓRIA. CARACTERÍSTICAS. JORNADA EXTRAORDINÁRIA. INTERVALOS E DESCANSOS. PROVA DA JORNADA. LABORATÓRIO DE ELABORAÇÃO DE DECISÕES SOBRE ASPECTOS ESPECIAIS.
	25/05/2012			
<b>JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS</b>	31/05/2012	4 horas	Módulo C	PROCESSOS COLETIVOS E INCIDENTES DE COLETIVIZAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. A LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS DE EFICÁCIA SUBJETIVA COLETIVA. PERSPECTIVAS DO NOVO CPC. LABORATÓRIO DE SOLUÇÃO LITÍGIO DE INTERESSES METAINDIVIDUAIS.
<b>SÉRGIO CRUZ ARENHART</b>	31/05/2012	8 horas	Módulo C	
<b>MARTHA HALFELD F. DE MENDONÇA SCHMIDT</b>	14/06/2012	12 horas	Módulo B	NORMAS INTERNACIONAIS RELATIVAS AO DIREITO DO TRABALHO NO ÂMBITO DA OIT, ONU E REGIONAL. INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO, ESTATURA NORMATIVA E EFICÁCIA. DIFERENTES FORMAS DE USO DO DIREITO INTERNACIONAL PELO JUDICIÁRIO NACIONAL. ESTUDO DA

	15/06/2012			JURISPRUDÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E PRECEDENTES JURISDICIONAIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO EM TEMAS ESPECÍFICOS. ATIVIDADE DE GRUPO SOBRE APLICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO EM CASO CONCRETO.
<b>PAULO HENRIQUE KRETZSCHMAR E CONTI</b>	21/06/2012	12 horas	Módulo C	HISTÓRIA E TEORIA GERAL DO PROCESSO. TEORIA DA AÇÃO E DO PROCEDIMENTO. O PROCESSO CONSTITUCIONAL E OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS. OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS NOS RITOS DOS CONFLITOS DO TRABALHO. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E PROCEDIMENTOS DIFERENCIADOS. INSTRUMENTALIDADE E DOGMATICIDADE PROCESSUAL.
	22/06/2012			
<b>LEONARDO VIEIRA WANDELLI</b>	28/06/2012	4 horas	Módulo B	EXTINÇÃO DO CONTRATO. PROTEÇÃO EM FACE DA DESPEDIDA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA. ESTABILIDADES E DESPEDIDA ABUSIVA. LABORATÓRIO DE SOLUÇÃO DE CASOS.
<b>ALDACY RACHID COUTINHO</b>	28/06/2012	8 horas	Módulo B	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS. ALTERAÇÕES REGULAMENTARES. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS POR INSTRUMENTOS COLETIVOS.
	29/06/2012			

**ANEXO II - Relatório das atividades da 1ª Turma de Especialização: término do 2º semestre - presencial - período de 01 de agosto a 06 de dezembro de 2012 (164 horas-aula presenciais)**

**Dias e horários das aulas:**

**5ª e 6ª feiras – 8h30min às 12h10min**

**5ª feira – 18h30min às 22h10min**

<b>PROFESSOR</b>	<b>Data</b>	<b>Carga horária do módulo</b>	<b>Ementas</b>
<b>EROULTHS CORTIANO JUNIOR</b>	01/08/2012	08 horas	TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA APLICAÇÃO NO TRABALHO. NEXO CAUSAL, CAUSA VIRTUAL. PERDA DE CHANCE. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTES DE TRABALHO. ASPECTOS PROCESSUAIS.
<b>JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE NETO</b>	02/08/2012	04 horas	TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA APLICAÇÃO NO TRABALHO. NEXO CAUSAL, CAUSA VIRTUAL. PERDA DE CHANCE. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTES DE TRABALHO. ASPECTOS PROCESSUAIS.
<b>JOSÉ HUMBERTO CESÁRIO</b>	09/08/2012	12 horas	DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO. CONCEITO DE AMBIENTE DE TRABALHO. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE



	10/08/2012		SOCIAL. RESPONSABILIDADE POR DANO AO AMBIENTE DE TRABALHO. TUTELA PROCESSUAL DO AMBIENTE DE TRABALHO E PROATIVIDADE JUDICIAL.
<b>JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS</b>	15/08/2012	12 horas	MODALIDADES E CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE CÁLCULOS. LABORATÓRIO DE DECISÕES SOBRE CÁLCULOS.
	16/08/2012		
<b>ROBERTO DEL CLARO</b>	23/08/2012	08 horas	AS TÉCNICAS DA COGNIÇÃO E AS MODALIDADES DE DECISÕES JUDICIAIS. A SENTENÇA. EFICÁCIA E COISA JULGADA. PROCESSO CAUTELAR.
<b>MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO</b>	24/08/2012	04 horas	AÇÃO RESCISÓRIA.
<b>LUCIANO ATHAYDE JUNIOR</b>	30/08/2012	12 horas	TEORIA GERAL DA PROVA. CONTRADITÓRIO. PROVAS EM ESPÉCIE. CARGAS PROBATÓRIAS DINÂMICAS. NULIDADES NO PROCESSO DO TRABALHO
	31/08/2012		
<b>DIVERSOS PROFESSORES</b>	13/09/2012	08 horas	OFICINA DE SENSIBILIZAÇÃO “TRABALHO DECENTE E A COLETIVIZAÇÃO DO TRABALHO” AUDITÓRIO DA EJ – SOBRELLOJA 147
	14/09/2012	04 horas	
<b>CLÁUDIA SALES VILELA VIANNA</b>	20 e 21/09/2012	08 horas	HISTÓRIA E PRINCÍPIOS GERAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.
<b>SIDNEI MACHADO</b>	20/09/2012	04 horas	HISTÓRIA E PRINCÍPIOS GERAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E O DIREITO DO TRABALHO. ESTUDO JURISPRUDENCIAL.
<b>LAERTE IDAL SZNELWAR</b>	27/09/2012	08 horas	SAÚDE DO TRABALHO. ENGENHARIA DE SEGURANÇA. ERGONOMIA. MEDICINA DO TRABALHO. PSICODINÂMICA DO TRABALHO. GESTÃO ORGANIZACIONAL. DOENÇAS PSÍQUICAS NO TRABALHO. PREVENÇÃO DE RISCOS. ANÁLISE DE PERÍCIAS MÉDICAS
<b>ELVER ANDRADE MORONTE</b>	28/09/2012	04 horas	SAÚDE DO TRABALHO. ENGENHARIA DE SEGURANÇA. ERGONOMIA. MEDICINA DO TRABALHO. PSICODINÂMICA DO TRABALHO. GESTÃO ORGANIZACIONAL. DOENÇAS PSÍQUICAS NO TRABALHO. PREVENÇÃO DE RISCOS. ANÁLISE DE PERÍCIAS MÉDICAS
<b>SÉRGIO FERRAZ DE LIMA</b>	04/10/2012	08 horas	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. O OBJETO TEÓRICO-PRÁTICO JURÍDICO COMO OBJETO CIENTÍFICO. A CONSTRUÇÃO DA MONOGRAFIA JURÍDICA.
<b>MANOEL CAETANO</b>	05/10/2012	04 horas	MANDADO DE SEGURANÇA E OUTRAS AÇÕES DE RITO DIFERENCIADO NO PROCESSO DO TRABALHO.
<b>BEM-HUR CLAUS</b>	18/10/2012	08 horas	TEORIA GERAL DOS RECURSOS. RECURSOS TRABALHISTAS EM ESPÉCIE. O PROCESSO E OS RECURSOS NO MUNDO. PERSPECTIVAS DO NOVO CPC.
	19/10/2012		
<b>CONGRESSO</b>	08/11/2012	12 horas	CONGRESSO “DIREITO SINDICAL E DEMOCRACIA” PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E DAS 1ª E 2ª TURMAS. HORÁRIOS DAS AULAS.
	09/11/2012		

<b>CONGRESSO</b>	22/11/2012	12 horas	CONGRESSO “O FUTURO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO” PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E DAS 1ª E 2ª TURMAS. APOIO: UFPR , TRT 9 , EJ, EMATRA IX.
	23/11/2012		
<b>MARCOS BARROSO</b>	29/11/2012	12 horas	A TÉCNICA DA AFETAÇÃO PATRIMONIAL PROCESSUAL. MODALIDADES DE PENHORA E OUTRAS GARANTIAS REAIS E PESSOAIS. EXPROPRIAÇÃO. TÉCNICAS DE ALIENAÇÃO JUDICIAL. PAGAMENTO. USUFRUTO. EXECUÇÃO FISCAL E CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. O PENSIONAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL.
	30/11/2012		
<b>PAULO HENRIQUE KRETZSMAR E CONTI</b>	06/12/2012	12 horas	TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO. PRINCÍPIOLOGIA. TÍTULOS EXECUTIVOS. MORFOLOGIA DA EXECUÇÃO FORÇADA. EXECUTIVOS. EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS. EXECUÇÃO FISCAL E CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INCIDENTES TÍPICOS E HETEROTÓPICOS DE DEFESA.
	07/12/2012		

**Relatório das atividades da 2ª Turma de Especialização: 1º semestre presencial - período de 30 de agosto a 14 de dezembro de 2012 (126 horas-aula presenciais. O retorno das atividades ocorrerá em 21 de fevereiro de 2013)**

**Dias e horários das aulas:**

**5ª e 6ª feiras – 8h30min às 12h10min**

**5ª feira – 18h30min às 22h10min**

**Aula Magna:** "*Perspectivas aos Direitos Sociais*", ministrada pelo Professor Doutor Gerardo Pisarello (Universidade de Barcelona), com intervenção dos Professores Clèmerson Merlin Clève e Wilson Ramos Filho. A solenidade de abertura foi presidida pela Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, Diretora da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

<b>PROFESSOR</b>	<b>Data</b>	<b>Carga horária do módulo</b>	<b>Módulo</b>	<b>Ementas</b>
<b>CELSO LUÍS LUDWIG</b>	30/08/2012	12 horas	Módulo C	HERMENÊUTICA E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. ESGOTAMENTO DOS PARADIGMAS JUSNATURALISTA E POSITIVISTA. CRÍTICA AO DECISIONISMO. CORRENTES CONTEMPORÂNAS DA FILOSOFIA DO DIREITO. A JUSTIÇA.
	31/08/2012			
<b>RICARDO MARCELO FONSECA</b>	13/09/2012	04 horas	Módulo A	O MUNDO DO TRABALHO. HISTÓRIA DO TRABALHO. SOCIOLOGIA E ECONOMIA DO TRABALHO. MODOS DE PRODUÇÃO E CRISE. OS SENTIDOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE. A REALIDADE BRASILEIRA.
<b>JOSÉ DARI KREIN</b>	13/09/2012	08 horas		
	14/09/2012			
<b>CESAR SERBENA</b>	20/09/2012	08 horas	Módulo C	RETÓRICA, LÓGICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO. TEORIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS. PRÁTICA DA METÓDICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS.

<b>PAULO RICARDO SCHIER</b>	20/09/2012		Módulo A	TEORIAS DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
<b>RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA</b>	21/09/2012	04 horas		TEORIA E PRÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. LABORATÓRIO DE TRATAMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.
<b>PAULO RICARDO SCHIER</b>	27/09/2012	08 horas	Módulo A	TEORIAS DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
<b>ALDACY RACHID COUTINHO</b>	28/09/2012	04 horas	Módulo B	DISCRIMINAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO. CRITÉRIOS. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO. ESTUDO DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO NA FASE PRÉ-CONTRATUAL, NA EXECUÇÃO E NA TERMINAÇÃO DO CONTRATO.
<b>SÉRGIO STAUT JUNIOR</b>	04/10/2012	08 horas	Módulo A	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. FONTES DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO E SITUAÇÃO JURÍDICA. FUNÇÃO SOCIAL. MODALIDADES. CONTEÚDO. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO. INADIMPLEMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO. ESTUDO DE CASOS.
	05/10/2012			
<b>ENEIDA DESIREE SALGADO</b>	05/10/2012	04 horas		TEORIAS DA CONSTITUIÇÃO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
<b>ROSALICE PINHEIRO</b>	18/10/2012	04 horas	Módulo B	A BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL.
<b>SÉRGIO STAUT JUNIOR</b>	19/10/2012	04 horas	Módulo A	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. FONTES DAS OBRIGAÇÕES. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO E SITUAÇÃO JURÍDICA. FUNÇÃO SOCIAL. MODALIDADES. CONTEÚDO. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO. INADIMPLEMENTO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO. ESTUDO DE CASOS.
<b>NELSON CARLOS TAVARES JUNIOR</b>	25/10/2012	12 horas	Módulo C	LINGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA E LINGUAGEM JURÍDICA. MORFOSITAXE. VÍCIOS E IMPROPRIEDADES. REDAÇÃO. CLAREZA E CONCISÃO. TÉCNICA DA DECISÃO JUDICIAL. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS ASPECTOS RELEVANTES. DEBATE PROCESSUAL. PREQUESTIONAMENTO. LABORATÓRIO DE CONSTRUÇÃO E EXPLICITAÇÃO O DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO.
	26/10/2012			

<b>CONGRESSO</b>	08 e 09/11/2012	12 horas	Módulo A	CONGRESSO “ <i>DIREITO SINDICAL E DEMOCRACIA</i> ” PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E DAS 1ª E 2ª TURMAS. HORÁRIOS DAS AULAS.
<b>CONGRESSO</b>	22 e 23/11/2012	12 horas	Módulo A	CONGRESSO “ <i>O FUTURO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO</i> ” PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E DAS 1ª E 2ª TURMAS. APOIO: UFPR , TRT 9 , EJ, EMATRA IX
<b>PAULO ROBERTO R. R. NALIN</b>	29/11/2012	12 horas	Módulo A	TEORIA GERAL DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS. HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE DE MASSA. ATOS EXISTENCIAIS. CONTRATO: PRINCÍPIOS E TEORIA GERAL. EQUILÍBRIO CONTRATUAL. AUTONOMIA PRIVADA E TUTELA DA LIBERDADE. AS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CIVIL APLICADAS AO TRABALHO. ESTUDO DE CASOS.
	06/12/2012			
<b>VERA KARAN</b>	30/11/2012	04 horas	Módulo C	TEORIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS. PRÁTICA DA METÓDICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS.
<b>EDUARDO BARACAT</b>	06/12/2012	04 horas	Módulo B	A BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL. A BOA FÉ NO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO. BOA-FÉ PRÉ-CONTRATUAL. CASUÍSTICA COM LABORATÓRIO DE PRÁTICA DECISÓRIA. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E BOA-FÉ.
<b>VERA KARAN</b>	07/12/2012	04 horas	Módulo C	TEORIA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS. PRÁTICA DA METÓDICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NORMATIVOS.
<b>CÉLIO HORST WALDRAFF</b>	13/12/2012	04 horas	Módulo C	RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS EM DIFICULDADE ECONÔMICA. REFLEXOS NO DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO.
<b>THEREZA CRISTINA GOSDAL</b>	13/12/2012	04 horas	Módulo B	PODER FISCALIZATÓRIO E DISCIPLINAR. O ASSÉDIO MORAL. AVALIAÇÃO DO DANO MORAL.
<b>EDUARDO BARACAT</b>	14/12/2012	04 horas	Módulo B	A BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL. A BOA FÉ NO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO. BOA-FÉ PRÉ-CONTRATUAL. CASUÍSTICA COM LABORATÓRIO DE PRÁTICA DECISÓRIA. NEGOCIAÇÃO COLETIVA E BOA-FÉ.

**Observações:** 126 horas-aula referentes ao 1º semestre.

## 2.6. Pareceres

**2.6.1.** Pareceres encaminhados à Secretaria Geral da Presidência a fim de subsidiar os Processos de Promoção de Juízes Substitutos do Trabalho e de Acesso dos Juízes Titulares do Trabalho para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

A Resolução Administrativa nº 14/2011 do TRT da 9ª Região estabeleceu as diretrizes para as promoções e acesso por merecimento. Nos termos do art. 5º da Resolução, compete à Escola Judicial apresentar levantamento individualizado dos magistrados inscritos levando em consideração o critério de **aperfeiçoamento técnico** (inciso IV do art. 5º, e arts. 11 e 12).

No ano de 2012 foram três processos de promoção a requerer a manifestação da Escola Judicial.

A Lei nº 12.841, de 02 de setembro de 2011, alterou a composição do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 28 (vinte e oito) para 31 (trinta e um Desembargadores) ensejando o Processo de Promoção **SGP nº 04/2011** para acesso ao cargo de Desembargador Federal.

O processo deu continuidade no ano de 2012, sendo instados os setores a se manifestarem. A Escola Judicial apresentou, em resposta, o **Parecer EJ 02/2012** constando o rol de 11 (onze) magistrados inscritos e o levantamento individualizado consistente na descrição de cursos computáveis nos termos da RA nº 14/2011, seguida da planilha resumida com os critérios para a pontuação a ser efetuada pelos Desembargadores do TRT da 9ª Região.

Nos termos da Resolução Administrativa nº 06/2012, indicada para promoção, pelo critério de antiguidade, a **Exma. Juíza Adayde Santos Cecone**.

A aposentadoria do Desembargador Márcio Dionísio Gapski ensejou a abertura do Processo de Promoção **SGP nº 02/2012** para acesso à vaga de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. A Escola Judicial, por meio do **Parecer EJ nº 005/2012** relacionou os cursos oficiais e reconhecidos para cada um dos 08 (oito) magistrados inscritos e a planilha resumida, em consonância com os critérios estabelecidos na Resolução Administrativa nº 14/2011, vigente quando da abertura do edital.

A Resolução Administrativa nº 48/2012 contemplou a pontuação dos magistrados inscritos e, diante dos resultados, a composição da lista de merecimento, sendo indicado para a vaga de Desembargador do TRT da 9ª Região, o **Exmo. Juiz Sérgio Guimarães Sampaio**.

Em razão da remoção do Exmo. Juiz Maurício Mazur para a VT de Bandeirantes, a partir de 1º de agosto de 2012 (Processo de Remoção SGP 02/2012), sem que houvessem magistrados interessados em ocupar a Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand, foi aberto o Processo de Promoção **SGP nº 03/2012** para a titularidade da unidade, a ser preenchida pelo critério de merecimento.

A Escola Judicial, em resposta ao Despacho da Presidente do TRT da 9ª Região de 27 de agosto de 2012, apresentou o **Parecer EJ 04/2012** constando a relação dos 08 (oito) magistrados inscritos e respectivos cursos computáveis em conformidade com a RA nº 14/2011, seguida da planilha resumida com os critérios para a pontuação a ser efetuada pelos Desembargadores do TRT da 9ª Região.

Noticiada pela Resolução Administrativa nº 40/2012, os magistrados escolhidos para compor a lista, pelo critério de merecimento, sendo promovida a **Exma. Juíza Érica Yumi Okimura**.

## 2.6.2. Pareceres enviados aos Integrantes da Comissão de Vitaliciedade

A Escola Judicial encaminhou informações sobre a frequência e desempenho de quatro magistrados que concluíram o Processo de Vitaliciamento. Ingressos na carreira da Magistratura no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, foram integrados aos quadros da magistratura do TRT da 9ª Região por meio de permuta, os seguintes magistrados:

- **Juíza Ester Alves de Lima**, que permutou com o Exmo. Juiz Walter Rosati Vegas Júnior (Ofício EJ 020/2012);
- **Juiz Paulo Possebon de Freitas**, permutado com a Exma. Juíza Milena Barreto Pontes Sodré (Ofício EJ 021/2012);
- **Juíza Izabel Maria Bueno Amorim**, permutada com o Exmo. Juiz João Forte Júnior (Ofício EJ 022/2012);
- **Juiz Edson Takeshi Assahide**, que permutou com a Exma. Juíza Viviany Aparecida Carreira Moreira (Ofício EJ 023/2012).

De igual forma, dando cumprimento ao art. 95, I, da Constituição Federal, e considerando o disposto nos artigos 9 a 11 da RA 008/2007 (alterada pela RA 21/2009), a Escola Judicial apresentou parecer no Processo de Vitaliciamento do Exmo. Juiz do Trabalho Substituto **Paulo José Oliveira de Nadai**, pertencente ao quadro de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e que permutou com o Exmo. Magistrado Marcello Dibi Ercolani (Ofício EJ 099/2012).

Concluído, ainda, o vitaliciamento da Exma. Juíza do Trabalho Substituta **Sibele Rosi Moleta** (Ofício EJ 162/2012). A magistrada ingressou na carreira da Magistratura no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo deferida permuta com o Exmo. Magistrado Adriel Pontes de Oliveira.

### 2.6.3. Pareceres remetidos a outros Tribunais Regionais do Trabalho

Os pareceres encaminhados à Secretaria da Corregedoria foram solicitadas por magistrados para subsidiar o processo de remoção ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, totalizando 03 (três) consultas no ano de 2012.

## 2.7. Eventos de Formação Inicial e Educação Continuada de Magistrados

### ✓ III Ciclo de Estudos sobre Saúde Mental, Judiciário e Contemporaneidade

**Período:** 06 e 07 de dezembro de 2012

**Local:** IEC – Belo Horizonte -MG

#### **Programação:**

**06.12.2012.** 08h00. Credenciamento e Abertura. Representante da PUC (IEC). 08h45min. Mesa 1. Demandas e Respostas Contemporâneas no Judiciário. Conferência de Abertura. Conferencista: Desembargador Federal do Trabalho Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto (Conselheiro da Escola Judicial do TRT-MG). Apresentação do Ciclo: Psicóloga e Psicanalista Judith Euchares Ricardo de Albuquerque (responsável pelo Centro de Direito e Psicanálise da EJ-TRT-MG).

10h30min. Mesa 2. Palestra O Bem Estar na Civilização. Palestrante: Psicanalista Francisco Paes Barreto. Coordenação: Psicóloga e Psicanalista Judith Euchares Ricardo de Albuquerque (responsável pelo Centro de Direito e Psicanálise da EJ-TRT-MG).

11h10 a 12h00 – Debates. Intervalo para almoço.

13h30min. Mesa 3. Painel Demandas que Chegam ao Judiciário na Sociedade Contemporânea: “A Sociedade Contemporânea e suas Demandas”. Painelista: Psiquiatra e Psicanalista Henri Kaufmann (Membro da Escola Brasileira de Psicanálise da AMP); “As Demandas nos Campos Penal e Civil”. Painelista: Juiz de Direito Emerson de Oliveira Corrêa; “As Demandas no Campo Trabalhista”. Painelista: Juíza Wanessa Mendes de Araújo (Juíza Substituta do TRT de MG) “Acesso à Justiça, as Demandas Contemporâneas e o Papel do Advogado”. PAINELISTA: Advogado Antônio Marcos Nohmi (Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia – ESA). Coordenação: Juíza Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt (Juíza Titular da 3ª VT de Juiz de Fora e Conselheira da Escola Judicial do TRT-MG). 16h30min. a 17h30min. Debate.



**07.12.2012.** 09h00. Mesa 4. Saúde Mental e Dignidade no Trabalho: “A Saúde e a Dignidade no Trabalho”. Painelista. Desembargador Márcio Túlio Viana (Desemb. do TRT da 3ª Região, Professor de Direito do Trabalho da UFMG e PUC-Minas); “Saúde Mental, Direitos, Demandas e a Subjetividade”. Painelista: Psicóloga e Psicanalista Camila Alvarenga Côrtes (Mestre em Psicologia pela PUC-Minas e Psicóloga da rede de saúde mental da Prefeitura de Belo Horizonte – CERSAM Barreiro); “Direito à Saúde e as Perícias no Judiciário”. Painelista: Psiquiatra Naray Jesimar Paulino (Perita). Coordenação: Juiz Márcio Toledo Gonçalves (Titular da 5ª VT de Belo Horizonte).

11h00 a 12h00. Debate.

14h00. Mesa 5. Painel Verdade, Mentira e Subjetividade: “Verdade, Mentira, Ideologia e Encobrimento”. Painelista: Professor José Luis Quadros de Magalhães (Professor de Direito Constitucional da UFMG e PUC-Minas); “Hermenêutica e Verdade – A Prova dos Fatos e sua Interpretação”. Painelista: Professor Thomas da Rosa de Bustamante (Professor de Filosofia do Direito da UFMG); “O Juiz e a Verdade no Processo”. Painelista: Juíza Daniela Torres Conceição (Juíza Substituta do TRT-MG); “Psicanálise e Verdade”. Painelista: Psiquiatra e Psicanalista Stélio Lage Alves. Coordenação: Juíza Graça Maria Borges de Freitas (Juíza Titular da 1ª VT de Ouro Preto e Coordenadora Acadêmica da Escola Judicial do TRT-MG).

18h00. Encerramento.

**Carga Horária:** 14,3 horas-aula

**Magistrados:** 02 (dois)

**Entidade Organizadora:** Escola Judicial do TRT da 3ª Região

**Modalidade:** Presencial

✓ **Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório**

**Período:** 15 de outubro a 30 de novembro de 2012

**Local:** Brasília - DF

**Carga Horária:** 40 horas-aula

**Magistrados:** 13 (treze) magistrados

**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

**Modalidade:** Presencial

✓ **Seminário e Oficina Pedagógica – O Futuro da Proteção Jurídica do Trabalho**

**Data:** 22 e 23 de novembro de 2012

**Programação:**

**22.11.** 18h30min. Credenciamento.

18h45min. Mesa de Abertura. Ato Fundacional da Academia Paranaense de Direito do Trabalho. Assinatura do Protocolo de EJ/TRT9/Universidad de La Republica – Uruguay.

20h. Conferência: “Utilização das Normas Internacionais de Trabalho como Fundamento das Decisões Judiciais”. Conferencista Hugo Barretto Ghione (Universidad de La Republica – Uruguay).

**23.11.** 08h45min. Palestra: “O Direito Humano e Fundamental ao Trabalho”. Palestrante Leonardo Vieira Wandelli (UniBrasil/Juiz do Trabalho do TRT9). 09h30. Intervalo.

09h45min. Mesa Redonda: “Trabalho, Sujeição e Subordinação”. Expositores: Aldacy Rachid Coutinho (UFPr), Sidnei Machado (UFPr) e Reginaldo Melhado (UEL/Juiz do Trabalho do TRT9). Mediador: Luiz Eduardo Gunter (UniCuritiba/Desembargador do TRT9).

14h. Mesa Redonda: “Reestruturação Produtiva e Meios Telemáticos de Controle do Trabalho”. Expositores: José Eduardo Resende Chaves Júnior (Desembargador do TRT da 3ª Região), José Affonso Dallegre Neto e Marco Antônio Villatore (UFSC/PUC-PR). Mediadora: Marlene T. F. Suguimatsu (UniCuritiba/ Desembargadora do TRT9). 16h. Intervalo. 16h20min. Conferência de Encerramento: “Os Atores e as Normas das Relações

*Individuais de Trabalho – O Bloco de Constitucionalidade*”. Héctor-Hugo Barbagelata (Professor Emérito da Universidad de La Republica – Uruguay).

17h20min. Lançamento de livros. Direito Humano e Fundamental ao Trabalho: Fundamentação e Exigibilidade. Autor Leonardo Vieira Wandelli. Editora LTr; A Evolução do Pensamento do Direito do Trabalho. Autor Héctor-Hugo. Editora LTr; Trabalho e Imigração. Autora Ana Paula Sefrin Saladini. Editora LTr.

**Carga Horária:** 09 horas-aula

**Magistrados:** 26 (sendo 16 de Curitiba e Região Metropolitana)

**Servidores:** 46 [16 do interior e 30 da Capital]

**Servidores com participação obrigatória, porque o evento integrava a Grade Horária do Curso de Especialização em Direito:** 100.

**Coordenadores científicos** (09 horas de atividade): Desembargador Altino Pedrozo dos Santos; Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

Palestrante: Juiz Leonardo Vieira Wandelli (1 hora).

✓ **Curso “Produção Textual para Educação a Distância” - EaD**

**Período:** 10 de outubro a 07 de dezembro de 2012

**Programação:** **Unidade 1:** Especificidades da educação a distância; Reflexões sobre a aprendizagem. **Unidade 2:** Material Didático on line: características; Textos escrito, impresso e digital: organização e linguagem; **Unidade 3:** Estrutura do texto escrito: seleção e hierarquização da informação; Recursos de formatação; **Unidade 4:** Elaboração de capítulo: planejamento; **Unidade 5:** Regras básicas de pesquisa on-line; Normatização; **Unidade 6:** Produção em capítulo pelo aluno

**Carga Horária:** 40 horas-aula

**Tutoria:** Professora Maria Salete Soares

**Magistrados:** 11 magistrados concluíram a formação, dos 30 inscritos.

**Coordenadores científicos** (40 horas): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.

✓ **Curso Interinstitucional de Formação de Formadores:**

**ENM-França/ENAMAT/CEJ-CJF**

**Período:** 05 a 09 de novembro de 2012

**Local:** Brasília - DF

**Carga Horária:** 31 horas-aula

**Magistrados:** 01 (um)

**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

**Modalidade:** Presencial

✓ **II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho**

**Data:** 24 a 28 de setembro

**Carga Horária:** variável (individualizada)

**Coordenadores científicos** (variável): Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Desembargadora Ana Carolina Zaina; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira; Juíza Lisiane Sasson Fassetti Bordin.

✓ **Oficina de Sensibilização. Trabalho Decente e a Coletivização do Processo**

**Data:** 13 e 14 de setembro de 2012

**Programação: 13.09. Abertura.** 08h30. Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

08h45. Tema: Fiscalização do Trabalho e a Prevenção. Palestrante: Cláudio Secchin – Auditor Fiscal do Trabalho/RJ. Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).

09h45. Tema: Procedimento e Aspectos Controvertidos da Ação Fiscal da Inspeção do Trabalho. Palestrante: Edson Luiz Endres, Auditor Fiscal do Trabalho/PR. 10h45. Intervalo.

11:00. Tema: Ações Judiciais impugnando medidas impostas pela SRTE. 12:00. Debates.

18h30. Tema: Diagnóstico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. Palestrante: Dr. José Armando Fraga Diniz Guerra (Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho). Painel: O Dano Moral Coletivo e a Jurisprudência. 20h00. Intervalo.

20h20. Tema: Estrutura Conceitual do Trabalho Escravo Contemporâneo e Atuação do Ministério Público do Trabalho. Palestrante: Dr. Jonas Ratier Moreno (Procurador do Trabalho da 24ª Região/MS). 21h50. Debates.

**14.09.** 08h30. Tema: Processo Coletivo e Efetividade. Palestrante: Dr. Murilo Carvalho Sampaio Oliveira (Juiz Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA). 10h00. Intervalo.

10h20. Tema: Prática Processual Coletiva. Palestrante: Dr. Marcus Menezes Barberino Mendes (Juiz Titular do Trabalho da 15ª Região. Campinas/SP). 11h50. Debates

**Magistrados:** 02 (dois)

**Servidores** com participação obrigatória, porque evento integrava a Grade Horária do Curso de Especialização em Direito: 100.

**Coordenadores científicos** (12 horas de atividade): Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Leonardo Vieira Wandelli

✓ **2º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT)**

**Período:** 20 a 22 de agosto e 03 a 05 de setembro de 2012

**Local:** Brasília-DF

**Carga Horária:** 19 horas-aula

**Magistrados:** 07 (sete)

**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

**Modalidade:** Presencial

✓ **Curso Direito Constitucional Desportivo do Trabalho**

**Data:** 23 e 24 de agosto de 2012

**Programação:**

**23.08.** 19h/21h – Conferência de Abertura. Ministro do TST Guilherme Caputo Bastos - “O Direito Fundamental à Liberdade de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol”.

**24.08.** 19h/20h. Conferência do Ministro do TST Alexandre Agra Belmonte - “O Poder Disciplinar da Entidade Desportiva e a Justiça do Trabalho”. 20h/21h. Conferência do Advogado Domingos Moro - “Particularidades do Futebol de Interesse da Justiça do Trabalho”.

**24.08.** 8h00min às 12h00min. “Programa Trabalho Seguro” – Conf. Ministro Presidente do TST, João Oreste Dalazen (Assinatura de Protocolo com a Itaipu Binacional).

**Local:** Foz do Iguaçu/PR

**Carga Horária:** 04h00 (presenciais), 04h00 palestra e visita técnica à Itaipu Binacional (Programa Trabalho Seguro) e 06h00 (EaD).

**Magistrados** (etapa presencial, palestras, 04h00): **80**

**Magistrados** (etapa presencial, 04h00, visita técnica e conferência Trabalho Seguro): **36**

**Magistrados** (etapa EaD, 6h00min, período encerrado em 10.09.2012): **15**

Servidores: 3 (etapa presencial, palestras técnicas, 4 horas)

**Coordenadores científicos (etapa presencial, em Foz do Iguaçu, 8 horas de atividades):**

Juízes Paulo Henrique Kretzschmar e Conti e Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.

**Coordenador científico (EaD):** Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

- ✓ **Curso e Oficina “Articulação Interinstitucional para a Tutela dos Interesses Coletivos do Trabalho”**  
**Data:** 17 de agosto de 2012  
**Programação:** 09:00 Abertura. “Apresentação do Sistema de Cooperação Técnica para Ações Coordenadas” – Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; “Procedimento, Características e Métodos de Resistência à Ação Fiscal do Trabalho e Autos de Infração” – Auditor Fiscal do Trabalho Nailor Grossel; “Sistema de Coletivização das Ações Fiscais da Inspeção do Trabalho – ‘Programa Maiores Infratores’ – Apresentação do Sistema de Ação Fiscal de Verificação de Duração do Trabalho Fundado no SREP” – Auditor Fiscal do Trabalho Humberto Retondario. Intervalo  
14:00. “Apresentação do Sistema de Ação Fiscal em Matéria de Meio Ambiente do Trabalho” – Auditora Fiscal do Trabalho June Rezende; “O Sistema de Ações Conjuntas JT/MPT/TEM – Práticas Internas e Interlocação Decorrente dos Relatórios de Ação Fiscal e o Ministério Público do Trabalho” – Procurador do Trabalho Alberto Emiliano de Oliveira Neto; “Ações Judiciais Enfrentando Autos de Infração, Embargos e Interdições impostas pela SRTE. Ações Anulatórias e Mandados de Segurança” – Advogado da União Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt; “A Execução Fiscal fundada em Autos de Infração impostos pela SRTE e os Embargos à Execução” – Procurador da Fazenda Nacional Luiz Roberto Biora.  
**Local:** Curitiba (Auditório da Escola Judicial)  
**Carga Horária:** 08 horas-aula (presenciais) e 04 horas-aula (EaD)  
**Magistrados:** 27 (18 da Capital e 9 do Interior) – presencial  
20 (13 da Capital e 7 do Interior) – EaD  
**Servidores:** 3 (Capital)  
**Coordenador científico** (12 horas de atividades): Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti
- ✓ **Curso “Psicodinâmica do Trabalho”**  
**Palestrante:** Professor Laerte Idal Sznelwar  
**Data:** 17 de agosto de 2012  
**Carga Horária:** 04 horas-aula  
**Magistrado:** 01  
**Servidores:** 19  
**Coordenador científico** (4 horas de atividade): Juiz Leonardo Vieira Wandelli
- ✓ **Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório**  
**Período:** 14 de maio a 01 de julho de 2012  
**Carga Horária:** 40 horas-aula  
**Magistrados:** 01 (um)  
**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho  
**Modalidade:** Educação a Distância
- ✓ **Curso de Formação de Formadores em Produção Textual para Educação a Distância**  
**Período:** 16 de maio a 26 de junho de 2012  
**Carga Horária:** 40 horas-aula  
**Magistrados:** 01 (um)  
**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

**Modalidade:** Educação a Distância

- ✓ **Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista**  
**Período:** 16 de abril a 08 de junho de 2012  
**Carga Horária:** 40 horas-aula  
**Magistrados:** 11 (onze)  
**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho  
**Modalidade:** Educação a Distância
  
- ✓ **Seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”.**  
**Data:** 24 e 25 de maio  
**Programação que integrou o I Encontro Nacional de Conciliação da Justiça do Trabalho (Grupos de Trabalho – Núcleos e Conciliação, 23 de maio). Seminário:**  
**24.05.2012.** 15h00. Abertura: Eliana Calmon Alves (Corregedora Nacional de Justiça – CNJ). 16h00. 1º Painel – “*Resistências à Conciliação*”. Adriana Goulart de Sena (Juíza do Trabalho, titular da 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte); Alberto de Paula Machado (Advogado, vice-presidente do Conselho Federal da OAB); Felipe Locke Cavalcanti (Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo). Intervalo. 19h30min. 2º Painel – “*Técnicas Inovadoras de Conciliação*”. Roberto Portugal Bacellar (Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná. Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura biênio 2011/2013); Carlos Henrique de Oliveira Mendonça (Juiz Titular da Vara do Trabalho de Irati do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná).  
**25.05.2012.** 09h00. 3º Painel – “*Capacitação para a Conciliação*”. José Roberto Neves Amorim (Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça); Marcelo Girade Corrêa (Coordenador do Centro de Resolução Não Adversarial de Conflitos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios); Nayara Queiroz Mota de Sousa (Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região). Intervalo. 14h00. 4º Painel - “*Teoria do Conflito e da Conciliação*”. Julio Rodrigues Coelho Neto (Juiz Federal da 5ª Região, atualmente na 18ª Vara Federal do Ceará – Sobral) e Elaine Noronha Nassif (Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais). Intervalo. 16h00. 5º Painel – “*Desafios à Prática da Mediação*”. Camila Silva Nicácio (Subsecretária de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais; Mestre em Sociologia do Direito pela Université Paris III e Doutora em Sociologia); Wilson Ramos Filho (Advogado. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutor pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris, França). 18h00. Encerramento.  
**Carga Horária:** 14 horas-aula  
**Magistrados:** 53  
**Servidores:** 104 (53 da capital e 51 do interior)  
**Coordenadores científicos (14 horas de atividades):** Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Desembargador Luiz Eduardo Gunther; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti.
  
- ✓ **2º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância**  
**Período:** 28 de março a 06 de maio de 2012  
**Carga Horária:** 40 horas-aula  
**Local:** Brasília-DF  
**Magistrados:** 01 (um)  
**Entidade Organizadora:** ENAMAT – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho  
**Modalidade:** Presencial e Educação a Distância



- ✓ **Seminário “O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz”**  
**Programação: 12.04.2012.** 18h30min. Solenidade de Abertura. Presidente do TRT-PR Desemb. Rosemarie Diedrichs Pimpão. 1º Painel. Presidente Desembargadora Ana Carolina Zaina. Conferência “*A Modernização do Processo do Trabalho no Uruguai*” - María Rosina Rossi Albert, Ministra do Tribunal de Apelações do Trabalho do Uruguai Conferência “*A Modernização do Processo do Trabalho no Chile*” - Nancy Aurora Bluck Bahamontes, Diretora da Associação de Magistrados do Chile.  
**13.04.2012.** 9h00min. às 10h00min. 2º Painel – Presidente Juiz Daniel Weidman. Conferência “*A Adequação Formal do Processo e do Dogma da Ordinarietà nos Procedimentos em Meio Eletrônico*” - Luciano Athayde Chaves, Juiz do Trabalho TRT 21ª Região. Intervalo. 10h20min. às 12h00. 3º Painel - Presidente - Juiz José Aparecido dos Santos Conferência “*Processo Coletivo: problema ou solução?*” - Sérgio Cruz Arenhart, Procurador da República  
Painelista debatedor: Iros Reichmann Losso, Procurador do Trabalho. PRT-PR.  
**Carga Horária:** 06 horas-aula  
**Local:** Plenário Pedro Ribeiro Tavares, Al. Carlos de Carvalho, 528, Curitiba.  
**Magistrados:** 57 (33 de Curitiba e R.M. e 25 do interior)  
**Servidores:** 84 (sendo 37 da Capital e 47 do interior)  
**Coordenadores científicos** (6 horas de atividades): Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; Juiz Cássio Colombo Filho.
- ✓ **Apoio ao 1º Encontro Interinstitucional Permanente**  
Data: 23/03/2012  
Local: Curitiba – Presidência do TRT 9ª Região  
O compartilhamento de informações entre o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), a Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná (MPT-PR) e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-PR) visa possibilitar atuação mais eficaz de proteção aos direitos dos trabalhadores, instituindo Fórum Interinstitucional Permanente com sistemas de atuação conjugada e coordenada, que formam o aparato público de prevenção e repressão às condutas agressivas ao meio ambiente do trabalho, para que estejam mais aptos a promover ações de eficácia coletiva e de impacto abrangente. Os participantes deliberaram que esta opção reforça o cumprimento à Meta 8 de eficiência operacional estabelecida no Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, previsto na Resolução 70 do CNJ.
- ✓ **Trabalho e Teoria Crítica dos Direitos Humanos (Aula Aberta)**  
**Palestrante:** Prof. Dr. David Sánchez Rubio  
**Data:** 22 de março de 2012  
**Carga Horária:** 04 horas-aula  
**Magistrados:** 06  
**Servidores:** 24 (23 servidores da Capital e 1 servidor do Interior)  
**Coordenador científico** (4 horas de atividades): Juiz Leonardo Vieira Wandelli
- ✓ **Seminário “Trabalho como Questão de Direitos Humanos”**  
**Programação: 15.03.2012.** 18h30min. Abertura. 19h30min. Prof Dra. Flávia Piovesan. Palestra: “*Trabalho como Questão de Direitos Humanos*”. 20h00. Prof. Dr. Clodoaldo Meneguello Cardoso. Palestra: “*Direitos Humanos: liberdade e igualdade*”.  
**16.03.2012.** 09h00 às 12h00 – 1º Painel . Painelista palestrante: Prof. Dr. E Juiz Alexandre Moraes da Rosa. Painelistas Debatedores: Juiz Leonardo Wandelli e Profª Dra.. Aldacy Rachid Coutinho. Intervalo para Almoço  
14h00 às 17h00. – 2º Painel. Painelista Palestrante: Prof. Ms. e Juiz Fábio Rodrigues Gomes. Palestra: “*A Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais e as Relações de Trabalho*”.



Painelistas debatedores: Juíza Simone Galan de Figueiredo e Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca.

**Datas:** 15 e 16 de março

**Local:** Plenário Pedro Ribeiro Tavares – Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

**Carga Horária:** 09 horas-aula

**Magistrados:** 52

**Servidores:** 90 (41 servidores da capital e 49 servidores do interior)

**Servidores** com participação obrigatória, porque evento integrava a Grade Horária da 1ª Turma do Curso de Especialização em Direito: 50.

**Coordenadores científicos** (9 horas de atividade): Desembargadora Marlene T. Fuverki Sugimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti; Desembargador Arion Mazurkevic; Juiz Cássio Colombo Filho.

✓ **Curso de Direito Previdenciário (5 oportunidades, mesmo conteúdo)**

Professora Cláudia Salles Viana - Mestre em Direito pela PUC/PR

**Conteúdo programático:**

1. Benefícios Previdenciários.

1.1 Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.

1.2 Aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.

1.3 Salário maternidade e salário família. Requisitos básicos para percepção e reflexos na relação de emprego.

2. Acidente de trabalho.

2.1 Caracterização administrativa pelo INSS – legislação aplicável e procedimentos.

2.2 Repercussão dos acidente em matéria trabalhista, tributária e previdenciária.

3. Contribuições previdenciárias.

3.1 Contribuições devidas pelos trabalhadores empregados, empregados domésticos e trabalhadores autônomos.

3.2 Contribuições devidas pelos empregadores, incidentes sobre a folha de pagamento.

3.3 Fato gerador e exigibilidade – CF, art. 195 x Lei 8.112/91.

**Datas e Locais:**

**08 e 09 de março** (Curitiba);

Magistrados: 25

Servidores: 11

**29 e 30 de março** (Cascavel);

Magistrados: 11

Servidores: 27

**19 e 20 de abril** (Maringá);

Magistrados: 11

Servidores: 23

**17 e 18 de maio** (Curitiba);

Magistrados: 20

Servidores: 11

**31 de maio e 1º de junho** (Londrina)

Magistrados: 23

Servidores: 20

**Carga Horária:** 12 horas-aula

**Horários:** 5ª f. 18h00min às 22h00min; 6ª f. 8h30min às 12h30min e 14h00min às 18h00min.

✓ **Aula Magna da 1ª de Especialização em Direito e Conferência “Direito Constitucional e Emancipação Social”. (Aula aberta).**

**Conferencista:** Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève

**Data:** 29 de fevereiro de 2012

**Local:** Auditório da Escola Judicial, Av. Vicente Machado, 147, sobreloja (Curitiba)

**Carga Horária:** 01h30 hora-aula

**Magistrados:** 15

**Servidores:** 19

**Coordenadores científicos** (1h30min de atividade): Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu; Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti

## **2.8. Aperfeiçoamento de Magistrados - Cursos de Pós-Graduação [em continuidade]**

### **◆ Doutorado: SOCIEDADE E DIREITO**

Participante: Juiz Titular de Vara do Trabalho José Aparecido dos Santos

Período: mar/10 a fev/2014

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: PUC/PR

Modalidade: Presencial

### **◆ Mestrado: ESTADO, ATIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Participante: Juíza Titular de Vara do Trabalho Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira

Período: mar/10 a fev/2012

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: PUC PR

Modalidade: Presencial

Tema de conclusão: “Trabalho Doméstico no Contexto Econômico e Socioambiental Brasileiro: Desigualdades e Paradoxos na Regulação Normativa”.

### **◆ Mestrado: ESTADO, ATIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Participante: Juíza do Trabalho Substituta Érica Yumi Okimura

Período: mar/10 a fev/2012

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: PUC PR

Modalidade: Presencial

Tema de conclusão: “Direito à Intimidade e à Vida Privada na Relação de Emprego: Efeitos Econômicos e Sociais”

### **◆ Mestrado: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

Participante: Juiz Titular de Vara do Trabalho Cássio Colombo Filho

Período: jan/10 a jun/2012

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Unibrasil

Modalidade: Presencial

Tema de conclusão: “A Jurisdição Constitucional Trabalhista: o Direito do Trabalho pelo Supremo Tribunal Federal”

### **◆ Mestrado: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

Participante: Desembargador do Trabalho Ubirajara Carlos Mendes

Período: fev/11 a dez/2013

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Unibrasil

Modalidade: Presencial

Tema de conclusão: “Direito à Intimidade no Estado Democrático de Direito sob a Perspectiva da (Im)Possibilidade de Autodeterminação do Indivíduo no Ambiente Empregatício”.

◆ **Mestrado: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

Participante: Juiz Titular de Vara do Trabalho Bráulio Gabriel Gusmão

Período: 2012/2014

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Unibrasil

Modalidade: Presencial

◆ **Mestrado: DIREITO CONSTITUCIONAL**

Participante: Juíza do Trabalho Morgana de Almeida Richa

Período: 2012/2015

Local: São Paulo – SP

Entidade organizadora: PUC/SP

Modalidade: Presencial

## 2.9. Programa Plurianual de Pós-Graduação para Servidores

◆ **Curso de Especialização em DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Participantes: 5 servidores

Período: nov/10 a abr/12

Local: Maringá - PR

Entidade organizadora: IDCC

Modalidade: Presencial

Servidores e tema de conclusão do curso:

- 1) **Ângelo França Planas** – Assédio moral no trabalho: o problema do ônus probatório”.
- 2) **Anna Paula Camurci** – “A aplicação do instituto da tutela antecipatória do Direito Processual Civil no Direito do Trabalho e o Princípio Constitucional da Igualdade”.
- 3) **Emília Akemi Yamada Yano** – “Aviso prévio sob a perspectiva da nova legislação”.
- 4) **Mário Ricardo Lacerda** – “O valor probatório das fotografias digitais retiradas das redes sociais da internet perante o Processo do Trabalho”.
- 5) **Lara Daher do Valle** – “Uma análise sobre a desconsideração da personalidade jurídica em sede de execução trabalhista”.

## 2.10. Ações de Capacitação em Gestão Estratégica para Servidores – META 15/2012 - CNJ

Para subsídio ao cômputo do público de servidores objetivado para capacitação em Gestão Estratégica, tomou-se por parâmetro o total de servidores ativos do Quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em exercício efetivo no Paraná (portanto, excluídos os servidores cedidos, extraquadros ou permutados). Com tais características são consideráveis 2.132 (dois mil, cento e trinta e dois) servidores e a proporção de 20% a ser atingida corresponderia a **426** (quatrocentos e vinte e seis) servidores.

Por conseguinte, ao término de 2012, **440 servidores (20,6%)** do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região cumpriram o mínimo de **20 horas** de capacitação em Gestão Estratégica, perfazendo a Meta 15/CNJ de capacitar 20% dos servidores em Gestão Estratégica.

Como estratégia para as ações de capacitação, na modalidade presencial e em educação à distância, a Escola Judicial utilizou recursos pedagógicos, de acordo com as necessidades prioritárias de formação dos servidores e recursos tecnológicos já disponibilizados por este Regional, além de curso de 20 horas ofertado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, na modalidade à distância.

As ações disponibilizadas pela Escola Judicial encontram-se a seguir discriminadas:

1. Programa de Desenvolvimento Gerencial-2012, desenvolvido em duas etapas: presencial e na modalidade de EaD;  
Participantes: 208 gestores  
Carga horária total: 31 horas
2. Curso de “Noções Básicas de Gestão Estratégica” dividido em duas etapas: presencial e na modalidade de EaD;  
Participantes: 80 servidores da Secretaria Administrativa  
Carga horária total: 20 horas
3. Curso de Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho ofertado pelo CSJT, por meio do Ofício Circular CSJT GP SG 57/2012.  
Participantes: 138 servidores  
Carga horária: 20 horas
4. Cursos externos, cujo tema central foi Gestão Estratégica: “Gestão Estratégica na Prática - Desdobramento, Comunicação e Gestão Estratégica” – 4 servidores, com carga horária de 40 horas, em abril de 2012; Gestão Estratégica com uso do BSC – 5 servidores, com carga horária de 30 horas, em maio e julho de 2012; e, Capacitação do Sistema de Gestão Estratégica – SIGEST- 5 servidores, com carga horária de 20 horas, em agosto de 2012.  
Participantes: 14 servidores  
Carga horária mínima: 20 horas

### **2.11. Programa de Desenvolvimento Gerencial - Lei 11.416/2006**

De acordo com a Lei 11.416/2006, regulamentada pela Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, o Programa de Desenvolvimento Gerencial é destinado a elevar o grau das competências gerenciais associadas à gestão pública contemporânea, na consecução das metas institucionais; deverá contemplar no mínimo ações de capacitação em liderança, negociação, comunicação, relacionamento interpessoal, gestão de equipes ou correlatos, obedecido o mínimo de 30 horas de aula a cada dois anos.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial, do ano de 2012, foi desenvolvido em duas etapas: presencial e na modalidade de EaD, com carga horária de **31 horas**, sendo que os temas abordados no encontro presencial foram aprofundados na etapa à distância. O público-alvo foi o grupo de gestores do TRT09, compreendido por Diretores de Varas do Trabalho, Assessores de Gabinetes de Desembargadores, Diretores da Área de Apoio Judiciário e Diretores da Área Administrativa, totalizando **208** participantes. O encontro presencial, com carga horária de 8 horas, para Diretores de Unidades Judiciárias de Primeira Instância foi realizado em Polos Regionais: em 24 e 27 de abril de 2012, em Curitiba; em 11 de maio de 2012, em Cascavel; em 18 de maio, em Maringá; e, em 29 de junho, em Londrina. Como tema relevante foi apresentado o Plano de Gestão do Biênio 2012/2013 e proferidas palestras sobre Gestão Documental e a Tabela de Temporalidade, Liderança e Gestão de Pessoas e, finalmente, realizada uma Oficina sobre Gestão de Processos. Para os

Gestores da Área de Apoio Judiciário o encontro presencial foi realizado em 6 de agosto, e para os Gestores da Área Administrativa, em 13 de agosto de 2012, ambos em Curitiba. Também foi apresentado o Plano de Gestão do Biênio 2012/2013 e o Escritório de Projetos e foram proferidas palestras sobre Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica, A Força da Liderança Eficaz e Acessibilidade. Para Assessores de Gabinetes de Desembargadores o encontro presencial foi realizado em 8 de outubro de 2012, em Curitiba. Foi apresentado o Plano de Gestão do Biênio 2012/2013 e proferidas palestras sobre Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica, A Força da Liderança Eficaz e Acessibilidade. Também foram apresentadas as experiências do STF (Patrícia Maria Landi da Silva Bastos) e do TRT8 (Rodopiano Rocha da Silva Neto) com a implantação do Planejamento Estratégico e Mudanças para uma Gestão Estratégica. Na etapa em EaD, com carga horária 23 horas, a Escola Judicial desenvolveu projeto de capacitação na modalidade a distância com tutoria interna e conteúdo desenvolvido por servidoras da EJ em Gestão Estratégica de Pessoas e de Processos que abrangeram as seguintes temáticas: Gestão de Pessoas - Líder Modelo, Líder que Congrega e Líder Educador; Gestão de Processos - Planejamento Estratégico e Modelo Gerencial, Gestão de Processos e Gestão por Processos, Como alinhar à Estratégia, os Processos e as Pessoas e Gerenciando Mudanças. Foram propostos conteúdos, fóruns de debates para a construção colaborativa de conhecimento, por meio da troca de experiências e do conhecimento individual e atividades de avaliação do aprendizado.

### **2.11.1 II Encontro Regionalizado de Diretores das Unidades Judiciárias de 1ª Instância:**

#### **◆ POLO CURITIBA SUL**

Unidades: Varas do Trabalho de Araucária, Castro, Colombo, Guarapuava, Irati, Paranaguá, Pinhais, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, União da Vitória e Posto de Atendimento de Rio Negro.

Participantes: 20 servidores

Data: 24/04/2012

Carga horária: 9 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### **◆ POLO CURITIBA**

Unidades: 23 Varas do Trabalho de Curitiba, Serviço de Distribuição de 1ª Instância, Central de Mandados e Posto de Atendimento de Campo Largo.

Participantes: 26 servidores

Data: 27/04/2012

Carga horária: 9 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### **◆ POLO CASCAVEL**

Unidades: Varas do Trabalho de Assis Chateaubriand, Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Pato Branco, Toledo e Posto de Atendimento de Palotina.

Participantes: 16 servidores

Data: 11/05/2012

Carga horária: 9,5 horas

Local: Fórum de Cascavel-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

◆ **POLO MARINGÁ**

Unidades: Varas do Trabalho de Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, Nova Esperança, Paranavaí, Umuarama e Postos de Atendimento de Loanda e Pitanga.

Participantes: 13 servidores

Data: 18/05/2012

Carga horária: 9,5 horas

Local: Fórum de Maringá-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

◆ **POLO LONDRINA**

Unidades: Varas do Trabalho de Apucarana, Araongas, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Porecatu, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Wenceslau Braz e Posto de Atendimento de Ibaiti.

Participantes: 23 servidores

Data: 29/06/2012

Carga horária: 8,5 horas

Local: Londrina-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

**2.11.2 II Encontro de Gestores da Área de Apoio Judiciário:**

Unidades: Assessoria da Direção Geral, Assessoria da Presidência, Assessoria de Economia e Orientação de Cálculo, Assessoria de Uniformização de Jurisprudência, Assessoria Jurídica, Gabinete de Apoio de 2º Grau, Secretaria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública, Secretaria da Corregedoria, Secretaria de Processamento Judiciário, Secretaria do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Geral Judiciária, Secretarias das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Turmas, Serviço de Arquivo e Gestão Documental de Autos Findos, Serviço de Biblioteca e Jurisprudência, Serviço de Cadastramento Processual, Serviço de Distribuição dos Feitos de 2ª Instância, Serviço de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, Serviço Processual.

Participantes: 20 servidores

Data: 06/08/2012

Carga horária: 8 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

**2.11.3 II Encontro de Gestores da Área Administrativa:**

Unidades: Assessoria de Comunicação, Coordenadoria de Projetos, Direção Geral, Escola Judicial, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação, Secretaria de Engenharia e Arquitetura, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Licitações e Contratos, Secretaria de Pessoal, Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística, Secretaria de Tecnologia da Informação, Serviço de Administração de Obras, Serviço de Administração de Rede, Serviço de Admissão, Movimentação e Carreira, Serviço de Contabilidade e Orçamento, Serviço de Dados Funcionais, Serviço de Desenvolvimento de Projetos, Serviço de Gestão de Terceiros, Serviço de Infraestrutura, Serviço de Legislação de Pessoal, Serviço de Manutenção, Serviço de Manutenção de Sistemas, Serviço de Material e Patrimônio, Serviço de



Pagamento de Pessoal, Serviço de Projetos e Planejamento, Serviço de Saúde Ocupacional, Desenvolvimento e Benefícios, Serviço de Suporte Técnico, Serviço Financeiro, Serviços Gerais.

Participantes: 34 servidores

Data: 13/08/2012

Carga horária: 7,5 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### **2.11.4 III Encontro de Assessores de Gabinetes de Desembargadores:**

Unidades: 31 Gabinetes de Desembargadores.

Participantes: 56 servidores

Data: 08/10/2012

Carga horária: 8 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### **2.11.5 Curso de Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho:**

Participantes: 138 servidores

Período: 15 de outubro a 15 de dezembro de 2012

Carga horária: 20 horas

Entidade organizadora: CSJT (Ofício Circular CSJT GP SG 57/2012)

Modalidade: EaD

### **2.12. Programa de Desenvolvimento para Oficiais de Justiça Avaliadores Federais**

Este Programa foi desenvolvido pela equipe da Seção de Desenvolvimento Pedagógico e de Capacitação da Escola Judicial, com o objetivo de aperfeiçoar a atividade exercida pelos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados. Constaram de sua programação no encontro presencial, a apresentação do Plano de Gestão do Biênio 2012/2013, palestra proferida por magistrado do TRT 9ª Região sobre Execução Trabalhista, palestra proferida por Engenheiro Especialista, sobre Aspectos Práticos de Avaliação Patrimonial de Bens Imóveis (Urbanos e Rurais), palestra proferida por Psicóloga da Escola Judicial, sobre Administração do Stress, e, finalmente palestra proferida por Oficial de Justiça do TRT9, sobre “Profissionalização do Oficial de Justiça” (Preparo profissional. Realização de Diligência. Técnicas de abordagem. Negociação e Gerenciamento de conflitos.). Na sequência do encontro presencial, foi realizada Oficina de Procedimentos Básicos de Informática, direcionada exclusivamente aos oficiais de justiça, em que foram abordados os procedimentos: como gerar um documento PDF; como compactar uma fotografia; como criar modelos de documentos; como fazer um anexo de fotos para os autos; como identificar imóveis pelo Google Earth.

#### **2.12.1 Encontro Regionalizado de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais:**

##### **◆ POLO CURITIBA SUL**

Unidades: Varas do Trabalho de Araucária, Castro, Colombo, Guarapuava, Irati, Paranaguá, Pinhais, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, União da Vitória e Posto de Atendimento de Rio Negro.

Participantes: 17 servidores

Data: 23/04/2012

Carga horária: 9 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### ◆ POLO CURITIBA

Unidades: 23 Varas do Trabalho de Curitiba, Serviço de Distribuição de 1ª Instância, Central de Mandados e Posto de Atendimento de Campo Largo.

Participantes: 23 servidores

Data: 26/04/2012

Carga horária: 9 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### ◆ POLO CASCAVEL

Unidades: Varas do Trabalho de Assis Chateaubriand, Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Pato Branco, Toledo e Posto de Atendimento de Palotina.

Participantes: 11 servidores

Data: 10/05/2012

Carga horária: 9,5 horas

Local: Cascavel-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### ◆ POLO MARINGÁ

Unidades: Varas do Trabalho de Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, Nova Esperança, Paranaíba, Umuarama e Postos de Atendimento de Loanda e Pitanga.

Participantes: 12

Data: 17/05/2012

Carga horária: 9 horas

Local: Maringá-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### ◆ POLO LONDRINA

Unidades: Varas do Trabalho de Apucarana, Araongas, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Porecatu, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Wenceslau Braz e Posto de Atendimento de Ibaiti.

Participantes: 26

Data: 28/06/2012

Carga horária: 8,5 horas

Local: Londrina-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

## 2.12.2 Oficina de Procedimentos Básicos de Informática para Oficiais de Justiça:

### ◆ POLO CURITIBA

Unidades: 23 Varas do Trabalho de Curitiba, Serviço de Distribuição de 1ª Instância, Central de Mandados e Posto de Atendimento de Campo Largo.

#### Seq.1:

Participantes: 14 servidores

Data: 06/03/2012

Carga horária: 3 horas

#### Seq.2:

Participantes: 11 servidores

Data: 26/03/2012

Carga horária: 4 horas

#### Seq.3:

Participantes: 10 servidores

Data: 11/07/2012

Carga horária: 4,5 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

### ◆ POLO CURITIBA SUL

Unidades: Varas do Trabalho de Araucária, Castro, Colombo, Guarapuava, Irati, Paranaguá, Pinhais, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, União da Vitória e Posto de Atendimento de Rio Negro.

Participantes: 12 servidores

Data: 24/04/2012

Carga horária: 4 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

### ◆ POLO CASCAVEL

Unidades: Varas do Trabalho de Assis Chateaubriand, Cascavel, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Pato Branco, Toledo e Posto de Atendimento de Palotina.

Participantes: 08 servidores

Data: 11/05/2012

Carga horária: 4,5 horas

Local: Fórum de Cascavel-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

### ◆ POLO MARINGÁ

Unidades: Varas do Trabalho de Maringá, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, Nova Esperança, Paranavaí, Umuarama e Postos de Atendimento de Loanda e Pitanga.

Participantes: 12 servidores

Data: 18/05/2012

Carga horária: 4,5 horas

Local: Fórum de Maringá-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### ◆ POLO LONDRINA

Unidades: Varas do Trabalho de Apucarana, Arapongas, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Porecatu, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Wenceslau Braz e Posto de Atendimento de Ibaiti.

Participantes: 26 servidores

Data: 29/06/2012

Carga horária: 4 horas

Local: Londrina-PR

Entidade organizadora: EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

#### **2.12.3 Curso de Capacitação para Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, na modalidade em EaD:**

Ação de Capacitação coordenada pela Escola Judicial, cujo conteúdo foi elaborado pelos oficiais de justiça do TRT9: Marcelo Araújo de Freitas e José Carlos Batista Junior. Os oficiais, além de conteudistas, foram tutores juntamente com outra oficiala do TRT9, Fabianne Marca. O curso foi disponibilizado na Plataforma Moodle, com conteúdos que versaram sobre os temas a seguir elencados:

1. Construindo uma filosofia do serviço público
2. Importância do Judiciário para o Estado Brasileiro
3. Papel do Oficial de Justiça na estrutura judiciária
4. Comunicação em diligências
5. O mandado judicial
6. A certidão de diligência
7. Atos praticados pelo Oficial de Justiça
8. Construção de bens e direitos
9. Penhora e avaliação de imóveis
10. Atos de força e situações especiais

Cada tema contemplou um texto base que objetivava explicitar o ponto de vista dos autores, como também estimular a manifestação dos participantes do curso, por meio da estratégia de fórum de debates, em que os participantes faziam questionamentos, comentavam as postagens dos colegas, construindo conhecimento de modo colaborativo. Ao final de cada unidade, os participantes elaboravam um pequeno texto expondo suas ideias sobre o assunto da semana, considerado como avaliação da semana. A participação semanal com postagem de comentários sobre os assuntos propostos contaram na avaliação final. Os “posts” deviam ser curtos e objetivos, no limite de 10 linhas. A soma das notas do texto produzido e da participação no fórum totalizavam 10 pontos semanais, de tal modo, que ao final das dez semanas, o total alcançasse 100 pontos. Para aprovação e certificação com validação para o adicional de qualificação, necessária nota igual ou superior a setenta.

Destaca-se como novidade a oferta de uma vaga do curso para todos os Regionais que manifestaram interesse em participar, após ofício encaminhado às Escolas Judiciais com o convite. Do TRT9 inscreveram-se treze servidores e cinco chegaram a concluir o curso. De outros regionais, tivemos a participação de servidores dos TRT02, TRT03, TRT04, TRT05, TRT07, TRT10, TRT11, TRT12, TRT14, TRT16 e TRT18, sendo que os onze participantes concluíram o curso com elogios à Escola Judicial pela iniciativa louvável. Tivemos também como observadores do curso, para conhecerem a metodologia utilizada pela Escola Judicial em Educação a Distância, servidores das Escolas da Justiça Federal do Paraná, da Justiça Federal de São Paulo, além de servidores das Escolas Judiciais do TRT10, do TRT03 e do TRT05.

Participantes: 16 servidores, sendo cinco do TRT9 e onze de outros Regionais  
Período: 12 de setembro a 4 de dezembro  
Carga horária: 48 horas  
Entidade organizadora: EJ/TRT9  
Modalidade: Educação a Distância

### **2.13. Ambientação para Servidores Recém-Ingressos oriundos do Concurso Público de 2010**

A Ambientação foi elaborada e executada de acordo com a Lei 11.416/2006, regulamentada pela Portaria Conjunta n.º 3/2007 em seu Art. 4º, do Anexo III do Programa Permanente de Capacitação:

*“Art. 4º Deverá constar do Programa Permanente de Capacitação ações voltadas para:*

*I - Ambientação - destinada a servidores recém-ingressos, para proporcionar a formação da cidadania corporativa, pelo compartilhamento e sensibilização para o cumprimento da missão, da visão de futuro, da prática dos valores e o fortalecimento da cultura, bem como das informações acerca das políticas e das normas do órgão, alinhando as expectativas do servidor com os valores organizacionais;”*

Temas abordados na Ambientação, realizada no dia da posse: Estrutura e funcionamento do TRT 9ª Região, Planejamento Estratégico (Missão, Visão e Valores Institucionais), Informações para Acesso aos Sistemas Informatizados, principalmente sobre o CTA, Informações relevantes sobre Adicional de Qualificação, Apresentação de Critérios Socioambientais e Comunicação Eficaz e Atendimento ao Público, com as palestras e orientações ministradas por servidores da Escola Judicial, da Seção de Responsabilidade Socioambiental, do Serviço de Admissão e Desenvolvimento e do Serviço de Desenvolvimento e Benefícios.

◆ 13.01.2012

Participantes: 09 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 20.01.2012

Participantes: 05 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 27.01.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 03.02.2012

Participantes: 04 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 30.03.2012

Participantes: 02 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 09.04.2012

Participantes: 04 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 13.04.2012

Participantes: 02 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 20.04.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 23.04.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 01 hora-aula

◆ 24.04.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 01 hora-aula

◆ 28.05.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 02 horas-aula

◆ 31.05.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 01 hora-aula

◆ 1º.06.2012

Participantes: 04 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 04.06.2012

Participantes: 01 servidor

Carga horária: 01 hora-aula

◆ 08.06.2012

Participantes: 03 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 03.08.2012

Participantes: 04 servidores

Carga horária: 3 horas-aula

◆ 10.08.2012

Participantes: 09 servidores

Carga horária: 2,5 horas-aula

◆ 17.08.2012

Participantes: 04 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 24.08.2012

Participantes: 02 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

◆ 28.08.2012



Participantes: 02 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 31.08.2012

Participantes: 04 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 06.09.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 11.09.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 12.09.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 14.09.2012

Participantes: 02 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 21.09.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 27.09.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 28.09.2012

Participantes: 06 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 05.10.2012

Participantes: 07 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 08.10.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 11.10.2012

Participantes: 08 servidores  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 15.10.2012

Participantes: 01 servidor  
Carga horária: 03 horas-aula

◆ 26.10.2012

Participantes: 04 servidores

Carga horária: 03 horas-aula

<b>RESUMO</b>		
<b>Datas</b>	<b>Nº serv</b>	<b>CH</b>
13/01/2012	9	3
20/01/2012	5	3
27/01/2012	1	3
03/02/2012	4	3
30/03/2012	2	3
09/04/2012	4	3
13/04/2012	2	3
20/04/2012	1	3
23/04/2012	1	1
24/04/2012	1	1
28/05/2012	1	2
31/05/2012	1	1
01/06/2012	4	3
04/06/2012	1	1
08/06/2012	3	3
03/08/2012	4	3
10/08/2012	9	2,5
17/08/2012	4	3
24/08/2012	2	3
28/08/2012	2	3
31/08/2012	4	3
06/09/2012	1	3
11/09/2012	1	3
12/09/2012	1	3
14/09/2012	2	3
21/09/2012	1	3
27/09/2012	1	3
28/09/2012	6	3
05/10/2012	7	3
08/10/2012	1	3
11/10/2012	8	3
15/10/2012	1	3
26/10/2012	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>89,5</b>

## **2.14. Cursos Internos Desenvolvidos em Apoio a Outras Unidades**

### **2.14.1 Eventos de Capacitação em Apoio à Assessoria de Economia e Orientação de Cálculos**

#### **◆ Curso de Capacitação em Conciliação e Cálculo**

Participantes: 6 servidores e 11 estagiários (17)

Período: 23/02 a 27/04/2012

Carga horária: 60 horas-aula

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Assessoria Econômica e EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

Instrutores: Juiz do Trabalho José Aparecido dos Santos, Juarez Varallo Pont, José Roberto Martins.

#### **◆ Treinamento para utilização da ferramenta JURISCALC – 2012**

Participantes: 12 servidores do interior

Período: 19/03 a 21/03/2012

Carga horária: 12 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Assessoria Econômica e EJ/TRT9

Modalidade: Presencial

Instrutores: Arely Feitosa da Costa Lima, José Roberto Martins e Regina Cristina Vieira Correa.

### **2.14.2 Eventos de Capacitação em apoio à Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental**

#### **◆ Palestra: “Da Violência a Vossa Excelência”**

Participantes: 03 magistrados e 45 servidores (38 da capital e 7 do interior)

Data: 08/03/2012

Carga horária: 2 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental - SRSA

Modalidade: Presencial

#### **◆ Seminário: “Compras Públicas Sustentáveis no Âmbito do TRT PR”**

Participantes: 42 servidores da capital

Data: 20/04/2012

Carga horária: 7 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: SRSA/EJ/ TRT 9ª Região

Modalidade: Presencial

Participantes: 33 servidores (32 da capital e 01 do interior)

Data: 25 e 26/10/2012

Carga horária: 10 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: SRSA/EJ/ TRT 9ª Região

Modalidade: Presencial

#### **◆ Palestra: “Pedofilia, Quebrando o Silêncio”**

Participantes: 03 magistrados e 28 servidores da capital

Data: 11/05/2012

Carga horária: 2,5 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental - SRSA

Modalidade: Presencial

◆ **IV Encontro de Multiplicadores “Sustentabilidade e a Prática no TRT 9º Região”**

Participantes: 03 magistrados e 108 servidores (58 da capital e 50 do interior)

Período: 1º/06/2012

Carga horária: 12,5 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: SRSA/EJ/ TRT 9ª Região

Modalidade: Presencial

◆ **Palestra: “Bullying: Essa Brincadeira não tem Graça”**

Participantes: 31 servidores da capital

Data: 11/10/2012

Carga horária: 2 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental - SRSA

Modalidade: Presencial

### **2.14.3 Ações de Capacitação em apoio à Secretaria Administrativa**

O Curso “Noções Básicas de Gestão Estratégica” dividido em duas etapas: presencial e na modalidade de EaD, com carga horária de 20 horas, foi uma ação de capacitação interna para servidores lotados na Secretaria Administrativa, desenvolvida e customizada pela própria secretaria com o apoio pedagógico da Escola Judicial e o apoio técnico da Secretaria de Planejamento Estratégico. Foi realizado encontro presencial com carga horária de 8 horas, para duas turmas: uma em 6 de março de 2012 e outra em 13 de março de 2012, e a etapa em EaD, com carga horária de 12 horas, foi realizada no segundo semestre de 2012, também para duas turmas: de 3 a 19 de setembro de 2012 e de 17 de setembro a 2 de outubro de 2012. Como conteúdos foram abordados os temas seguintes: Planejamento Estratégico, Gestão Estratégica, Plano de Gestão – Biênio 2012-2013, Objetivos e Metas Estratégicas da Instituição, Resolução 63 do CSJT – Terceirização, e Secretaria Administrativa e seu papel no contexto atual da instituição. Foram capacitados 80 servidores da Secretaria Administrativa em Gestão Estratégica, com carga horária de 20 horas ( Meta 15 do CNJ).

◆ **I Encontro de Servidores da Secretaria Administrativa – Gestão Estratégica**

Participantes: 81 servidores

Data Turma I: 06/03/2012

Data Turma II: 13/03/2012

Carga horária: 8 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: SA/EJ/ TRT 9ª Região

Modalidade: Presencial

◆ **Treinamento “on line” – Gestão Estratégica – Secretaria Administrativa**

Participantes: 80 servidores

Período Turma I: 03 a 19 de setembro de 2012

Período Turma II: 17 de setembro a 2 de outubro de 2012

Carga horária: 12 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: SA/EJ/ TRT 9ª Região  
Modalidade: EaD

#### **2.14.4 Ações de Capacitação e de Educação Continuada em parceria com outras instituições públicas e/ou privadas (Coordenação da Comissão de Relações Interinstitucionais)**

◆ Evento: I Congresso Brasileiro de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos  
Participantes: 22 servidores  
Período: 22 a 25/05/2012  
Carga horária: 32 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: IDEHA – Instituto de Desenvolvimento de Habilidades.  
Modalidade: Presencial

### **3. CURSOS EXTERNOS**

Consideram-se cursos externos os que exigem contratação externa de empresas reconhecidas no mercado ou de profissionais liberais, cujo conhecimento e experiência atendem às necessidades de aperfeiçoamento de servidores e magistrados, ou que, não sendo necessária a contratação, demandaram despesas custeadas com dotação orçamentária de verba da capacitação, tais como passagens e pagamento de diárias. Podem ser também aqueles originados em demandas pontuais de determinadas áreas que exigem capacitação imediata.

◆ Curso: Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Terceirizados na Administração Pública

#### **Seq.1:**

Participantes: 04 servidores  
Período: 22 e 23/03/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: ESAF – Escola de Administração Fazendária.  
Modalidade: Presencial

#### **Seq.2:**

Participantes: 03 servidores  
Período: 16 e 17/08/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: ESAF – Escola de Administração Fazendária.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Aspectos Controversos da Legislação de Pessoal no Serviço Público - Turma 1

Participantes: 02 servidores  
Período: 27 a 29/03/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Brasília-DF  
Entidade organizadora: One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: II Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário  
Participantes: 1 servidor

Período: 28 a 30/03/2012  
Carga horária: 20 horas  
Local: Brasília-DF  
Entidade organizadora: TST  
Modalidade: Presencial

◆ Minicurso - Formatos de Arquivo e Preservação Digital

Participantes: 01 servidor  
Período: 29/03/2012  
Carga horária: 2 horas  
Local: Brasília-DF  
Entidade organizadora: TST  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Fotografia Autoral

Participantes: 01 servidor  
Período: 31/03, 14 e 28/04/2012  
Carga horária: 18 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: OMICRON Studio Fotográfico Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Gestão Estratégica na Prática - Desdobramento, Comunicação e Gestão da Estratégia

Participantes: 1 magistrado e 4 servidores  
Período: Turma 1: 26 a 30/03/2012; Turma 2: 09 a 13/04/2012.  
Carga horária: 40 horas  
Local: Brasília-DF  
Entidade organizadora: CSJT.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Aspectos Polêmicos das Licitações e dos Contratos Administrativos à Luz dos Recentes Posicionamentos do TCU

Participante: 05 servidores  
Período: 09 a 11/04/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Adobe Photoshop CS5

Participante: 01 servidora  
Período: 09 a 13/04/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Eng DTP & Multimídia Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Organização de Eventos Sociais

**Turma 1:**  
Participantes: 02 servidores  
Período: 09 a 19/04/2012  
Carga horária: 24 horas



Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: SENAC PR.  
Modalidade: Presencial

**Turma 2:**

Participantes: 02 servidores  
Período: 09 a 19/07/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: SENAC PR.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Construindo Indicadores e Definindo Métricas de Gestão em RH

Participantes: 02 servidores  
Período: 12 e 13/04/2012  
Carga horária: 17 horas  
Local: Brasília-DF  
Entidade organizadora: Conexões Educação Empresarial.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: I Encontro Brasileiro de Psicanálise e Sedução Generalizada

Participantes: 01 servidor  
Período: 16 a 18/04/2012  
Carga horária: 30 horas  
Local: Maringá-PR  
Entidade organizadora: Universidade Estadual de Maringá - UEM.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: Seminário Internacional Saúde do Servidor: Organização do Trabalho e Qualidade de Vida

Participantes: 01 servidor  
Período: 19 e 20/04/2012  
Carga horária: 11 horas  
Local: Porto Alegre - RS  
Entidade organizadora: Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Usabilidade de Interface de Sistemas - Teoria e Prática

Participantes: 03 servidores  
Período: 20/04/2012  
Carga horária: 7 horas  
Local: Brasília - DF  
Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho  
Modalidade: presencial

◆ Evento: II Fórum Brasileiro de Direito Disciplinário

Participantes: 05 servidores  
Período: 25 a 27/04/2012  
Carga horária: 30 horas  
Local: Curitiba - PR  
Entidade organizadora: Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: 1º Encontro Internacional de Compras Públicas Sustentáveis

Participantes: 01 servidor

Período: 26 e 27/04/2012

Carga horária: 12 horas

Local: Brasília - DF

Entidade organizadora: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Modalidade: presencial

◆ Curso: Básico de Direito Previdenciário para Iniciantes

Participante: 01 servidor

Período: 08/05 a 03/07/2012

Carga horária: 68 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: ESMAFE – PR

Modalidade: Presencial

◆ Evento: Métodos para Preservação Documental na Justiça do Trabalho - A Aplicação da Amostra Estratificada

Participante: 02 servidores

Período: 18/05/2012

Carga horária: 3 horas

Local: Fortaleza - CE

Entidade organizadora: TRT 7ª Região

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Primeiros Socorros

Participantes: 01 servidor

Período: 23/05/2012

Carga horária: 3 horas

Local: Cascavel - PR

Entidade organizadora: Serviço de Transporte e Remoção Translife - STR

Modalidade: Presencial

◆ Seminário: Promoção de Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças Ocupacionais

Participantes: 04 servidores

Período: 29 e 30/05/2012

Carga horária: 15 horas

Local: Brasília – DF

Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Modalidade: Presencial

◆ Evento: Semana Nacional de Terceirização – Um Marco na Terceirização no Brasil

Participantes: 04 servidores

Período: 28/05 a 1º/06/2012

Carga horária: 40 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Contratos Administrativos - Rescisão do Contrato e Aplicação de Penalidades

Participantes: 03 servidores

Período: 04 e 05/06/2012

Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Editora Casa 10 Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Clínica de Exercícios Posturais  
Participantes: 01 servidor  
Período: 07 a 09/06/2012  
Carga horária: 12 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Korppus Promoções de Eventos S/S Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Flexibilidade e Alongamento  
Participantes: 01 servidor  
Período: 08 a 10/06/2012  
Carga horária: 12 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Korppus Promoções de Eventos S/S Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Adobe Illustrator CS5  
Participante: 01 servidora  
Período: 18 a 22/06/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Eng DTP & Multimídia Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: 12º Congresso de Stress da ISMA - BR  
Participantes: 02 servidores  
Período: 19 a 21/06/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Porto Alegre – RS  
Entidade organizadora: International Stress Management Association – Seção Brasil.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: SIAFI BÁSICO  
Participantes: 02 servidores  
Período: 20 a 22/06/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: ESAF – Escola de Administração Fazendária.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: II Seminário de Direito, Estatística e Jurimetria  
Participantes: 04 servidores  
Período: 21/06/2012  
Carga horária: 07 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: ABJ – Associação Brasileira de Jurimetria.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Contratações de Tecnologia da Informação

Participantes: 05 servidores

Período: 25 a 27/06/2012

Carga horária: 24 horas

Local: São Paulo – SP

Entidade organizadora: Zênite Informação e Consultoria S/A.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Adobe Photoshop Avançado

Participante: 01 servidora

Período: 25 a 28/06/2012

Carga horária: 16 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: Eng DTP & Multimídia Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Evento: Workshop “Discursos e Práticas de Gestão de Pessoas e Equipes”

Participantes: 02 servidores

Período: 27/06/2012

Carga horária: 4 horas

Local: Londrina – PR

Entidade organizadora: ABTD – PR.

Modalidade: Presencial

◆ Evento: CONBRASCOM

Participantes: 2 servidores

Período: 27 a 29/06/2012

Carga horária: 22 horas

Local: Fortaleza – CE

Entidade organizadora: Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: A Força da Liderança Eficaz: Ação, Relação e Autodomínio

Participantes: 02 servidores

Período: 23 e 24/07/2012

Carga horária: 16 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: GRH – Gestão em Recursos Humanos.

Modalidade: Presencial

◆ Encontro com Michael Sandel - "Um Evento sobre Senso de Julgamento, Ética e Liderança".

**Seq.1:**

Participantes: 01 magistrado e 01 servidor

Data: 08/08/2012

Local: Brasília – DF

**Seq.2:**

Participantes: 01 magistrado

Data: 07/08/2012

Local: São Paulo – SP

Carga horária: 3,5 horas

Entidade organizadora: AMANA KEY Desenvolvimento e Educação Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Aspectos Controversos da Legislação de Pessoal no Serviço Público - Turma 2  
Participantes: 02 servidores  
Período: 07 a 09/08/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Capacitação do Sistema de Gestão Estratégica – SIGEST  
**Seq.1:**  
Participantes: 03 servidores  
Período: 08 a 10/08/2012  
**Seq.2:**  
Participantes: 02 servidores  
Data: 20 a 22/08/2012  
Local: Brasília – DF  
Carga horária: 20 horas  
Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Aplicação da Norma ABNT NBR 10151:2000 ao Controle do Ruído no Meio Ambiente  
Participantes: 02 servidores  
Período: 09 a 10/08/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.  
Modalidade: Presencial

◆ Cálculos em Gestão de Pessoal no Serviço Público  
Participantes: 09 servidores  
Período: 13 a 15/08/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Tribunal Regional Eleitoral – T.R.E  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: I Fórum Nacional de Núcleos de Conciliação  
Participante: 1 servidor  
Período: 15 a 17/08/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: TRT 2ª Região.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Gestão da Informação em Ambientes Digitais – e-Doc  
Participante: 1 servidor  
Período: 16 e 17/08/2012  
Carga horária: 15 horas

Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Index Consult. em Informação e Serviços Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Encontro: “O Poder Judiciário e o Meio Ambiente”

Participantes: 2 servidoras  
Período: 16 e 17/08/2012  
Carga horária: 14 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora:  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Prática de Auditoria, Gerenciamento e Fiscalização da Terceirização na Adm Pública

Participante: 01 servidora  
Período: 20 a 23/08/2012  
Carga horária: 32 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: JML - Consultoria & Eventos  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Excel Básico e Avançado VBA 2010

Participante: 01 servidora  
Período: 20/08 a 04/09/2012  
Carga horária: 48 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: NAPTEC - Núcleo de Aprendizado Profissional e Tecnológico  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Gestão de Pessoas por Competências: Conceitos e Práticas

Participante: 01 servidora  
Data: 22/08/2012  
Carga horária: 06 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: III Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho

Participantes: 04 servidores  
Período: 22 a 24/08/2012  
Carga horária: 11 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: 4º Fórum Nacional de Gestão por Processos

Participantes: 02 servidoras  
Período: 23 e 24/08/2012  
Carga horária: 17 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: Conexões Educação Empresarial.  
Modalidade: Presencial



◆ Evento: I Encontro de Gestão por Competências dos TRTs do Sul

Participantes: 07 servidores

Data: 31/08/2012

Carga horária: 08 horas

Local: Florianópolis – SC

Entidade organizadora: TRT 12ª Região.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: VBA – Visual Basic for Applications

Participante: 01 servidora

Período: 05/09 a 21/09/2012

Carga horária: 32 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: NAPTEC - Núcleo de Aprendizado Profissional e Tecnológico

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Cabeamento Estruturado: *Furukawa Certified Professional*

Participantes: 02 servidores

Período: 10 a 14/09/2012

Carga horária: 40 horas

Local: São Paulo – SP

Entidade organizadora: FARNET INFORMÁTICA - SOFTSELL.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Palestra Dia da Segurança da Informação no TCU: Gestão de Continuidade de Negócio

Participantes: 01 servidor

Período: 17/09/2012

Carga horária: 4 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: Tribunal de Contas da União – TCU.

Modalidade: EaD

◆ Curso: Controle de Políticas Públicas de Acessibilidade.

Participantes: 02 servidores

Período: 12 e 13/09/2012

Carga horária: 20 horas

Local: Brasília – DF

Entidade organizadora: Tribunal de Contas da União – TCU.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Contabilidade Pública e seus Aspectos Patrimoniais e Legais e os Novos Demonstrativos Contábeis da União, Estados e Municípios.

Participantes: 01 servidor

Período: 17 a 19/09/2012

Carga horária: 24 horas

Local: Brasília – DF

Entidade organizadora: One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Secretariado Executivo e Assessoria na Administração Pública.

Participante: 01 servidora

Período: 18 a 21/09/2012

Carga horária: 26 horas

Local: Fortaleza – CE

Entidade organizadora: One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Microsoft Excel 2010 Básico.

Participante: 01 servidora

Período: 24/09 a 02/10/2012

Participante: 01 servidora

Período: 05 a 12/11/2012

Carga horária: 21 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: SENAC PR

Modalidade: Presencial

◆ Evento: IV Simpósio Nacional One Cursos Revisado e Atualizado: Questões Polêmicas sobre a Legislação de Pessoal na Administração Pública.

Participante: 01 servidora

Período: 25 a 28/09/2012

Carga horária: 28 horas

Local: Rio de Janeiro – RJ

Entidade organizadora: One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Elaboração, Análise e Julgamento de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações de Serviços Contínuos Usuais da Administração Pública.

Participantes: 02 servidores

Período: 26 a 28/09/2012

Carga horária: 24 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Novo Código de Segurança contra Incêndio e Pânico.

Participantes: 05 servidores

Período: 27 e 28/09/2012

Carga horária: 12 horas

Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: Gerson Martins Treinamentos Profissionais Ltda.

Modalidade: Presencial

◆ Seminário: "Trabalho Infantil Aprendizagem e Justiça do Trabalho"

Participantes: 01 magistrado

Período: 10 e 11/10/2012

Carga horária: 13 horas

Local: Brasília - DF

Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Modalidade: Presencial

◆ Curso para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros

Participantes: 28 servidores

Período: 15/10 a 26/11/2012  
Carga horária: 50 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: CONASTRE Treinamento Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST

Participantes: 32 servidores  
Período: 16 e 17/10/2012  
Carga horária: 8 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: CSJT / STRATEC  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho.

Participantes: 02 servidoras  
Período: 17 a 19/10/2012  
Carga horária: 20 horas  
Local: Porto Velho – RO  
Entidade organizadora: TRT 14ª Região  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: II Seminário sobre Conciliação

Participante: 01 servidora  
Período: 22/10/2012  
Carga horária: 8 horas  
Local: Belo Horizonte – MG  
Entidade organizadora: CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Obras e Serviços de Engenharia de Acordo com o TCU

Participante: 01 servidor  
Período: 22 a 24/10/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: Zênite Informação e Consultoria S/A.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: 4º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário

Participante: 01 servidora  
Período: 23 e 24/10/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: CNJ – Conselho Nacional de Justiça  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Instalação de Condicionadores de Ar Tipo Splits

Participantes: 02 servidores  
Período: 27 e 28/10/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Porto Alegre – RS

Entidade organizadora: Arnaldo Beskow & Cia. Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Manutenção em Splits  
Participantes: 06 servidores  
Período: 29 e 30/10/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Porto Alegre – RS  
Entidade organizadora: Arnaldo Beskow & Cia. Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: Seminário Internacional de Contabilidade Pública.  
Participante: 01 servidora  
Período: 07 a 09/11/2012  
Carga horária: 15,5 horas  
Local: Belo Horizonte – MG  
Entidade organizadora: FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Tempo de Serviço e de Contribuição  
Participantes: 03 servidores  
Período: 07 a 09/11/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Porto Alegre – RS  
Entidade organizadora: Maria Cristina Fernandes Kahl (empresa individual)  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: PÓS - APG  
Participante: 01 servidor  
Período: 12 e 13/11/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: AMANA KEY Desenvolvimento e Educação Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: XVIII CONCEP – Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo  
Participante: 01 servidor  
Período: 15 a 17/11/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: Rio de Janeiro – RJ  
Entidade organizadora: CNCP – Comitê Nacional do Cerimonial Público  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Gestão e Controle do Orçamento Público.  
Participante: 01 servidora  
Período: 19 a 21/11/2012  
Carga horária: 24 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: ESAD Treinamento, Aperfeiçoamento e Especialização Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Higiene Ocupacional – Operação Prática de Instrumentos.

Participante: 01 servidor  
Período: 19 a 23/11/2012  
Carga horária: 50 horas  
Local: Joinville – SC  
Entidade organizadora: Proteção Eventos Ltda.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública.

Participantes: 01 servidor  
Período: 22/11/2012  
Carga horária: 7 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: Ministério do Meio Ambiente  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.

Participantes: 02 servidores  
Período: 26 a 30/11/2012  
Carga horária: 40 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: ESAF – Escola de Administração Fazendária.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: XXXVI Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia

Participante: 01 servidor  
Período: 27/11 a 1º/12/2012  
Carga horária: 28 horas  
Local: Belo Horizonte – MG  
Entidade organizadora: SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: Pré- Congresso de Função Pulmonar - SBPT 2012

Participante: 01 servidor  
Período: 27/11/2012  
Carga horária: 08 horas  
Local: Belo Horizonte – MG  
Entidade organizadora: SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: 3º Fórum Nacional de Gestão para Sustentabilidade.

Participantes: 01 magistrada e 01 servidora  
Período: 04 e 05/12/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Conexões Educação Empresarial.  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: Jornada de Saúde Ocupacional da APAMT.

Participante: 01 servidor  
Período: 06 a 08/12/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR

Entidade organizadora: APAMT – Associação Paranaense de Medicina do Trabalho  
Modalidade: Presencial

- ◆ Curso: Formação de Analista de Gestão por Competências – Setor Público.  
Participantes: 08 servidores  
Período: 10 a 13/12/2012  
Carga horária: 32 horas  
Local: Florianópolis – SC  
Entidade organizadora: Leme Consultoria - Desenvolvimento Humano e Tecnologia em Gestão de Pessoas  
Modalidade: Presencial

### **3.1. Ações de Capacitação em apoio à Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação**

- ◆ Curso: COBIT 4.1  
Participantes: 23 servidores  
Período: 17 a 20/04/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba - PR  
Entidade organizadora: Cerne Informática Ltda. - Softsell.  
Modalidade: Presencial
- ◆ Curso: Fundamentos em Testes de Software  
Participantes: 20 servidores  
Período: 28 a 30/05/2012  
Carga horária: 12 horas  
Local: Curitiba - PR  
Entidade organizadora: CITS - Centro Internacional de Tecnologia  
Modalidade: Presencial
- ◆ Curso: Gerenciamento de Projetos  
Participantes: 37 servidores  
Períodos: 13 e 14/08/2012 e 20 e 21/08/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba - PR  
Entidade organizadora: ISAE – FGV  
Modalidade: Presencial
- ◆ Curso: Processo Unificado  
Participante: 19 servidores  
Período: 18/09/2012  
Carga horária: 20 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software.  
Modalidade: Presencial
- ◆ Curso: Métricas e Indicadores em Tecnologia da Informação  
Participantes: 02 servidores  
Período: 12 e 13/11/2012  
Carga horária: 16 horas  
Local: Curitiba – PR



Entidade organizadora: CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Formação de Analista de Negócio

Participantes: 19 servidores

Período: 17 a 19/12/2012

Carga horária: 24 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software

Modalidade: Presencial

### 3.2. Ações de Capacitação em apoio à Secretaria de Tecnologia da Informação

◆ Curso: VPLEX Operations and Management

Participantes: 05 servidores

Período: 13 a 16/02/2012

Carga horária: 32 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: EMC2 Where Information Lives

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Configuring Managing and Troubleshooting Microsoft Exchange Server 2010

Participantes: 06 servidores

Período: 27/02 a 02/03/2012 e 12 a 16/03/2012

Carga horária: 40 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Sofhar Gestão e Tecnologia S.A.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Interconnecting Cisco Network Devices: Accelerated (1.0)

Participantes: 06 servidores

Período: 05 a 09/03/2012

Carga horária: 40 horas

Local: Curitiba-PR

Entidade organizadora: Damovo do Brasil.

Modalidade: Presencial

◆ Curso: Ethical Hacking and Countermeasures

Participantes: 02 servidores

Período: 23 e 28/04/2012

Carga horária: 48 horas

Local: Curitiba - PR

Entidade organizadora: Cerne Informática Ltda. - Softsell.

Modalidade: presencial

◆ Curso: McAfee ePO 4.5 e VSE 8.8.0i

**Seq.1:**

Participante: 02 servidores

Período: 07 a 11/05/2012

**Seq.2:**

Participante: 02 servidores

Período: 06 a 10/08/2012

**Seq.3:**

Participante: 02 servidores  
Período: 19 a 23/11/2012  
Carga horária: 20 horas  
Local: Curitiba-PR  
Entidade organizadora: ESMAFE – PR  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Data Center Design Awareness

Participantes: 02 servidores  
Período: 21 a 23/05/2012  
Carga horária: 21 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: Data Center Dynamics (empresa estrangeira).  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Maintaining a Microsoft SQL Server 2008 Database

Participantes: 02 servidores  
Período: 30/07 a 03/08/2012  
Carga horária: 40 horas  
Local: Curitiba – PR  
Entidade organizadora: Sofhar Gestão e Tecnologia S.A.  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Melhores Práticas em Eficiência Energética da Datacenter Dynamics (Energy Efficiency Best Practice)

Participantes: 02 servidores  
Período: 30 e 31/08/2012  
Carga horária: 14 horas  
Local: São Paulo – SP  
Entidade organizadora: Data Center Dynamics (empresa estrangeira).  
Modalidade: Presencial

◆ Curso: Capacitação na Solução de Segurança da Informação Firewall.

**Seq.1:**

Participante: 01 servidor  
Período: 17 a 21/09/2012

**Seq.2:**

Participante: 01 servidor  
Período: 1º a 05/10/2012

**Seq.3:**

Participante: 01 servidor  
Período: 7 a 9/11/2012  
Carga horária: 45 horas  
Local: Brasília – DF  
Entidade organizadora: CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho  
Modalidade: Presencial

◆ Evento: Data Center Power Professional.

Participantes: 02 servidores  
Período: 28 a 30/11/2012  
Carga horária: 21 horas

Local: São Paulo – SP  
 Entidade organizadora: Datacenter Dynamics Spain S.L.U.  
 Modalidade: Presencial

◆ Cursos: RH442 – Red Hat Enterprise Performance Tuning  
 Participantes: 5 servidores  
 Período: 03 a 06/12/2012  
 Carga horária: 32 horas  
 Local: Curitiba – PR  
 Entidade organizadora: Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.  
 Modalidade: Presencial

**Obs.: os cursos das Secretarias da área de informática, embora - em sua maioria – tenham sido realizados *in company*, foram classificados como Cursos Externos, para facilitar a divisão orçamentária.**

#### 4. QUANTITATIVO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Ações</b>	124	116	166	176	<b>166</b>

	2008	2009	2010	2011	2012
Servidores	2053	1563	4330	4001	3094
Magistrados	575	558	874	755	767
<b>Total</b>	<b>2628</b>	<b>2121</b>	<b>5204</b>	<b>4756</b>	<b>3861</b>

## 5. QUADROS E TABELAS

### 5.1. Quadros Demonstrativos de Cursos Externos

CURSOS EXTERNOS 2012										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Terceirizados na Administração Pública	Curitiba-PR	ESAF	Seq.1: 22 e 23/03/2012 Seq.2: 16 e 17/08/2012	presencial	0	7	16	0	112
2	Aspectos Controversos da Legislação de Pessoal no Serviço Público - Turma 1	Brasília - DF	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	27 a 29/03/2012	presencial	0	2	16	0	32
3	II Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário	Brasília-DF	TST	28 a 30/03/2012	presencial	0	1	16	0	16
4	Minicurso - Formatos de Arquivo e Preservação Digital	Brasília - DF	TST	29/03/2012	presencial	0	1	2	0	2
5	Fotografia Autoral	Curitiba - PR	OMICRON Studio Fotográfico Ltda.	31/03, 14 e 28/04/2012	presencial	0	1	18	0	18
6	Gestão Estratégica na Prática - Desdobramento, Comunicação e Gestão da Estratégia	Brasília-DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Turma 1: 26 a 30/03/2012; Turma 2: 09 a 13/04/2012.	presencial	1	4	40	40	160
7	Aspectos Polêmicos das Licitações e dos Contratos Administrativos à Luz dos Recentes Posicionamentos do TCU	Curitiba-PR	Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.	09 até 11/04/2012	presencial	0	5	24	0	120
8	Adobe Photoshop CS5	Curitiba-PR	Eng DTP & Multimídia Ltda	09 até 13/04/2012	presencial	0	1	24	0	24
9	Organização de Eventos Sociais (Turmas 1 e 2)	Curitiba-PR	SENAC PR.	T.1: 09 até 19/04/2012 T.2: 09 a 19/07/2012	presencial	0	4	24	0	96
10	Construindo Indicadores e Definindo Métricas de Gestão em RH	Brasília-DF	Conexões Educação Empresarial.	12 e 13/04/2012	presencial	0	2	17	0	34
11	I Encontro Brasileiro de Psicanálise e Sedução Generalizada	Maringá - PR	Universidade Estadual de Maringá - UEM.	16 a 18/04/2012	presencial	0	1	30	0	30
12	Seminário Internacional Saúde do Servidor: Organização do Trabalho e Qualidade de Vida	Porto Alegre - RS	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	19 e 20/04/2012	presencial	0	1	11	0	11
13	Usabilidade de Interface de Sistemas - Teoria e Prática	Brasília - DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	20/04/2012	presencial	0	3	7	0	21
14	II Fórum Brasileiro de Direito Disciplinário	Curitiba - PR	Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.	25 a 27/04/2012	presencial	0	5	30	0	150

15	<b>1º Encontro Internacional de Compras Públicas Sustentáveis</b>	Brasília - DF	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	26 e 27/04/2012	presencial	0	1	12	0	12
16	<b>Básico de Direito Previdenciário para Iniciantes</b>	Curitiba - PR	ESMAFE - PR	08/05 a 03/07/2012	presencial	0	1	68	0	68
17	<b>Métodos para Preservação Documental na Justiça do Trabalho - A Aplicação da Amostra Estratificada</b>	Fortaleza - CE	TRT 7ª Região	18/05/2012	presencial	0	2	3	0	6
18	<b>Primeiros Socorros</b>	Cascavel - PR	Serviço de Transporte e Remoção Translife - STR	23/05/2012	presencial	0	1	3	0	3
19	<b>Seminário: Promoção de Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças Ocupacionais</b>	Brasília - DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	29 e 30/05/2012	presencial	0	4	15	0	60
20	<b>Semana Nacional de Terceirização - Um Marco na Terceirização no Brasil</b>	Curitiba - PR	Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.	28/05 a 1º/06/2012	presencial	0	4	40	0	160
21	<b>Contratos Administrativos - Rescisão do Contrato e Aplicação de Penalidades</b>	Curitiba - PR	Editora Casa 10 Ltda	04 e 05/06/2012	presencial	0	3	16	0	48
22	<b>Clínica de Exercícios Posturais</b>	Curitiba - PR	Korppus Promoções de Eventos S/S Ltda.	07, 08 e 09/06/2012	presencial	0	1	12	0	12
23	<b>Flexibilidade e Alongamento</b>	Curitiba - PR	Korppus Promoções de Eventos S/S Ltda.	08, 09 e 10/06/2012	presencial	0	1	12	0	12
24	<b>Adobe Illustrator CS5</b>	Curitiba - PR	Eng DTP & Multimídia Ltda	18 a 22/06/2012	presencial	0	1	24	0	24
25	<b>12º Congresso de Stress da ISMA – BR</b>	Porto Alegre - RS	International Stress Management Association – Seção Brasil	19 a 21/06/2012	presencial	0	2	24	0	48
26	<b>SIAFI BÁSICO</b>	Curitiba - PR	ESAF – Escola de Administração Fazendária	20 a 22/06/2012	presencial	0	2	24	0	48
27	<b>II Seminário de Direito, Estatística e Jurimetria</b>	São Paulo -SP	ABJ – Associação Brasileira de Jurimetria	21/06/2012	presencial	0	4	7	0	28
28	<b>Contratações de Tecnologia da Informação</b>	São Paulo -SP	Zênite Informação e Consultoria S/A	25 a 27/06/2012	presencial	0	5	24	0	120
29	<b>Adobe Photoshop Avançado</b>	Curitiba - PR	Eng DTP & Multimídia Ltda	25 a 28/06/2012	presencial	0	1	16	0	16
30	<b>Workshop “Discursos e Práticas de Gestão de Pessoas e Equipes”</b>	Londrina - PR	ABTD - PR	27/06/2012	presencial	0	2	4	0	8
31	<b>CONBRASCOM</b>	Fortaleza - CE	Fórum Nacional de Comunicação e Justiça	27 a 29/06/2012	presencial	0	2	22	0	44
32	<b>A Força da Liderança Eficaz: Ação, Relação e Autodomínio</b>	Curitiba - PR	GRH – Gestão em Recursos Humanos	23 e 24/07/2012	presencial	0	2	16	0	32
33	<b>Encontro com Michael Sandel - "Um Evento sobre Senso de Julgamento, Ética e Liderança"</b>	Seq.1: Brasília - DF Seq.2: São Paulo - SP	AMANA KEY Desenvolvimento e Educação Ltda.	Seq.1: 08/08/2012 Seq.2: 07/08/2012	presencial	2	1	3,5	7	3,5

34	Aspectos Controversos da Legislação de Pessoal no Serviço Público - Turma 2	Brasília - DF	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	07 até 09/08/2012	presencial	0	2	16	0	32
35	Curso: Capacitação do Sistema de Gestão Estratégica – SIGEST	Brasília - DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Seq.1: 08 a 10/08/2012 Seq.2: 20 a 22/08/2012	presencial	0	5	20	0	100
36	Aplicação da Norma ABNT NBR 10151:2000 ao Controle do Ruído no Meio Ambiente	São Paulo -SP	ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas	09 e 10/08/2012	presencial	0	2	16	0	32
37	Cálculos em Gestão de Pessoal no Serviço Público	Curitiba - PR	Tribunal Regional Eleitoral - T.R.E	13 a 15/08/2012	presencial	0	9	24	0	216
38	I Fórum Nacional de Núcleos de Conciliação	São Paulo -SP	TRT 2ª Região	15 a 17/08/2012	presencial	0	1	24	0	24
39	Gestão da Informação em Ambientes Digitais – e-Doc	Curitiba-PR	Index Consult. em Informação e Serviços Ltda.	16 e 17/08/2012	presencial	0	1	15	0	15
40	Encontro: “O Poder Judiciário e o Meio Ambiente”	Brasília - DF	STJ - Superior Tribunal de Justiça	17 e 17/08/2012	presencial	0	2	14	0	28
41	Prática de Auditoria, Gerenciamento e Fiscalização da Terceirização na Adm Pública	Curitiba-PR	JML - Consultoria & Eventos	20 a 23/08/2012	presencial	0	1	32	0	32
42	Curso: Excel Básico e Avançado VBA 2010	Curitiba-PR	NAPTEC - Núcleo de Aprendizado Profissional e Tecnológico	20/08 a 04/09/2012	presencial	0	1	48	0	48
43	Curso: Gestão de Pessoas por Competências: Conceitos e Práticas	Brasília-DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	22/08/2012	presencial	0	1	15	0	15
44	III Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho	Brasília-DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	22 e 24/08/2012	presencial	0	4	11	0	44
45	4º Fórum Nacional de Gestão por Processos	Brasília-DF	Conexões Educação Empresarial.	23 e 24/08/2012	presencial	0	2	17	0	34
46	I Encontro de Gestão por Competências dos TRTs do Sul	Florianópolis	TRT 12ª Região	31/08/2012	presencial	0	7	8	0	56
47	Curso: VBA – Visual Basic for Applications	Curitiba-PR	NAPTEC - Núcleo de Aprendizado Profissional e Tecnológico	05/09 a 17/09/2012	presencial	0	1	32	0	32
48	Cabeamento Estruturado: <i>Furukawa Certified Professional</i>	Curitiba-PR	FARNET INFORMÁTICA - SOFTSELL	14/09/2012	presencial	0	2	40	0	80
49	Controle de Políticas Públicas de Acessibilidade	Brasília-DF	TCU - Tribunal de Contas da União	12 e 13/09/2012	presencial	0	2	20	0	40
50	Palestra Dia da Segurança da Informação no TCU: Gestão de Continuidade de Negócio	Curitiba-PR	TCU - Tribunal de Contas da União	17/09/2012	EaD	0	1	4	0	4
51	Contabilidade Pública e seus Aspectos Patrimoniais e Legais e os Novos Demonstrativos Contábeis da União, Estados e Municípios	Brasília - DF	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	17 a 19/09/2012	presencial	0	1	24	0	24

52	Secretariado Executivo e Assessoria na Administração Pública	Fortaleza - CE	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	18 a 21/09/2012	presencial	0	1	26	0	26
53	Microsoft Excel 2010 Básico	Curitiba-PR	SENAC PR.	24/09 a 02/10/2012 05 a 13/11/2012	presencial	0	2	21	0	42
54	IV Simpósio Nacional One Cursos Revisado e Atualizado: Questões Polêmicas sobre a Legislação de Pessoal na Administração Pública.	Rio de Janeiro- RJ	One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	25 a 28/09/2012	presencial	0	1	28	0	28
55	Elaboração, Análise e Julgamento de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações de Serviços Contínuos Usuais da Administração Pública	Curitiba-PR	Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.	26 a 28/09/2012	presencial	0	2	24	0	48
56	Novo Código de Segurança contra Incêndio e Pânico	Curitiba-PR	Gerson Martins Treinamentos Profissionais Ltda.	27 e 28/09/2012	presencial	0	5	12	0	60
57	Seminário: "Trabalho Infantil Aprendizagem e Justiça do Trabalho"	Brasília - DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	10 e 11/10/2012	presencial	1	0	13	13	0
58	Curso para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	Curitiba-PR	CONASTRE Treinamento Ltda	15/10 a 26/11/2012	presencial	0	17	50	0	850
59	Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST	Curitiba-PR	CSJT / STRATEC	16 e 17/10/2012	Presencial	0	32	8	0	256
60	VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho	Porto Velho – RO	TRT 14ª Região	17 a 19/10/2012	presencial	0	2	20	0	40
61	II Seminário sobre Conciliação	Belo Horizonte – MG	CNJ - Conselho Nacional de Justiça	22/10/2012	presencial	0	1	8	0	8
62	Obras e Serviços de Engenharia de Acordo com o TCU	São Paulo -SP	Zênite Informação e Consultoria S/A	22 a 24/10/2012	presencial	0	1	24	0	24
63	4º Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário	Brasília - DF	CNJ - Conselho Nacional de Justiça	23 a 24/10/2012	presencial	0	1	16	0	16
64	Instalação de Condicionadores de Ar Tipo Split	Porto Alegre - RS	Arnoldo Beskow & Cia. Ltda.	27 e 28/10/2012	presencial	0	2	16	0	32
65	Manutenção em Splits	Porto Alegre - RS	Arnoldo Beskow & Cia. Ltda.	29 e 30/10/2012	presencial	0	6	16	0	96
66	Seminário Internacional de Contabilidade Pública	Belo Horizonte – MG	FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade	07 até 09/11/2012	presencial	0	1	15,5	0	15,5
67	Tempo de Serviço e de Contribuição	Porto Alegre - RS	Maria Cristina Fernandes Kahl (empresa individual)	07 até 09/11/2012	presencial	0	3	24	0	72
68	PÓS – APG	São Paulo -SP	AMANA KEY Desenvolvimento e Educação Ltda.	12 e 13/11/2012	presencial	0	1	16	0	16
69	XVIII CONCEP – Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo	Rio de Janeiro- RJ	CNCP – Comitê Nacional do Cerimonial Público	15 a 17/11/2012	presencial	0	1	24	0	24



70	Gestão e Controle do Orçamento Público	São Paulo -SP	ESAD Treinamento, Aperfeiçoamento e Especialização Ltda.	19 a 21/11/2012	presencial	0	1	24	0	24
71	Higiene Ocupacional – Operação Prática de Instrumentos	Joinville - SC	Proteção Eventos Ltda.	19 a 23/11/2012	presencial	0	1	50	0	50
72	O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública	Brasília - DF	Ministério do Meio Ambiente	22/11/2012	presencial	0	1	7	0	7
73	IX Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	Brasília - DF	ESAF – Escola de Administração Fazendária	26 a 30/11/2012	presencial	0	2	40	0	80
74	XXXVI Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia	Belo Horizonte – MG	SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia	27/11 a 1º/12/2012	presencial	0	1	28	0	28
75	Pré- Congresso de Função Pulmonar - SBPT 2012	Belo Horizonte – MG	SBPT – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia	27/11/2012	presencial	0	1	8	0	8
76	3º Fórum Nacional de Gestão para Sustentabilidade	Brasília - DF	Conexões Educação Empresarial.	4 e 5/12/2012	presencial	1	1	16	16	16
77	Jornada de Saúde Ocupacional da APAMT	Curitiba-PR	APAMT – Associação Paranaense de Medicina do Trabalho	6 até 8/12/2012	presencial	0	1	16	0	16
78	Formação de Analista de Gestão por Competências – Setor Público	Florianópolis - SC	Leme Consultoria - Desenvolvimento Humano e Tecnologia em Gestão de Pessoas	10 até 13/12/2012	presencial	0	8	32	0	256
<b>TOTAL</b>						<b>5</b>	<b>219</b>	<b>1583</b>	<b>76</b>	<b>4573</b>

<b>CURSOS EXTERNOS 2012</b>										
<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	COBIT 4.1	Curitiba - PR	Cerne Informática Ltda. - Softsell.	17 a 20/04/2012	presencial	0	23	16	0	368
2	Fundamentos em Testes de Software	Curitiba - PR	CITS - Centro Internacional de Tecnologia de Software	28 a 30/05/2012	presencial	0	20	12	0	240
3	Curso de Gerenciamento de Projetos	Curitiba-PR	ISAE - FGV	13 e 14/08/2012 20 e 21/08/2012	presencial	0	37	16	0	592
4	Processo Unificado	Curitiba-PR	CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software	18/09/2012	presencial	0	19	20	0	380
5	Métricas e Indicadores em Tecnologia da Informação	Curitiba - PR	CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software	12 e 13/11/2012	presencial	0	2	16	0	32

6	Formação de Analista de Negócio	Curitiba-PR	CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software	17 a 19/12/2012	presencial	0	19	24	0	456
<b>TOTAL</b>						<b>0</b>	<b>120</b>	<b>104</b>	<b>0</b>	<b>2068</b>

<b>CURSOS EXTERNOS 2012</b>										
<b>SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	VPLEX Operations and Management	Curitiba-PR	EMC2 Where Information Lives	13 a 16/02/2012	presencial	0	5	32	0	160
2	Configuring Managing and Troubleshooting Microsoft Exchange Server 2010	Curitiba-PR	Sofhar Gestão e Tecnologia S.A.	27/02 a 02/03/2012 e 12 a 16/03/2012	presencial	0	6	40	0	240
3	Interconnecting Cisco Network Devices: Accelerated (1.0)	Curitiba-PR	Damovo do Brasil	05 até 09/03/2012	presencial	0	6	40	0	240
4	Ethical Hacking and Countermeasures	Curitiba - PR	Cerne Informática Ltda. - Softsell.	23 a 28/04/2012	presencial	0	2	48	0	96
5	Curso: McAfee ePO 4.5 e VSE 8.8.0i	Brasília - DF	PSN Security	Seq.1: 07 a 11/05/2012 Seq.2: 06 a 10/08/2012 Seq.3: 19 a 23/11/2012	presencial	0	6	20	0	120
6	Data Center Design Awareness	Brasília - DF	Data Center Dynamics (empresa estrangeira)	21 a 23/05/2012	presencial	0	2	20	0	40
7	Maintaining a Microsoft SQL Server 2008 Database	Curitiba - PR	Sofhar Gestão e Tecnologia S.A.	30/07 a 03/08/2012	presencial	0	2	40	0	80
8	Melhores Práticas em Eficiência Energética da Datacenter Dynamics (Energy Efficiency Best Practice)	São Paulo -SP	Data Center Dynamics (empresa estrangeira)	30 e 31/08/2012	presencial	0	2	14	0	28
9	Capacitação na Solução de Segurança da Informação Firewall	Brasília - DF	CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Seq.1: 17 a 21/09/2012 Seq.2: 1º a 05/10/2012 Seq.3: 7 a 9/11/2012	presencial	0	2	45	0	90
10	Data Center Power Professional	São Paulo -SP	Datacenter Dynamics Spain S.L.U.	28 a 30/11/2012	presencial	0	2	21	0	42
11	RH442 - Red Hat Enterprise Performance Tuning	Curitiba-PR	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.	3 até 6/12/2012	presencial	0	5	32	0	160
<b>TOTAL</b>						<b>0</b>	<b>40</b>	<b>352</b>	<b>0</b>	<b>1296</b>

## 5.2. Quadro Cursos de Pós-Graduação

PÓS-GRADUAÇÃO										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	Doutorado: "Sociedade e Direito"	Curitiba-PR	PUC PR	mar/10 a fev/14	presencial	1	0			
2	Mestrado: "Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento Sustentável"	Curitiba-PR	PUC PR	mar/10 a fev/12	presencial	2	0			
3	Mestrado: "Direitos Fundamentais e Democracia"	Curitiba-PR	UNIBRASIL	Seq.1: jan/10 a jun/12 Seq.2: fev/11 a dez/13 Seq.3: 2012/2014	presencial	3	0			
4	Mestrado: "Direito Constitucional"	São Paulo-SP	PUC SP	2012/2015	presencial	1	0			
5	Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário	Maringá-PR	IDCC	nov/10 a abr/12	presencial	0	5			
6	Especialização <i>lato sensu</i> em Direito: capacitação avançada para o assessoramento na jurisdição trabalhista	Curitiba-PR	UNIBRASIL	jan/12 a jul/13	presencial	0	100			
<b>TOTAL</b>						<b>7</b>	<b>105</b>			

### 5.3. Quadro Eventos Internos - Formação de Magistrados

EVENTOS INTERNOS - FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	Aula Magna da 1ª Turma de Especialização em Direito e Conferência "Direito Constitucional e Emancipação Social"	Curitiba-PR	Escola Judicial	29/02/2012	presencial	15	19	1,5	22,5	28,5
2	Curso de Direito Previdenciário	Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA	08 e 09/03/2012	presencial	25	11	12	300	132
3		Cascavel-PR	EJ - PÓLO CASCAVEL	29 e 30/03/2012	presencial	11	27	12	132	324
4		Maringá-PR	EJ - PÓLO MARINGÁ	19 e 20/04/2012	presencial	11	23	12	132	276
5		Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA-SUL	17 e 18/05/2012	presencial	20	11	12	240	132
6		Londrina-PR	EJ - PÓLO LONDRINA	31/05 a 1º/06/2012	presencial	23	20	12	276	240
7	Seminário "Trabalho como Questão de Direitos Humanos"	Curitiba-PR	Escola Judicial	15 e 16/03/2012	presencial	52	90	9	468	810
8	Aula Aberta: "Trabalho e Teoria Crítica dos Direitos Humanos"	Curitiba-PR	Escola Judicial	22/03/2012	presencial	6	24	4	24	96
9	2º Curso de Formação de Formadores em Educação a Distância	Brasília - DF	ENAMAT	28/03 a 06/05/2012	Presencial/EaD	1	0	40	40	0
10	Seminário "O Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Eficaz"	Curitiba-PR	Escola Judicial	12 e 13/04/2012	presencial	57	84	6	342	504
11	Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista	-	ENAMAT	16/04 a 08/06/2012	EaD	11	0	40	440	0
12	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório - EaD	-	ENAMAT	14/05 a 1º/07/2012	EaD	1	0	40	40	0

13	Curso de Formação de Formadores em Produção Textual para Educação a Distância	-	ENAMAT	16/05 a 26/06/2012	EaD	1	0	40	40	0
14	Seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”	Curitiba-PR	Escola Judicial	24 e 25/05/2012	presencial	53	104	14	742	1456
15	Curso "Psicodinâmica do Trabalho"	Curitiba-PR	Escola Judicial	17/08/2012	presencial	1	19	4	4	76
16	Curso e Oficina Pedagógica: Articulação Interinstitucional para a Tutela dos Interesses Coletivos do Trabalho	Curitiba-PR	Escola Judicial	17/08/2012	presencial	27	3	8	216	24
				17/08 a 03/09/2012	EaD	20	0	4	80	0
17	Curso Direito Constitucional Desportivo do Trabalho	Curitiba-PR	Escola Judicial	23 e 24/08/2012	presencial	80	3	4	320	12
					visita técnica	36	0	4	144	0
					EaD	15	0	6	90	0
18	2º Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe/JT)	Brasília - DF	ENAMAT	3 até 5/09/2012	presencial	7	0	19	133	0
19	Oficina de Sensibilização, Trabalho Decente e a Coletivização do Processo	Curitiba-PR	Escola Judicial	13 e 14/09/2012	presencial	2	0	12	0	24
20	II Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho	Curitiba-PR	Escola Judicial	24 a 28/09/2012	presencial	160	0	21*	0	3360
21	Curso Produção Textual para Educação a Distância	Curitiba-PR	Prof. Maria Salete Prado Soares	10/10 a 07/12	EaD	11	0	40	440	0
22	Formação de Magistrados para atuação no Pje/JT	Curitiba-PR	Escola Judicial	11/10/2012	presencial	9	0	12	108	0
				17/10/2012	presencial	7	0	7	49	0
				18/10/2012	presencial	10	0	7	70	0
				23/10/2012	presencial	11	0	12	132	0
				27/11/2012	presencial	13	0	12	156	0
				11/12/2012	presencial	7	0	12	84	0
23	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório	Brasília - DF	ENAMAT	15/10 a 30/11/2012	presencial	13	0	40	520	0
24	Curso Interinstitucional de Formação de Formadores ENM - França/Enamat/CEJ-CJF	Brasília - DF	ENAMAT	05 até 09/11/2012	presencial	1	0	31	31	0

25	<b>Seminário e Oficina Pedagógica - O Futuro da Proteção Jurídica do Trabalho</b>	Curitiba-PR	Escola Judicial	22 e 23/11/2012	presencial	26	46	9	234	414
26	<b>III Ciclo de Estudos sobre Saúde Mental, Judiciário e Contemporaneidade</b>	Belo Horizonte - MG	Escola Judicial - 3ª Região	06 e 07/12/2012	presencial	2	0	14,3	28,6	0
<b>TOTAL</b>						<b>745</b>	<b>484</b>	<b>532,80</b>	<b>6078,1</b>	<b>7908,5</b>

\* Média da carga horária da participação individual de cada magistrado (diferenciada).

#### 5.4. Quadro Cursos Internos - Capacitação de Servidores

CURSOS INTERNOS - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	Ambientação de Servidores Iniciais	Curitiba-PR	EJ e Segespe	13/01/2012	presencial	0	9	3	0	27
				20/01/2012		0	5	3	0	15
				27/01/2012		0	1	3	0	3
				03/02/2012		0	4	3	0	12
				30/03/2012		0	2	3	0	6
				09/04/2012		0	4	3	0	12
				13/04/2012		0	2	3	0	6
				20/04/2012		0	1	3	0	3
				23/04/2012		0	1	1	0	1
				24/04/2012		0	1	1	0	1
				28/05/2012		0	1	2	0	2
				31/05/2012		0	1	1	0	1
				1º/06/2012		0	4	3	0	12
				04/06/2012		0	1	1	0	1
				08/06/2012		0	3	3	0	9
				03/08/2012		0	4	3	0	12
				10/08/2012		0	9	2,5	0	22,5
				17/08/2012		0	4	3	0	12
				24/08/2012		0	2	3	0	6
				28/08/2012		0	2	3	0	6
				31/08/2012		0	4	3	0	12
				06/09/2012		0	1	3	0	3
				11/09/2012		0	1	3	0	3
				12/09/2012		0	1	3	0	3
				14/09/2012		0	2	3	0	6
				21/09/2012		0	1	3	0	3
27/09/2012	0	1	3	0	3					
28/09/2012	0	6	3	0	18					
05/10/2012	0	7	3	0	21					



				08/10/2012		0	1	3	0	3
				11/10/2012		0	8	3	0	24
				15/10/2012		0	1	3	0	3
				26/10/2012		0	4	3	0	12
2	<b>Oficina de Procedimentos Básicos de Informática para Oficiais de Justiça</b>	Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA	06/03/2012	presencial	0	14	3	0	42
3				26/03/2012	presencial	0	11	4	0	44
4				11/07/2012	presencial	0	10	4,5	0	45
5		Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA-SUL	24/04/2012	presencial	0	12	4	0	48
6		Cascavel-PR	EJ - PÓLO CASCAVEL	11/05/2012	presencial	0	8	4,5	0	36
7		Maringá-PR	EJ - PÓLO MARINGÁ	18/05/2012	presencial	0	12	4,5	0	54
8		Londrina-PR	EJ - PÓLO LONDRINA	29/06/2012	presencial	0	26	4	0	104
9		<b>PDG 2012 – Gestão Estratégica de Pessoas e de Processos</b>		EJ	16/04 a 11/7/2012	EaD	0	56	23	0
10	03/09 a 05/11/2012				0		55	23	0	1265
11	<b>I Encontro Regionalizado de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais</b>	Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA-SUL	23/04/2012	presencial	0	17	9	0	153
12		Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA	26/04/2012	presencial	0	23	9	0	207
13		Cascavel-PR	EJ - PÓLO CASCAVEL	10/05/2012	presencial	0	11	9,5	0	104,5
14		Maringá-PR	EJ - PÓLO MARINGÁ	17/05/2012	presencial	0	12	9	0	108
15		Londrina-PR	EJ - PÓLO LONDRINA	28/06/2012	presencial	0	26	8,5	0	221
16	<b>II Encontro Regionalizado de Diretores das Unidades Judiciárias de 1ª Instância</b>	Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA-SUL	24/04/2012	presencial	0	20	9	0	180
17		Curitiba-PR	EJ - PÓLO CURITIBA	27/04/2012	presencial	0	26	9	0	234
18		Cascavel-PR	EJ - PÓLO CASCAVEL	11/05/2012	presencial	0	16	9,5	0	152

19		Maringá-PR	EJ - PÓLO MARINGÁ	18/05/2012	presencial	0	13	9,5	0	123,5
20		Londrina-PR	EJ - PÓLO LONDRINA	29/06/2012	presencial	0	23	8,5	0	195,5
21	II Encontro de Gestores da Área de Apoio Judiciário	Curitiba-PR	Escola Judicial	06/08/2012	presencial	0	20	8	0	160
22	II Encontro de Gestores da Área Administrativa	Curitiba-PR	Escola Judicial	13/08/2012	presencial	0	34	7,5	0	255
23	PJe/JT – Atividades preparatórias e de apoio pedagógico complementar – autoinstrucionais – EaD	Curitiba-PR	Escola Judicial	11/09 a 18/12/2012	EaD	0	335	14	0	4690
24	Curso de Capacitação para Oficiais de Justiça Avaliadores Federais - EaD	Curitiba-PR	EJ	12/9 a 4/12	EaD	0	5	48	0	240
25	III Encontro de Assessores de Gabinetes de Desembargadores	Curitiba-PR	Escola Judicial	08/10/2012	presencial	0	56	8	0	448
26	Curso Gestão Estratégica para a Justiça do Trabalho	Curitiba-PR	CSJT	15/10 a 15/12	EaD	1	138	20	20	2760
27	Capacitação de Servidores para atuação no Pje/JT	Curitiba-PR	Escola Judicial / Multiplicadores	08 e 09/10/2012	presencial	0	19	14	0	266
				10 e 11/10/2012		0	21	16	0	336
				15 e 16/10/2012		0	19	14	0	266
				17 e 18/10/2012		0	19	14	0	266
				22 e 23/10/2012		0	18	12	0	216
				24 e 25/10/2012		0	15	12	0	180
				12/11/2012		0	15	6	0	90
				13/11/2012		0	15	6	0	90
				14/11/2012		0	15	6	0	90
				26 e 27/11/2012		0	20	12	0	240
28 e 29/11/2012	0	20	12	0	240					
28	Treinamento Avançado - Simulação Funcionamento Vara (Pje/JT)	Curitiba-PR	Escola Judicial	15 a 18/10/2012	presencial	0	17	24	0	408
28	Treinamento Avançado Pje/JT - Ambiente Simulado na Unidade	Irati-PR	Escola Judicial / Multiplicadores	31/10/2012	presencial	0	9	6	0	54
		Ponta Grossa-PR		09/11/2012		0	39	6	0	234
		Castro-PR		16/11/2012		0	8	6	0	48
		Apucarana		23/11/2012		0	21	5	0	105

		Cornélio Procópio-PR		30/11/2012		0	14	5	0	70
		S.J.Pinhais-PR		14/12/2012		0	31	6	0	186
29	Elementos do Processo Judicial em Meio Eletrônico	Curitiba	ENAMAT	17/11 a 09/12/2012	EaD	0	225	0	20	4500
<b>TOTAL</b>						<b>1</b>	<b>1638</b>	<b>542</b>	<b>40</b>	<b>21326</b>

### 5.5. Quadro de Cursos Internos - Apoio a Outras Áreas

CURSOS INTERNOS - APOIO A OUTRAS ÁREAS										
Nº	Nome do Curso	Local	Entidade Organizadora	Período	Modalidade	Participantes		Carga Horária	Carga Horária Magistrado	Carga Horária Servidor
						Magistrado	Servidor			
1	Curso de Capacitação em Conciliação e Cálculo	Curitiba-PR	EJ e Assessoria Econômica	23/02 a 27/04/2012	presencial	0	6	60	0	360
2	I Encontro de Servidores da Secretaria Administrativa	Curitiba-PR	EJ e S.A	06 e 13/03/2012	presencial	0	81	8	0	648
3	Palestra: “Da Violência a Vossa Excelência”	Curitiba-PR	EJ e SRSA	08/03/2012	presencial	3	45	2	6	90
4	Treinamento para utilização da ferramenta JURISCALC – 2012	Curitiba-PR	EJ e Assessoria Econômica	19/03 a 21/03/2012	presencial	0	12	12	0	144
5	Seminário: “Compras Públicas Sustentáveis no Âmbito do TRT PR”	Curitiba-PR	EJ e SRSA	20/04/2012	presencial	0	42	7	0	294
				25 e 26/10/2012		0	33	10	0	330
6	Palestra: “Pedofilia, Quebrando o Silêncio”	Curitiba-PR	SRSA	11/05/2012	presencial	3	28	2,5	7,5	70
7	I Congresso Brasileiro de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Curitiba - PR	IDEHA – Instituto de Desenvolvimento de Habilidades	22 a 25/05/2012	presencial	0	22	32	0	704
8	IV Encontro de Multiplicadores “Sustentabilidade e a Prática no TRT 9º Região”	Curitiba-PR	EJ e SRSA	1º/06/2012	presencial	3	108	12,5	37,5	1350
9	Treinamento "on line" - Gestão Estratégica - Secretaria Administrativa	Curitiba-PR	EJ e S.A	03 até 19/09	EaD	0	80	12	0	960
10	Palestra: "Bullying: Essa Brincadeira não tem Graça"	Curitiba-PR	EJ e SRSA	11/10/2012	presencial	0	31	2	0	62
<b>TOTAL</b>						<b>9</b>	<b>488</b>	<b>160</b>	<b>51</b>	<b>5012</b>

### 5.6. Quadro Demonstrativo - Resumo

PÓS-GRADUAÇÃO	Nº de Ações	Participantes		Carga Horária Total	Carga Horária Magistrados	Carga Horária Servidores
		Magistrado	Servidor			
	6	7	105			
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>105</b>			

CURSOS INTERNOS	Nº de Ações	Participantes		Carga Horária Total	Carga Horária Magistrados	Carga Horária Servidores
		Magistrado	Servidor			
FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS	26	745	484	532,8	6.078,1	7.908,5
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	29	1	1638	542	40	21.326
APOIO A OUTRAS ÁREAS	10	9	488	160	51	5.012
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>755</b>	<b>2610</b>	<b>1237,8</b>	<b>6.169,1</b>	<b>34.246,50</b>

CURSOS EXTERNOS	Nº de Ações	Participantes		Carga Horária Total	Carga Horária Magistrados	Carga Horária Servidores
		Magistrado	Servidor			
ÁREA ADMINISTRATIVA	78	5	219	1.583	76	4.573
SDSTI	6	0	120	104	0	2.068
STI	11	0	40	352	0	1.296
<b>TOTAL</b>	<b>95</b>	<b>5</b>	<b>379</b>	<b>2.039</b>	<b>76</b>	<b>7.937</b>

TOTAL	Nº de Ações	Participantes		Carga Horária Total	Carga Horária Magistrados	Carga Horária Servidores
		Magistrado	Servidor			
PÓS-GRADUAÇÃO	6	7	105			
CURSOS INTERNOS	65	755	2.610	1.237,8	6.169,1	34.246,5
CURSOS EXTERNOS	95	5	379	2.039	76	7.937
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>	<b>767</b>	<b>3.094</b>	<b>3.276,8</b>	<b>6.245,1</b>	<b>42.183,5</b>

**ANEXO I**  
**Regulamento Interno da Escola Judicial**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**  
**136/2012**

CERTIFICO e dou fé que, em sessão extraordinária realizada nesta data, sob a presidência da excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presentes os excelentíssimos Desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Presidente), Dirceu Pinto Júnior (Corregedor), Rosalie M. Bacila Batista, Fátima T. Loro Ledra Machado (convocada), Luiz Celso Napp, Arnor Lima Neto, Márcia Domingues, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Ubirajara Carlos Mendes, Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel, Neide Alves dos Santos e a excelentíssima Procuradora-Chefe Substituta Eliane Lucina, representante do Ministério Público do Trabalho, **RESOLVEU** o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **APROVAR** a redação do **Regulamento Interno da Escola Judicial**, nos seguintes termos.

**Art. 1º** Vinculam-se à Escola Judicial as seguintes unidades:

1. Assessoria da Escola Judicial;
  - 1.1. Serviço de Apoio Pedagógico;
    - 1.1.1. Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados;
    - 1.1.2. Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores;
  - 1.2. Seção de Apoio Administrativo;
    - 1.2.1. Setor de Suporte em Cursos;
  - 1.3. Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais;
  - 1.4. Seção de Gestão Orçamentária e Financeira;
  - 1.5. Seção de Gestão de Contratos;
  - 1.6. Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações;
  - 1.7. Núcleos Regionais da Escola Judicial.

§1º À Assessoria da Escola Judicial vinculam-se todos os Serviços, as Seções e os Setores;

§2º Ao Serviço de Apoio Pedagógico vinculam-se a Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados e a Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores.

§3º À Seção de Apoio Administrativo vincula-se o Setor de Suporte em Cursos.

**Art. 2º** Competem à Escola Judicial, com autonomia pedagógica, os seguintes processos de trabalho:

- a) elaborar e executar ações de formação, capacitação e de aprimoramento profissional inicial e continuado de magistrados e servidores, com o fim de implementar níveis mais elevados de eficiência em todas as atividades relativas à prestação jurisdicional, bem como desenvolver competências de servidores das áreas administrativa, observando orientações normativas de seu próprio Conselho Administrativo, da ENAMAT, do CSJT, do Tribunal Superior do Trabalho e do CNJ aplicáveis;
- b) servir como sustentáculo técnico e científico dos projetos de ação do Tribunal, por meio da estreita articulação com todos os demais setores do órgão;

- c) colaborar com a Comissão de Vitaliciedade no acompanhamento e na avaliação de Juízes Substitutos para efeito de vitaliciamento;
- d) colaborar com o Tribunal Pleno ou Órgão Especial, quando competente, no acompanhamento e formulação de relatórios consubstanciados das atividades dos magistrados, para fins de instrução nos processos de promoção, processos de permuta, processos de acesso e de licenças para aprimoramento;
- e) participar das Comissões de Concurso para ingresso à Magistratura do Trabalho do TRT da 9ª Região;
- f) realizar pesquisas e programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante convênios e parcerias, a partir de eixos temáticos previamente definidos;
- g) promover estudos e difundir o conhecimento sobre gestão do Judiciário e temas afetos, buscando racionalizar, simplificar e padronizar os procedimentos judiciais e administrativos, consoante alinhamento estratégico ao planejamento da Administração;
- h) organizar a Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da 9ª Região, evento permanente deste Tribunal.

**Art. 3º** Para alcançar suas finalidades, a Escola Judicial poderá, dentre outras atividades:

- a) promover cursos e programas de formação inicial e continuada para magistrados, formadores e atividades de capacitação de servidores;
- b) realizar seminários, simpósios, colóquios, fóruns, oficinas, painéis, encontros e outras atividades eventuais ou permanentes necessárias ao desempenho eficiente da prestação jurisdicional, visando aprimorar, racionalizar, simplificar e padronizar procedimentos judiciais e administrativos;
- c) realizar cursos, seminários e outras atividades culturais de interesse do Tribunal e da comunidade jurídica;
- d) estabelecer eixos temáticos de pesquisa e extensão que impactem positivamente nos percursos formativos e realizar estudos, internamente ou mediante parcerias, com ênfase nas ações colaborativas, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e a qualificação da formação jurídica;
- e) propor à Presidência que sejam celebrados convênios ou contratos para consecução de suas finalidades;
- f) organizar e disponibilizar, por meio eletrônico ou de material impresso, fontes de conhecimento jurídico, especialmente aquelas decorrentes de eventos, estudos e pesquisas promovidos ou patrocinados pela Escola Judicial;
- g) promover concursos para incentivar trabalhos envolvendo soluções práticas, que objetivem melhorar a eficiência da prestação jurisdicional e da gestão administrativa das Varas do Trabalho e do Tribunal;
- h) atuar em colaboração e em conjunto com a Corregedoria Regional em suas finalidades comuns, bem como com todos os demais setores do Tribunal;
- i) promover e estimular a comunicação entre magistrados e servidores em relação a temas afetos à formação e capacitação;
- j) deliberar e assessorar a edição de atos que organizem o Programa de Formação Inicial, Formação de Formadores e de Formação Continuada de Magistrados;
- k) deliberar e assessorar a edição de atos que organizem o Programa Permanente de Capacitação de Servidores.

**Art. 4º** Competem ao Conselho Administrativo da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:



- a) definir as diretrizes para o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro da Escola Judicial e de seus Núcleos Regionais;
- b) organizar três Comissões compostas por integrantes do Conselho, para desempenhar ações específicas: Comissão de Articulação Interinstitucional, Comissão de Articulação Institucional e Comissão de EAD e Publicações;
- c) aprovar o projeto pedagógico da Escola Judicial;
- d) aprovar o plano anual de atividades da Escola Judicial, assegurando as condições necessárias a sua efetivação, mediante distribuição de tarefas, definição de prazos, acompanhamento, avaliação e realimentação de suas atividades;
- e) deliberar sobre a formação do corpo docente, sobre o currículo dos cursos e sobre a execução das atividades pedagógicas;
- f) deliberar sobre a validação das atividades formativas de magistrados;
- g) oferecer parecer sobre processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos;
- h) oferecer parecer sobre processos de permuta de magistrados, acesso e promoção;
- i) oferecer parecer em matérias administrativas e processos que envolvam licenças para aperfeiçoamento de magistrados;
- j) deliberar sobre a proposta de planejamento financeiro a ser encaminhada à Presidência do Tribunal;
- k) apreciar qualquer questão proposta pelo Diretor ou por seus integrantes;
- l) definir as diretrizes para atuação dos Núcleos Regionais;
- m) estabelecer os eixos temáticos de linhas de pesquisas e programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante propostas de convênios e parcerias apresentadas à Presidência;

Parágrafo único. O Conselho Administrativo se reunirá pelo menos a cada dois meses, e sempre que necessário, mediante convocação do Diretor.

**Art. 5º** Compete ao Diretor:

- a) presidir o Conselho Administrativo;
- b) representar a Escola Judicial;
- c) coordenar o processo de elaboração, implementação e avaliação do Plano Anual de Atividades Administrativas e Pedagógicas, submetendo-o, e os respectivos relatórios, à aprovação do Conselho Administrativo e, posterior apreciação do Presidente do Tribunal;
- d) propor ao Conselho Administrativo a composição do corpo docente;
- e) constituir programas e grupos de pesquisa e de trabalho sobre temas específicos, a partir dos eixos temáticos definidos pelo Conselho Administrativo;
- f) apresentar à Presidência do Tribunal, depois de ouvido o Conselho Administrativo, o planejamento financeiro da Escola Judicial;
- g) apresentar à Presidência do Tribunal Relatório Anual de Atividades, até o final do mês de fevereiro.

**Art. 6º** Compete ao Coordenador Pedagógico:

- a) coordenar o processo de elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, dos Planos de Cursos de Formação Inicial e Continuada, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Administrativo e

normativos da ENAMAT, do CSJT, do Tribunal Superior do Trabalho, do CNJ aplicáveis;

b) apoiar o Diretor na elaboração do Plano Anual de Atividades da Escola Judicial;

c) coordenar os processos de implementação, acompanhamento, avaliação e realimentação das ações constantes do Projeto Pedagógico da Escola Judicial, dos Planos de Curso de Formação Inicial e Continuada de Magistrados, de Formação de Formadores e do Programa de Educação Continuada de servidores, assegurando condições para sua realização;

d) coordenar o processo de definição das demandas de formação e educação continuada;

e) propor ao Diretor a constituição de grupos de pesquisa e de trabalho para estudos de matérias específicas, a partir dos eixos temáticos definidos pelo Conselho Administrativo, e coordenar a execução dessas atividades;

f) coordenar a elaboração de relatórios das atividades realizadas, para apresentação ao Conselho Administrativo, visando os encaminhamentos que se façam necessários;

g) exercer quaisquer outras atribuições delegadas pelo Diretor.

**Art. 7º** Compete ao Coordenador do Núcleo Regional:

a) diagnosticar as necessidades regionais prioritárias para construção conjunta com o Conselho Administrativo do Plano Anual de Atividades de Formação de Magistrados e Capacitação de Servidores;

b) coordenar a execução descentralizada das ações de formação de magistrados e de capacitação de servidores, conforme diretrizes do Conselho Administrativo e observância ao Projeto Pedagógico;

c) apresentar relatório anual ao Conselho Administrativo das atividades realizadas;

d) representar a Escola Judicial na supervisão das atividades regionais.

**Art. 8º** Competem à Assessoria da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:

a) organizar as atividades atribuídas ao Serviço, às Seções e aos Setores;

b) receber a correspondência oficial dirigida à Diretoria, incluídos o malote digital e sistema CTA;

c) acompanhar e secretariar reuniões do Conselho Administrativo, efetivando os atos deliberados e pesquisas determinadas;

d) assessorar a Direção, as Coordenadorias, as Comissões e os Comitês.

**Art. 9º** Incumbe ao Assessor:

a) atuar como gestor dos contratos administrativos celebrados para o cumprimento das finalidades da Escola Judicial;

b) orientar e supervisionar os trabalhos da Seção de Apoio Administrativo, zelando pelo adequado atendimento ao público e atualização do cadastro de dados funcionais de formação e capacitação;

c) realizar pesquisa e emitir informações jurídico-administrativas, que subsidiem consultas às Seções vinculadas às suas atribuições;

d) subsidiar o Conselho Administrativo com dados sob a guarda da Escola Judicial quanto aos pedidos de dispensa, licença ou afastamento formulados por magistrados, para fins de aperfeiçoamento continuado;

e) subsidiar o Conselho Administrativo com dados oficiais para a formulação de relatório de instrução

aos processos de vitaliciamento, de acesso ao Tribunal, promoção e permuta de magistrados;

f) cumprir e fazer cumprir as diligências determinadas pela Direção, Coordenação e Conselho Administrativo;

g) pesquisar e submeter à análise da Direção e da Coordenação as inovações legislativas nas áreas de interesse da Escola Judicial, que afetem a formação inicial e continuada de magistrados, ou capacitação de servidores;

h) elaborar minutas de resoluções administrativas e portarias destinadas a disciplinar o funcionamento da Escola Judicial;

i) manter política de divulgação das atividades de formação inicial e continuada, e de capacitação, entre os interessados;

j) submeter ao Conselho Administrativo, observados os prazos:

1) Proposta Anual Orçamentária,

2) Proposta de Plano e Calendário Anual de Atividades, individualizadas as ações de formação de magistrados e as de capacitação de servidores,

3) Relatório Anual de Atividades.

**Art. 10** Competem à Seção de Apoio Administrativo da Escola Judicial os seguintes processos de trabalho:

a) criar eventos no Sistema SRH, acompanhar as inscrições e registrar frequência e aproveitamento dos participantes dos eventos realizados pela Escola Judicial, mediante a validação das horas e emissão de certificação digital, inclusive para fins de folhas de diárias e deslocamentos, quando cabíveis;

b) atualizar o cadastro de dados funcionais de formação de magistrados e capacitação de servidores;

c) acompanhar e avaliar a estrutura e o funcionamento da Escola Judicial, propondo ações de melhoria;

d) gerenciar solicitações técnicas, compras, contratos e estoques, de modo a assegurar a manutenção dos ambientes de funcionamento da Escola Judicial e pleno cumprimento de suas finalidades precípuas;

e) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial;

f) manter a guarda de documentos e livros pertencentes à Escola;

g) manter comunicação administrativa com os demais órgãos do Tribunal e com entidades públicas e privadas (relações institucionais), para o cumprimento adequado de suas atribuições;

h) controlar o agendamento das salas de aula e auditórios disponíveis, compatibilizando calendários de eventos/reuniões;

i) elaborar históricos escolares e emitir certificados digitais, inclusive em favor do corpo docente;

j) prestar suporte às equipes dos Núcleos Regionais.

**Art. 11** Ao Setor de Suporte em Cursos, integrante da Seção de Apoio Administrativo, competem os seguintes processos de trabalho:

a) oferecer suporte operacional à execução dos cursos internos, inclusive no aspecto estrutural de manutenção e conservação de ambientes e equipamentos;

- b) mediar os processos de comunicação entre o corpo discente e docente, e destes com o Juiz Coordenador da Escola Judicial;
- c) acompanhar e controlar a frequência dos alunos nos cursos;
- d) realizar a gestão de documentos vinculados aos cursos.

**Art. 12** Ao Serviço de Apoio Pedagógico incumbem as seguintes atribuições:

- a) oferecer suporte pedagógico às ações de Formação Inicial e de Educação Continuada de Magistrados e de Formadores e Multiplicadores;
- b) auxiliar na elaboração do Programa Anual de Educação Continuada para Magistrados, alinhado ao planejamento estratégico da instituição;
- c) contribuir com a elaboração e a atualização do regulamento do Programa Permanente de Capacitação, conforme determinação contida no Anexo III da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, publicada no D.O.U de 5 de junho de 2007;
- d) elaborar o Programa Anual de Capacitação para o desenvolvimento e a manutenção das competências necessárias à atuação profissional dos servidores, tanto na área administrativa quanto na judiciária, alinhadas ao planejamento estratégico da instituição;
- e) direcionar, para o alcance das metas e das estratégias da instituição, a verba orçamentária destinada à capacitação;
- f) sensibilizar permanentemente os servidores, visando a compreensão e o comprometimento para o cumprimento da missão, da visão e da prática dos valores institucionais;
- g) criar indicadores estratégicos de desempenho para mensurar os resultados das ações de desenvolvimento e capacitação que contribuam para a efetividade da prestação jurisdicional e na qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
- h) sensibilizar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos, presentes e futuros da instituição;
- i) desenvolver uma cultura organizacional na qual a responsabilidade pela capacitação seja compartilhada;
- j) desenvolver ações de educação continuada para a valorização dos servidores;
- k) apoiar, coletando e sistematizando informações relativas às ações de formação, educação continuada, desenvolvimento e capacitação, o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração do planejamento da Escola Judicial;
- l) desenvolver processos de identificação e sistematização de demandas de desenvolvimento e de capacitação, de acordo com o perfil dos servidores recém-ingressos, dos servidores em processo de desenvolvimento, dos gestores, dos agentes de segurança e dos oficiais de justiça avaliadores federais;
- m) elaborar o desenho instrucional dos cursos e desenvolver atividades que facilitem o processo ensino-aprendizagem, seja na modalidade presencial ou em educação a distância;
- n) pesquisar e desenvolver atividades de avaliação formativa para o acompanhamento do aproveitamento de magistrados, servidores, formadores, pesquisadores, tutores e outras atribuições assemelhadas;

**Art. 13** Integram o Serviço de Apoio Pedagógico, a Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados e a Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores.

**Art. 14** À Seção de Formação Inicial e Continuada de Magistrados competem os seguintes processos de trabalho:

- a) atuar, dando suporte técnico e operacional, na formação inicial e continuada de magistrados;
- b) introduzir métodos de ensino que assegurem a participação ativa dos Juízes-Alunos, nos quais sejam estimuladas a dialogicidade, a interação e a troca de experiências (como aulas teóricas, práticas tuteladas, estudos de casos, simulações, fóruns de debates, chats ou outros eventos), na modalidade presencial ou em educação a distância;
- c) fomentar ações que possibilitem a reflexão entre os Juízes-Alunos quanto à aplicação na prática jurisdicional dos conteúdos das atividades formativas, aproximando teoria e prática;
- d) controlar, validar e informar os registros relativos à frequência nas atividades de formação inicial até o vitaliciamento considerando as várias tecnologias disponíveis;
- e) acompanhar e informar o aproveitamento de Juízes substitutos para efeito de vitaliciamento disponibilizando ferramentas em meio físico ou eletrônico de avaliação reflexiva e de avaliação do Juiz-Aluno pela Escola Judicial, sempre respeitando a plena liberdade de entendimento e convicção como Magistrado em formação;
- f) acompanhar e informar o aproveitamento de magistrados para efeito de cômputo das horas validadas em atividades de formação continuada, por meio de ferramentas em meio físico ou eletrônico, de avaliação reflexiva e de avaliação do Juiz-Aluno pela Escola Judicial, sempre respeitando a plena liberdade de entendimento e convicção como Magistrado e sob diretrizes específicas do Conselho Administrativo;
- g) implementar ações para realizar os eventos de formação inicial e continuada, em conformidade com o Plano Anual de Atividades, assegurando as condições para a sua realização;
- h) apoiar a emissão de parecer aos processos de vitaliciamento, reunindo, sistematizando e registrando documentos;
- i) apoiar a emissão de parecer aos processos de promoção e acesso, reunindo, sistematizando e registrando documentos;
- j) apoiar, coletando e sistematizando informações relativas às ações formativas, o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração do planejamento da Escola Judicial, incluindo o Plano Anual de Atividades, o Projeto Pedagógico da Escola, no que for pertinente ao Plano de Curso de Formação Inicial e Continuada de Magistrados;
- k) executar os processos de identificação e sistematização de demandas, caracterização do perfil dos magistrados em formação, elaboração do desenho instrucional dos cursos e atividades, acompanhamento e avaliação, tratamento e registro de informações, contato com instituições e docentes, elaboração de cadastros de instituições, docentes, cursos e disciplinas, elaboração de documentos para a apresentação de relatórios;
- l) apoiar o processo de pesquisa, elaboração e disponibilização de material didático;
- m) pesquisar publicações que subsidiem a proposição de cursos e demais atividades formativas;
- n) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a elaboração e consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial.

**Art. 15** Competem à Seção de Desenvolvimento e de Capacitação de Servidores, os seguintes processos de trabalho:

- a) participar complementarmente das ações administrativas voltadas para a identificação e desenvolvimento das competências necessárias para garantir a efetividade organizacional;
- b) propor ações e atender demandas de treinamento de servidores voltadas para melhoria contínua da qualidade e aumento da produtividade, oferecendo suporte técnico e orientação às iniciativas de

capacitação das demais unidades, atuando como consultoria e assessoria de educação corporativa;

c) incentivar os servidores para o seu autodesenvolvimento, buscando a melhoria do gerenciamento de sua carreira;

d) estimular os servidores para sua atuação como instrutores ou tutores na modalidade de educação a distância nos cursos internos promovidos pela instituição;

e) propiciar a construção, o armazenamento e o compartilhamento de conhecimentos e experiências dos servidores para a implementação da gestão do conhecimento;

f) proporcionar aos servidores recém-ingressos a formação da cidadania corporativa, pelo compartilhamento e sensibilização para o cumprimento da missão, da visão de futuro, da prática dos valores e fortalecimento da cultura, bem como das informações acerca das políticas e das normas, alinhando as expectativas do servidor com os valores institucionais;

g) planejar e desenvolver ações, mediante solicitação específica, para o aprimoramento das competências necessárias para o melhor desempenho das atividades funcionais;

h) elaborar minuta de regulamento para participação de servidores em eventos de desenvolvimento e de capacitação, nas modalidades presencial e EAD;

i) implementar ações para realizar os cursos para servidores, em conformidade com o Programa Anual de Capacitação, assegurando as condições para a sua realização;

j) subsidiar os processos de análise e validação de participação em cursos de pós-graduação e em ações de treinamento para fins do Adicional de Qualificação, conforme regulamentado pela Portaria Conjunta nº 1, de 7 de março de 2007, publicada no DOU de 9 de março de 2007.

k) divulgar as atividades de desenvolvimento e capacitação entre os interessados;

l) registrar informações que propiciem o contato com instituições e docentes, elaborando cadastros respectivos;

m) elaborar documentos para a apresentação de relatórios;

n) apoiar o processo de pesquisa, elaboração e disponibilização de material didático;

o) elaborar material para subsidiar a divulgação dos cursos e atividades, junto às unidades responsáveis;

p) pesquisar publicações que subsidiem a proposição de cursos e demais atividades de desenvolvimento e de capacitação;

q) elaborar relatórios sobre a execução de suas atribuições, subsidiando a consolidação do Relatório Anual da Escola Judicial.

**Art. 16** Competem à Seção de Suporte a Tecnologias Educacionais os seguintes processos de trabalho:

a) desenvolver e atualizar tecnologias eletrônicas voltadas a objetos pedagógicos, para aprimorar a educação a distância, dar apoio às ações presenciais, estimular a comunicação e divulgação das ações da Escola Judicial e entre o corpo docente, discente e a comunidade, e para o compartilhamento de rotinas e melhores práticas originárias do Plano Anual de Atividades para a formação de magistrados, formadores e capacitação de servidores;

b) dar suporte técnico sobre as tecnologias eletrônicas educacionais para aos demais setores da Escola Judicial, aos Núcleos Regionais, ao corpo docente e discente, a pesquisadores e tutores, ao Conselho Administrativo, Diretor e Juiz Coordenador;

c) executar as ações da Escola Judicial que envolvam registros áudio visuais e utilização dos diversos espaços de mídias;

- d) desenvolver tecnologias eletrônicas para auxílio nas tarefas de controle e metrificação das ações da Escola Judicial, para subsídio aos pareceres de sua competência;
- e) acompanhar os processos de licitação necessários à realização das atribuições da Seção;
- f) atualizar permanentemente o site da Escola Judicial, avaliando sua adequação às finalidades e propondo melhorias.

**Art. 17** Competem ao Setor de Pesquisa, Extensão e Publicações os seguintes processos de trabalho:

- a) organizar a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, em conformidade com as orientações do Conselho Administrativo, buscando artigos e preparando o material para impressão consoante normas editoriais uniformes;
- b) receber e encaminhar a Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região, após a impressão;
- c) organizar a pesquisa jurídica temática e submeter à Assessoria para fins de publicação da Revista Eletrônica;
- d) acompanhar, interagir e apoiar os grupos de pesquisa e programas de extensão, conforme os eixos temáticos e linhas de pesquisa definidos pelo Conselho Administrativo;
- d) acompanhar os processos de licitação necessários à realização das atribuições da Seção.

**Art. 18** Competem à Seção de Gestão Orçamentária e Financeira os seguintes processos de trabalho:

- a) gerenciar o controle orçamentário e financeiro da Escola Judicial;
- b) receber, processar, encaminhar e acompanhar os pedidos de participação em atividades externas, prestando informações aos interessados, analisando relatórios e registrando as atividades realizadas;
- c) validar pedidos de diárias e reembolso de passagens solicitados para participação nos eventos promovidos e/ou contratados com verba destinada à capacitação;
- d) levantar dados e elaborar a estatística mensal de capacitação, devidamente informada à Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças, no prazo consignado;
- e) colacionar os dados para elaboração do Relatório Anual da Escola Judicial;
- f) conferir e averbar nos registros funcionais de magistrados e servidores, os eventos contratados por meio da modalidade de Cursos Externos;
- g) coordenar os serviços administrativos e financeiros necessários ao pleno desenvolvimento das finalidades da Escola Judicial;
- h) elaborar a proposta de previsão orçamentária e acompanhar sua execução, subsidiando o Conselho Administrativo na tomada de decisões, bem como a Direção na implementação no Plano Anual de Atividades;
- i) apresentar à Assessoria e à Coordenação a Proposta Anual Orçamentária;
- j) apoiar o Diretor e o Coordenador Pedagógico na elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Atividades, coletando e sistematizando informações relativas à gestão e ao financiamento.

**Art. 19** Competem à Seção de Gestão de Contratos, os seguintes processos de trabalho:

- a) encaminhar e acompanhar junto às Assessorias Administrativas competentes as contratações para o cumprimento das finalidades da Escola Judicial ligadas à formação de magistrados e capacitação de servidores;
- b) elaborar minutas de editais para contratação nos termos da Lei 8.666/93, conforme especificações



de objeto definidas pelo Conselho Administrativo;

c) apoiar e elaborar projetos básicos e de termos de referência para contratações em modalidade de "compra direta";

d) fiscalizar e apoiar a fiscalização dos contratos administrativos cuja gestão é de responsabilidade da Escola Judicial;

e) manter comunicação administrativa com os demais órgãos do Tribunal e com entidades públicas e privadas (relações institucionais), para o cumprimento adequado de suas atribuições contratuais;

f) contratar professores para execução do Plano Anual de Atividades, programações de formação de magistrados e capacitação de servidores;

g) controlar saldo orçamentário dos cursos (designados como cursos internos), emitir folhas de saldo, atualizar planilhas de acompanhamento da execução orçamentário-financeira e providenciar a anulação ou reforço de empenho, quando necessário;

h) elaborar minutas de projeto de convênios e apoio de instituições aos eventos do Plano Anual de Atividades e da Semana Institucional de Magistrados, visando o desenvolvimento pleno das finalidades da Escola Judicial;

i) subsidiar a contratação de docentes para palestras, cursos, simpósios e seminários destinados ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores;

j) gerir e fiscalizar os contratos propostos pela Escola Judicial ligados às suas atribuições, contendo justificativas jurídicas, motivação administrativa e espelho orçamentário;

k) providenciar o pagamento de honorários dos docentes e, quando necessário, o traslado e pagamento de diárias, observadas as categorias de contratação (prestador de serviço ou colaborador eventual).

OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Tobias de Macedo Filho (em férias), Ney José de Freitas (afastado, em atividade no CNJ) e Luiz Eduardo Gunther (em férias). A excelentíssima Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ney José de Freitas (Portaria SGP n.º 58, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição em razão de suas funções no CNJ (RA-OE 106/2011). Presentes os excelentíssimos Juízes Sandra Mara Flügel Assad, Vice-Presidente da Amatra IX e Paulo Henrique Kretschmar e Conti, Auxiliar da Presidência.

Curitiba, 10 de setembro de 2012.

**ANA CRISTINA NAVARRO LINS**

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada

**Disponibilizada no "DEJT"**

**Dia 13/09/2012 Pág.:42 a 48 Ed.nº: 1063/2012**

**Disponibilizada novamente no "DEJT"**

**Dia 20/09/2012 Pág.:30 a 36 Ed.nº: 1068/2012**

**ANEXO II**  
**Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA**  
**137/2012**

CERTIFICO e dou fé que, em sessão extraordinária realizada nesta data, sob a presidência da excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presentes os excelentíssimos Desembargadores Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Presidente), Dirceu Pinto Júnior (Corregedor), Rosalie M. Bacila Batista, Fátima T. Loro Ledra Machado (convocada), Luiz Celso Napp, Arnor Lima Neto, Márcia Domingues, Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Ubirajara Carlos Mendes, Nair Maria Ramos Gubert, Eneida Cornel, Neide Alves dos Santos e a excelentíssima Procuradora-Chefe Substituta Eliane Lucina, representante do Ministério Público do Trabalho, **RESOLVEU** o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **APROVAR** de Projeto Político Pedagógico da Escola Judicial, TRT 9ª Região - 2012/2017, conforme anexo I.

OBS: Ausentes, justificadamente, os excelentíssimos Desembargadores Tobias de Macedo Filho (em férias), Ney José de Freitas (afastado, em atividade no CNJ) e Luiz Eduardo Gunther (em férias). A excelentíssima Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado participou da sessão, como convocada, na cadeira do excelentíssimo Desembargador Ney José de Freitas (Portaria SGP n.º 58, de 15-12-2011), afastado temporariamente da jurisdição em razão de suas funções no CNJ (RA-OE 106/2011). Presentes os excelentíssimos Juízes Sandra Mara Flügel Assad, Vice-Presidente da Amatra IX e Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, Auxiliar da Presidência.

Curitiba, 10 de setembro de 2012.

**ANA CRISTINA NAVARRO LINS**

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada

**Disponibilizada no “DEJT”**  
**Dia 13/09/2012 Pág.: 51/52 Ed. nº: 1063/2012**

**ANEXO I - DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 137/2012**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA JUDICIAL**

**2012/2017**

**1. Apresentação**

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região apresenta a primeira revisão e atualização de Projeto Político Pedagógico, documento que sistematiza os princípios e diretrizes que orientarão as suas ações no próximo quinquênio (2012-2017), tendo em vista o cumprimento de suas finalidades, previstas no Regulamento Interno.

Este documento foi elaborado visando a conferir consistência e qualificação às atividades jurisdicionais, com o desígnio maior de instituir um ambiente propício à formação tecnicamente adequada e eticamente humanizada dos protagonistas aos quais foi confiada a nobre tarefa de viabilizar e concretizar a entrega da prestação jurisdicional efetiva.

## 2. Histórico

A criação da Escola Judicial, inicialmente como Escola de Administração Judiciária, foi aprovada pelo Órgão Especial deste E. Tribunal Regional do Trabalho do Paraná - 9ª Região, em 29 de novembro de 2004 (RA 127/2004) e seu Regulamento Interno em 28 de março de 2005 (RA 31/2005). As primeiras instalações foram inauguradas em 05 de dezembro de 2005, com área de 456,73m<sup>2</sup>, no Edifício Anexo Administrativo, Fórum da Justiça do Trabalho de Primeiro Grau de Curitiba. As atuais instalações foram inauguradas em dezembro de 2011 e situam-se no Edifício da Avenida Machado, nº 147, sobreloja, em Curitiba.

O Regulamento Interno da Escola de Administração Judiciária recebeu alterações pela RA 056/2007 e pela RA 056/2009 do Órgão Especial do TRT. A RA 057/2009 do Órgão Especial aprovou o Projeto Pedagógico 2009/2010 da Escola Judicial. Observada a Recomendação nº 01/2009 da ENAMAT, a escola passou a receber a denominação "Escola Judicial" uniformizada para os integrantes do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SIFMT. A instituição atua em conjunto com a Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, conforme previsto na Emenda Constitucional 45/2004.

### 2.1. Conselho Administrativo

Os primeiros membros eleitos para compor o Conselho Administrativo da Escola foram os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, como Diretor e Dirceu Buyz Pinto Júnior, como Coordenador, Desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, Juiz Eduardo Milléo Baracat e Juiz José Mario Kohler, representando os Juizes de 1ª Instância.

Para o biênio 2006/2007, foram eleitos em 28 de novembro de 2005 os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, Diretor, Célio Horst Waldraff, Coordenador, e Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, Juiz Eduardo Milleo Baracat, representante dos Juizes Titulares de Vara do Trabalho e Juiz Fernando Hoffmann, representante dos Juizes Substitutos (RA 180). No decorrer do biênio 2006/2007, atendendo ao previsto na RA 56/2007, do Órgão Especial e disposto na Portaria SGP 042/2007, compuseram o Conselho Administrativo da EAJ os Excelentíssimos Desembargadores Ney José de Freitas, Diretor, Arnor Lima Neto, Vice-Diretor, Célio Horst Waldraff, Coordenador, a Excelentíssima juíza titular de 1º Grau, Odete Grasselli, como Vice Coordenadora, a Excelentíssima Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, representante dos Desembargadores, o Juiz Paulo Ricardo Pozzolo, representante dos Juizes Titulares, e o Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, representante dos Juizes Substitutos.

Compuseram o Conselho Administrativo da Escola Judicial, para o biênio de 2008/2009 (RA 187/2007), os Excelentíssimos Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão, Diretora, Arnor Lima Neto, Vice-Diretor, Arion Mazurkevic, Coordenador, o Excelentíssimo Juiz Reginaldo Melhado, Vice-Coordenador, Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior, representante dos Desembargadores, Juiz Leonardo Vieira Wandelli, representante dos Juizes Titulares, e Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, representante dos Juizes Substitutos.

Tal composição sofreu alterações em março e em junho de 2009, inclusive pela ampliação do Conselho, de modo que até dezembro de 2009 integraram o Conselho Administrativo da Escola Judicial os excelentíssimos Desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão (Diretora), Altino Pedrozo dos Santos (Vice-Diretor), Arnor Lima Neto (Coordenador) e Excelentíssimo Juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho (Vice-Coordenador), Excelentíssimos Desembargadores Dirceu Buyz Pinto Júnior e Edmilson Antônio de Lima, Excelentíssimos Juizes do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli e Cássio Colombo Filho, representantes dos Juizes Titulares e Excelentíssimas Juizas Nancy Mahra de Medeiros Nicholas Oliveira e Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira, representantes dos Juizes Substitutos.

A Resolução Administrativa nº 146/2009 do Órgão Especial aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial para o biênio 2010-2011, sendo seus integrantes os excelentíssimos Desembargadores Luiz Eduardo Gunther (Diretor), Dirceu Buyz Pinto Junior (Vice-Diretor) e excelentíssimos

Juizes Titulares Reginaldo Melhado (Coordenador) e Eduardo Milléo Baracat (Vice-Coodenador); sendo ainda Conselheiros, Desembargadores Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu e Ubirajara Carlos Mendes; representando os Juizes Titulares, Juizes Ilse Marcelina Bernardi Lora e Cássio Colombo Filho; representando os Juizes Substitutos, Juizes Nancy Mahra de Medeiros Nicolas Oliveira e Luciano Augusto de Toledo Coelho. A Resolução Administrativa nº 116/2011 do Órgão Especial aprovou a composição do Conselho Administrativo da Escola Judicial para o biênio 2012-2013, sendo seus integrantes: Excelentíssimas Desembargadoras Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu (Diretora), Ana Carolina Zaina (Vice-Diretora), Excelentíssimos Juizes Titulares Paulo Henrique Kretzschmar e Conti (Coordenador) e Eduardo Milléo Baracat (Vice-Coodenador); representando os Desembargadores, Desembargadores Arion Mazurkevic e Nair Maria Ramos Gubert; representando os Juizes Titulares, Juizes Cássio Colombo Filho e Valéria Rodrigues Franco da Rocha; representando os Juizes Substitutos, Juizes Lourival Barão Marques Filho e Rafael Gustavo Palumbo.

A composição do Conselho Administrativo foi ampliada pela RA nº 24/2012, passando o Diretor Cultural da AMATRA-IX a ocupar assento permanente (alteração do art. 5º do Regimento Interno da EJ).

### **3. Missão**

Promover formação inicial e continuada de magistrados e desenvolver competências de servidores de modo a viabilizar a prestação jurisdicional com qualidade, agilidade, e uso responsável dos recursos, segundo os princípios do Estado Democrático do Direito.

### **4. Objetivos**

#### **4.1. Objetivo geral:**

A EJ do TRT/9ª Região tem, como objetivo geral, promover formação inicial e continuada tecnicamente adequada e eticamente humanizada para magistrados, além de desenvolver competências de servidores, visando à solução justa dos conflitos, sob os princípios do Estado Democrático de Direito e servir como sustentáculo técnico e científico dos projetos de ação do Tribunal, por meio da estreita articulação com todos os demais setores do órgão.

#### **4.2. Objetivos específicos:**

Segundo estabelece o art. 3º do seu Regulamento Interno, aprovado pela Resolução nº 056/2009, são os seguintes os objetivos da Escola Judicial:

- . a formação e o aprimoramento profissional contínuo dos magistrados, com o fim de implementar níveis elevados de eficiência em todas as atividades relativas à prestação jurisdicional;
- . a colaboração com a Comissão de Vitaliciedade no acompanhamento e na avaliação de juizes substitutos, para efeito de vitaliciamento;
- . subsidiar deliberações do Pleno para fins de processos de promoção e de formação de lista de acesso ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (na forma da RA 14/2011);
- . a participação nas Comissões de Concurso para ingresso à Magistratura do Trabalho do TRT da 9ª Região;
- . a realização de pesquisas e de programas de extensão junto à sociedade, internamente ou mediante convênios e parcerias, a partir de eixos temáticos previamente definidos;
- . a elaboração e execução de programas de capacitação de servidores, nas áreas administrativa e judiciária da Justiça do Trabalho da 9ª Região;

. a promoção de estudos e difusão do conhecimento sobre gestão do Judiciário, buscando a racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos judiciais e administrativos;

## **5. Princípios da Formação Inicial e Continuada de Magistrados**

A formação inicial e continuada de magistrados está fundada nos seguintes princípios básicos:

- . alinhamento estratégico mediante ações de desenvolvimento de pessoas consoante à estratégia do Tribunal, propiciando ao magistrado a compreensão do seu papel no alcance de resultados;
- . reconhecimento de que a ação formativa é manifestação inerente e necessária da função judicial, promovendo a integração harmônica das atividades de capacitação no cotidiano da magistratura, especialmente nos aspectos do tempo e da produtividade;
- . reconhecimento das diferenças relativamente aos conhecimentos e experiências, bem como aos interesses e necessidades de formação;
- . compartilhamento da responsabilidade da formação pelos magistrados;
- . sistematicidade e progressividade da aquisição e aplicação prática dos saberes da formação, a serem organizados em itinerários formativos;
- . acessibilidade plena aos instrumentos e às oportunidades de formação, segundo percursos individuais definidos em conformidade com as especificidades dos cargos e áreas de atuação;
- . democratização interna e transparência, nas Escolas, dos processos de construção, gestão e compartilhamento dos saberes do exercício profissional;
- . respeito pleno à liberdade de entendimento e de convicção dos magistrados em formação, em todas ações que integram o itinerário formativo, desde o planejamento pedagógico até a avaliação;
- . caráter profissionalizante e institucional dos elementos e processos formativos;
- . compreensão das características epistemológicas próprias da aprendizagem profissional, em que se obtém aprimoramento no e pelo trabalho efetivo, reconhecendo a possibilidade de atribuir caráter formativo também na experimentação e exercício concreto das atividades jurisdicionais cotidianas e atos a ela inerentes, partindo da problemática tópica, concreta e atual;
- . integração sistêmica das unidades de formação em torno dos objetivos comuns;
- . compartilhamento de ações e decisões de formação entre Tribunais e Escolas Judiciais das respectivas Regiões;
- . postura ativa e interativa dos magistrados em formação, em processos de aprendizagem que privilegiem técnicas de ensino dialógicas, investigativas, participativas e de compartilhamento de saberes, práticas e experiências, com vistas à concretude e à difusão dos conhecimentos;
- . inserção tutelada, individualizada e progressiva no ambiente profissional e nas atribuições funcionais do cargo;
- . constante busca de utilização de novos espaços e técnicas de aprendizagem, especialmente com a exploração de mídias contemporâneas para a veiculação das ações formativas e formação de redes de ensino de construção colaborativa de conhecimento.

## **6. Perfil profissional referência para a formação inicial e continuada de magistrados**

A EJ contemplará, na promoção dos processos de formação inicial e continuada de magistrados, o desenvolvimento das seguintes competências profissionais:

- . postura reflexiva, ativa e autocrítica, tanto em relação a saberes da área jurídica quanto em relação a saberes de outras áreas do conhecimento de forma transdisciplinar, de modo a acompanhar as incessantes transformações sociais enfrentando seus novos desafios;
- . postura pró ativa, crítica, comprometida com o interesse público, atenta à duração razoável do processo, eticamente humanizada e de autonomia profissional, de modo a promover a solução justa, eficaz e célere dos conflitos no exercício da prestação do serviço jurisdicional;
- . interpretação e aplicação de princípios e regras jurídicas em conformidade com os preceitos constitucionais e os valores do Estado Democrático de Direito;
- . identificação e posicionamento crítico diante das dimensões sociológicas, econômicas, políticas, psicológicas e jurídicas envolvidas na atividade jurisdicional;
- . formação continuada visando o compartilhamento de aprendizagens, o desenvolvimento permanente de competências em níveis avançados e a aquisição de novas competências profissionais.
- . apoio a atividades direcionadas à promoção da qualidade de vida dos profissionais envolvidos na prestação do serviço jurisdicional, como trabalhadores especializados e singulares da sociedade;
- . administração judiciária eficiente das unidades judiciárias do Tribunal;
- . promoção da conciliação judicial trabalhista ética e pacificadora;
- . argumentação discursiva na posição de terceiro frente ao conflito;
- . condução da instrução processual m Vara do Trabalho e, eventualmente, no Tribunal;
- . eficiência na direção da tramitação processual;
- . elaboração de atos decisórios e administrativos tecnicamente corretos, argumentativamente fundamentados, discursivamente claros e precisos e teleologicamente instrumentais à efetividade da jurisdição;
- . promoção da responsabilidade social e institucional da função judicante;
- . domínio de elementos gerais de cálculo de valores objeto de judicialização;
- . operação de tecnologias aplicadas ao exercício da magistratura;
- . relacionamento eficaz com as partes em litígio, a sociedade e a mídia;
- . relacionamento eficaz e colaborativo com outros operadores jurídicos na carreira ou fora dela;
- . compreensão crítica das diversas formas de trabalho e de produção na sociedade contemporânea;
- . integração ao contexto sociocultural, econômico e político onde venha a exercer a atividade jurisdicional.

## **7. Princípios que regem o desenvolvimento de competências dos servidores**

A EJ observará, ao atuar no desenvolvimento da capacitação de servidores, os seguintes princípios:

- . alinhamento estratégico mediante ações de desenvolvimento de pessoas consoante à estratégia do Tribunal, propiciando ao servidor a compreensão do seu papel no alcance de resultados;
- . busca da melhoria contínua da qualidade, da celeridade e da ampliação do acesso à prestação jurisdicional;
- . democratização das oportunidades de capacitação, observados os mapas de planejamento e as prioridades institucionais, devendo as ações educativas ser estendidas a todos os servidores, voltadas para ao atendimento das necessidades identificadas;

- . reconhecimento das diferenças relativamente aos conhecimentos e experiências, bem como aos interesses e necessidades de capacitação;
- . compartilhamento da responsabilidade de educação pelos servidores;
- . promoção do compartilhamento de aprendizagens, visando o desenvolvimento de competências coletivas;
- . geração, registro e compartilhamento de conhecimentos e experiências entre servidores;
- . reconhecimento e valorização das competências adquiridas pelo servidor para o exercício de atividades de maior responsabilidade e complexidade, incluindo a docência em sua área de atuação.

## **8. Perfil profissional referência para o desenvolvimento de competências dos servidores**

Os programas de capacitação terão como finalidade o desenvolvimento das seguintes competências que permitam ao servidor, no exercício de suas atribuições, resguardadas as especificidades do cargo:

### **8.1. Competências cognitivas complexas e comportamentais:**

- . relacionar-se com o público interno e externo de forma cortês, respeitosa e profissional;
- . conviver com seus colegas e superiores de forma harmoniosa, respeitando a diversidade;
- . contribuir para a solução de conflitos na unidade, negociando posicionamentos quando necessário;
- . compartilhar aprendizagens;
- . dar e receber feedback, buscando a melhoria contínua dos procedimentos;
- . participar de trabalhos em equipe, demonstrando capacidade de cooperar com colegas e superiores;
- . propor soluções inovadoras para a melhoria do desempenho da unidade;
- . organizar tarefas, documentos e informações;
- . dominar as ferramentas de pesquisa da legislação, doutrina e jurisprudência;
- . usar de forma eficaz, programas, ferramentas, sistemas e meios eletrônicos buscando efetividade na realização do trabalho;
- . relacionar o trabalho aos objetivos institucionais e estratégicos, identificando o impacto de suas ações sobre a totalidade do trabalho;
- . buscar desenvolver-se continuamente;
- . promover a qualidade de vida no trabalho;
- . comunicar-se de forma clara, precisa e concisa;
- . zelar pela segurança da informação.

### **8.2. Competências específicas, considerada a unidade de lotação:**

A EJ buscará alcançar, em suas ações formativas, a obtenção das competências específicas necessárias para o desempenho dos diversos cargos e funções em seu âmbito, considerando suas peculiaridades e necessidades, citando exemplificativamente:



- . organizar o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e realimentação do planejamento estratégico;
- . participar dos processos de gestão estratégica, em todas as suas etapas;
- . gerir pessoas, processos, projetos, informações, material e patrimônio;
- . atuar nas áreas de educação, comunicação e tecnologia da informação;
- . desenvolver e avaliar programas de saúde;
- . desenvolver e acompanhar projetos na área de engenharia e arquitetura;
- . organizar e gerir o sistema de documentação, informação e divulgação do Tribunal;
- . desenvolver e implementar metodologias de avaliação institucional, identificando necessidades e implementado melhorias;
- . planejar, implementar e avaliar estratégias de comunicação com o público interno e externo;
- . executar mandados;
- . analisar e pesquisar legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito;
- . elaborar pareceres jurídicos;
- . redigir minutas e documentos administrativos;
- . implementar processos licitatórios, elaborar e acompanhar contratos;
- . elaborar orçamentos e acompanhar a execução financeira;
- . realizar e/ou apoiar a realização de cálculos;
- . realizar controle interno;
- . desenvolver, implementar e manter sistemas, prestando apoio aos usuários;
- . planejar, executar e acompanhar as ações de segurança e transporte.

## **9. Os princípios pedagógicos**

Para fundamentar suas ações pedagógicas, a EJ da 9ª Região concebe o conhecimento como a recriação, ou seja, a reprodução no pensamento, através da atividade humana, da realidade, das coisas, dos processos, dos fenômenos, em decorrência do que adquirem significado. Esta recriação da realidade no pensamento é um dos muitos modos de relação entre sujeito e objeto, cuja dimensão mais essencial é a compreensão da realidade enquanto relação humano/social. Ou seja, é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação esta que se estabelece graças à atividade prática.

Se o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente, a produção ou apreensão do conhecimento produzido não pode se resolver teoricamente através do confronto dos diversos pensamentos. Para mostrar sua verdade, o conhecimento tem que adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática, e transformá-la.

É preciso considerar, contudo, que a prática não fala por si mesma; os fatos práticos, ou fenômenos, têm que ser identificados, contados, analisados, interpretados, já que a realidade não se deixa revelar através da observação imediata; é preciso ver além da imediatez para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade, as finalidades, que

não se deixam conhecer no primeiro momento, quando se percebem apenas os fatos superficiais, aparentes, que ainda não se constituem em conhecimento.

Ou seja, o ato de conhecer não prescinde do trabalho intelectual, teórico, que se dá no pensamento que se debruça sobre a realidade a ser conhecida; é neste movimento do pensamento que parte das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade que se deixa parcialmente perceber, que, por aproximações sucessivas, cada vez mais específicas e ao mesmo tempo mais amplas, são construídos os significados.

Ao colocar a relação entre teoria e prática como fundamento do conhecimento, recusa-se ao mesmo tempo a possibilidade de conhecer pela mera ação do pensamento, ou pela mera atividade, destituída da necessária reflexão. Se não se trata de reproduzir a realidade como ela se apresenta ao homem e tão pouco apenas pensar sobre ela, o que está em jogo é a sua transformação, a partir da atividade teórico-prática.

A partir desta concepção, há que aprofundar a compreensão das dimensões constituintes do processo de produção do conhecimento em suas relações: a teórica, que se mantém no plano da reflexão, e a prática, que se mantém no plano dos fazeres, e como podem ser desenvolvidas através dos processos de formação humana.

Atividade, entendida como sinônimo de ação é o ato ou conjunto de atos através dos quais o sujeito modifica uma matéria prima, independente de qual seja a sua natureza, seja pelo trabalho material, seja pelo trabalho não material. Este ato, ou conjunto de atos, se traduzem em resultados ou produtos, materiais ou não materiais; portanto, são orientados por finalidades e culminam em resultados, que em princípio, se pretendia alcançar, desde que as ações sejam eficientes e eficazes. O que caracteriza a atividade é seu caráter real, sua materialidade. Não há, contudo, atividade humana que não esteja respaldada por algum tipo de atividade cognitiva, e, portanto, em alguma atividade teórica. A atividade teórica só existe a partir e em relação com a prática; não há pensamento fora da ação humana, pois a consciência e as concepções se formulam através do movimento do pensamento que se debruça sobre o mundo das ações e das relações que elas geram.

Contudo, por se configurar como um movimento no pensamento, por mais que a atividade teórica se aproxime da prática, com ela não se confunde, guardando especificidades que se resumem na produção de idéias, representações e conceitos. E, em decorrência de ser um processo de apropriação da realidade pelo pensamento, não transforma, por si, a realidade.

Ainda que a atividade teórica mude concepções, transforme representações, produza teorias, em nenhum destes casos transforma, sozinha, a realidade. É preciso que as idéias se transformem em atividades.

A importância do trabalho teórico para o desenvolvimento de competências torna-se mais evidente quanto mais intelectualizados sejam os processos sociais e produtivos; mesmo assim, sua posse não é suficiente para uma competente ação jurisdicional, uma vez que é necessário ter vontade para atuar, responsabilidade com o trabalho, capacidade para decidir, estabilidade emocional para atuar em situações complexas, de modo a articular permanentemente os domínios cognitivo e comportamental.

Com base nesta concepção de conhecimento, coerente com os desafios que a contemporaneidade apresenta para a ação jurisdicional, a EJ da 9ª Região adota a concepção de competência como resultante da articulação entre teoria e prática, ou seja, como a capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiências de vida e laborais. Esta concepção implica na capacidade de solucionar problemas, mobilizando e integrando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas, e transferindo-os para novas situações; supõe, portanto, a capacidade de atuar mobilizando conhecimentos.

Desta concepção de conhecimento que fundamenta o Projeto Pedagógico da EJ da 9ª Região decorre que

os processos formativos devem promover situações de aprendizagem que viabilizem o estabelecimento de relações com a ciência, com a tecnologia e com a cultura de forma ativa, construtiva e criadora, substituindo a certeza pela dúvida, a rigidez pela flexibilidade, a recepção passiva pela atividade permanente na elaboração de novas sínteses que possibilitem a construção de condições de existência cada vez mais democráticas e de qualidade.

Se considerarmos a aprendizagem como resultante de processos intencionais e sistematizados de construção de conhecimentos, a intervenção pedagógica, o ato de ensinar, é um processo privilegiado de formação humana, uma vez que no trabalho, é central o desenvolvimento de competências que se objetivem em formas de ação, imediatas e mediatas, para o que se articulam conhecimentos e experiências anteriores, na perspectiva da transferibilidade de conhecimentos científicos e saberes tácitos.

Ao partir do pressuposto que a passagem de um estado de menor conhecimento para um estado de maior conhecimento se dá através de ações intencionais e sistematizadas organizadas pelo docente, que permitem ao aprendiz estabelecer, pelo seu protagonismo, relações significativas com o objeto a ser conhecido torna-se necessário melhor compreender como se dá este processo, que articula conteúdos, método, atores, tempos e espaços educativos.

A primeira constatação a fazer é que o processo cognitivo a ser desencadeado por quem aprende, o saber que se pretende ensinar e a ação pedagógica a ser desencadeada pelo docente são categorias que estão em permanente relação, que por sua vez sintetizam as relações sociais em seu conjunto; não podem, portanto, ser tratadas isoladamente ou descontextualizadas, pois encerram uma função social determinada por um projeto de sociedade e por uma dada concepção de homem. Assim, não há conteúdos ou procedimentos que sejam bons em si mesmos; eles demonstrarão sua eficácia na medida em que respondam a uma dada situação em que se articulam o contexto social, o aprendiz e o professor. Aprender esta relação e trabalhar competentemente com ela é a primeira preocupação a pautar a intervenção pedagógica.

A segunda sintetiza os pressupostos que foram analisados anteriormente: ensinar é colocar problemas, propor desafios, a partir dos quais seja possível o aluno reelaborar conhecimentos e experiências anteriores, sejam conceitos científicos, conhecimentos cotidianos (senso comum) ou saberes tácitos; para isto é necessário disponibilizar todas as informações que sejam necessárias através de todos os meios disponíveis, orientando para o manuseio destas informações, em termos de localização, interpretação, estabelecimento de relações e interações, as mais ricas e variadas possíveis; a multimídia pode contribuir significativamente neste processo, sem que se secundarize a importância das fontes tradicionais.

Ensinar é promover discussões, de modo a propiciar a saudável convivência das divergências com os consensos possíveis, resultantes da prática do confronto, da comparação, da análise de diferentes conceitos e posições. Ensinar é planejar situações através das quais o pensamento tenha liberdade para mover-se das mais sincréticas abstrações para a compreensão possível do fenômeno a ser apreendido, em sua interrelações e em seu movimento de transformação, através da mediação do empírico; é deixar que se perceba a provisoriedade, e que nasça o desejo da contínua busca por respostas que, sempre provisórias, nunca se deixarão totalmente apreender; é criar situações para que o aprendiz faça seu próprio percurso, nos seus tempos e em todos os espaços, de modo a superar a autoridade do professor e construir a sua autonomia.

O trajeto pedagógico a ser seguido, a partir desta compreensão, envolve o conhecimento do contexto e do aprendiz, não como dualidade, mas como relação, e o percurso do método científico, que pode ser sintetizado pela:

- problematização, tendo como ponto de partida as relações sociais e produtivas;
- teorização: definir os conhecimentos que precisam ser apreendidos para tratar do problema, em que fontes e de que forma devo buscá-los, articulando trabalho individual e coletivo;

- formulação de hipóteses, etapa em que se estimula a criatividade na busca de soluções originais e diversificadas, que permitam o exercício da capacidade de decidir a partir da listagem de consequências possíveis que envolvam as dimensões cognitiva, ética e política;

- intervenção na realidade que se constitui em ponto de partida (diagnóstico) e em ponto de chegada (solução do problema), em um patamar agora superior de compreensão: da realidade caótica e mal desenhada, se chega à realidade compreendida, dissecada, concretizada.

Isto significa compreender que o método de produção do conhecimento é um movimento, não um sistema filosófico, que leva o pensamento a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. Este movimento de ascensão das primeiras e precárias abstrações à compreensão da rica e complexa teia das relações sociais concretas, não é apenas a passagem do plano sensível, onde tudo é caoticamente intuído ou percebido, para o plano racional onde os conceitos se organizam em sistemas lógicos e inteligíveis.

É um movimento do pensamento no pensamento, que tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela vital, caótica e imediata representação do todo e como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais e que volta ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articule o já conhecido ao presente e anuncie o futuro.

O ponto de partida é apenas formalmente idêntico ao ponto de chegada, uma vez que, em seu movimento em espiral crescente e ampliada, o pensamento chega a um resultado que não era conhecido inicialmente, e projeta novas descobertas. Não há, pois, outro caminho para a produção do conhecimento senão o que parte de um pensamento reduzido, empírico, virtual, com o objetivo de reintegrá-lo ao todo depois de compreendê-lo, aprofundá-lo, concretizá-lo. E então, tomá-lo como novo ponto de partida, de novo limitado, em face das compreensões que se anunciem.

Deste movimento decorre uma concepção metodológica, que pode ser sistematizada da seguinte forma:

. o ponto de partida é sincrético, nebuloso, pouco elaborado, senso comum; o ponto de chegada é uma totalidade concreta, onde o pensamento re-capta e compreende o conteúdo inicialmente separado e isolado do todo; posto que sempre síntese provisória, esta totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos;

. os significados vão sendo construídos por meio do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações, que constituem o senso comum, para o conhecimento elaborado através da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico;

. o percurso vai do ponto de partida ao ponto de chegada, possuindo uma dupla determinação, finita ou infinita; pode-se buscar o caminho mais curto ou se perder, marchar em linha reta, seguir uma espiral ou manter-se no labirinto; ou seja, construir o caminho metodológico é parte fundamental do processo de elaboração do conhecimento; não há um único caminho para se chegar a uma resposta, como há várias respostas possíveis para o mesmo problema.

Parte-se do entendimento que o trabalho científico necessita, quer de regras rigorosas de dedução, quer de sistemas de categorias que sirvam de base à imaginação produtiva e à atividade criadora do pensamento no domínio dos novos objetos a ser conhecidos. Assim, a metodologia da ciência não se esgota no pensamento lógico – formal, cuja finalidade é mostrar as leis sincrônicas do conhecimento através da lógica simbólica. Será preciso complementá-la com outra lógica, não racional, oriunda de percepções, sentimentos e intuições que permitam apreender o novo.

A partir desses pressupostos, a proposta metodológica a ser desenvolvida deverá ter como princípios:

- os processos de trabalho como ponto de partida para a seleção e organização dos conteúdos, superando a lógica que rege as abordagens disciplinares, fundadas na fragmentação da ciência e na abstração;

- a relação entre teoria e prática: o conhecimento é fruto da relação entre teoria e prática, através atividade humana, resultando da articulação entre sujeito e objeto, pensamento e ação, homem e sociedade. Portanto, há que superar o trabalho educativo enquanto contemplação, absorção passiva de sistemas explicativos complexos, mediante a organização de situações significativas de aprendizagem em que teoria e prática estejam articuladas, quer pelo tratamento de situações concretas através de exemplos, casos, problemas, simulações, laboratórios, jogos, quer pela inserção na prática laboral, através de visitas, estágios ou práticas vivenciais;

- a relação entre parte e totalidade: o conhecimento de fatos ou fenômenos é o conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade concreta. Se, para conhecer, é preciso operar uma cisão no todo, isolando temporariamente os fatos, este processo só ganha sentido quando se re-insere a parte na totalidade, compreendendo as relações que entre elas se estabelecem. Pela análise da parte atinge-se uma síntese qualitativamente superior do todo; a parte, por sua vez, só pode ser compreendida a partir de suas relações com a totalidade. Parte e totalidade, análise e síntese, são momentos entrelaçados na construção dos conhecimentos;

- disciplinaridade e interdisciplinaridade: a relação entre parte e totalidade mostra a falácia da autonomização das partes em que foi dividida a ciência, a serem ensinadas apenas lógico formalmente, através de sua apresentação, memorização e repetição segundo uma sequência rigidamente estabelecida; ao contrário, indica a necessidade de articulação entre os diversos campos através da inter e da transdisciplinaridade, ao mesmo tempo em que ocorrem aprofundamentos em campos específicos do conhecimento. Ou seja, organizar o processo pedagógico de modo a articular momentos disciplinares absolutamente necessários enquanto resposta à necessidade de formalização, a momentos inter ou transdisciplinares, enquanto espaços de articulação com as práticas de trabalho, sociais e culturais.

Em resumo, a concepção metodológica acima delineada, que se constrói a partir dos princípios pedagógicos enunciados, implica em:

- a) tomar a prática laboral como ponto de partida;
- b) articular parte e totalidade;
- c) articular teoria e prática;
- d) promover o protagonismo do aluno e a construção colaborativa do conhecimento;
- e) trabalhar interdisciplinarmente;
- f) organizar múltiplas atividades;
- g) partir do conhecido, do simples;
- h) chegar às mais abstratas formulações a partir do que tem significado, e não o contrário;
- i) desenvolver a capacidade de construir o caminho, mediante o domínio do método científico;
- j) desenvolver a capacidade de transferir aprendizagens, inclusive pela assunção de tarefas de tutores, formadores, multiplicadores e outras funções docentes assemelhadas;
- l) promover a educação continuada e a capacidade de aprimorar a formação permanentemente;
- m) integrar conhecimento tácito e conhecimento científico;
- n) articular conhecimentos básicos, específicos e de gestão.

Com base nesta concepção, as ações de formação serão organizadas segundo o princípio de alternância entre tempos e espaços teóricos e práticos, inclusive a partir de questões concretas e atuais submetidas à

atividade jurisdicional, articulando professores e tutores de campo. As atividades de campo serão organizadas a partir de roteiros que permitam o exercício de todas as atribuições inerentes a cada cargo, bem como o acompanhamento por orientador e a interlocução com a Escola, tendo em vista a organização da proposta de educação continuada e a realimentação de seu projeto pedagógico.

Da mesma forma, para assegurar a organicidade da formação continuada a partir dos processos de trabalho, o Projeto Pedagógico contemplará a elaboração de itinerários formativos para cada cargo componente das carreiras, composto pela identificação da competência geral, das competências específicas e dos módulos de formação, que se constituirão em referências para a proposta de percursos individuais para cada profissional em formação, segundo suas necessidades e as de sua área de atuação.

## **10. Áreas de Atuação**

### **10.1. Ensino, que integrará:**

- a formação inicial de juízes em processo de vitaliciamento;
- a formação continuada de magistrados;
- a formação de formadores, multiplicadores e funções docentes assemelhadas;
- o desenvolvimento de competências dos Servidores, articulando integração, capacitação básica e capacitação continuada.

### **10.2. Pesquisa, Extensão e Publicação**

Os processos de produção do conhecimento são integrantes das práticas educativas, uma vez que estas se constituem em processos de disponibilização do conhecimento produzido. A partir dos fundamentos epistemológicos apresentados no item anterior, a Escola Judicial do TRT da 9ª Região compreende que a função de ensino, embora central nas suas práticas, não é suficiente.

Em face da crescente complexificação da prática jurisdicional derivada da dinamicidade das mudanças no mundo do trabalho a partir da produção em ciência e tecnologia, apenas a disponibilização do conhecimento já não responde à função estratégica de EJ no atendimento à missão do Tribunal.

Pela sua natureza, a Justiça do Trabalho sofre os impactos dessas mudanças em dois sentidos: no seu objeto, uma vez que a reestruturação produtiva reedita velhas formas e relações de trabalho, ao tempo que edita outras, cujo enfrentamento demanda novos conhecimentos. E na formação de magistrados e servidores, que devem ser capacitados para compreender e enfrentar as mudanças com subjetividades capazes de lidar com elas, mantendo a orientação ética e a responsabilidade para com a sociedade.

Assim, a produção do conhecimento através da pesquisa e de sua difusão pública, como forma de subsidiar as ações de ensino, surge como o novo desafio a ser enfrentado pela Escola, com impactos na construção de sua identidade. A trajetória que a EJ do TRT da 9ª Região vem trilhando desde a sua criação, que lhe atribuiu extensa experiência em ensino, evidencia maturidade para que se dê este salto qualitativo nas suas funções.

Para tanto, há que incluir formação metodológica sistemática em sua proposta de formação, bem como definir eixos temáticos que orientem, a partir do já conhecido, a construção de novos conhecimentos que, por sua vez, impactem positivamente os percursos formativos. A partir da definição desses eixos, serão realizados estudos e pesquisas, internamente ou mediante parcerias, com ênfase nas ações colaborativas, visando o aprimoramento da prestação jurisdicional e a qualificação da formação jurídica.



Assumir o compromisso com a pesquisa reforça a necessidade de estreitar o relacionamento com a sociedade, para a construção de alternativas que facilitem a solução dos conflitos entre capital e trabalho. A extensão é a via por excelência para esta articulação, mediante a promoção do acesso ao conhecimento pelos diferentes estratos sociais, com especial ênfase aos revestidos de maior vulnerabilidade. A extensão será realizada mediante a organização de programas, projetos e cursos, internamente ou em convênios e parcerias, obedecendo à programação previamente aprovada pelo Conselho Administrativo da Escola.

Assim, a identidade da Escola Judicial do TRT da 9ª Região resultará de seus esforços de articulação entre as dimensões que compõem a práxis educativa: a pesquisa, o ensino, a extensão e a difusão do conhecimento.

Evolui a proposta pedagógica da EJ, que, aos moldes dos arts. 32 e 33 da Resolução Administrativa 1158/2006 da Enamat (seu Estatuto), e do Programa Nacional de Formação Inicial de Juízes do Trabalho, também da Enamat, passa a incorporar o desenvolvimento de competências investigativas com vistas à qualidade da prestação jurisdicional em uma sociedade cada vez mais complexa, o que só será possível mediante a integração entre ensino, pesquisa, extensão e publicação.

Para o exercício desta nova função, o ponto de partida para a definição dos objetos a pesquisar será sempre a prática jurisdicional concreta, compreendida em suas relações com a sociedade, com sua complexidade e com seus desafios, em face do compromisso do Tribunal com a qualidade, celeridade e ampliação do acesso à Justiça do Trabalho.

Os eixos temáticos que articularão as funções de ensino, pesquisa e extensão serão definidos pelo Conselho Administrativo da Escola e revistos periodicamente, estabelecendo também os objetivos específicos, metodologia, apoio financeiro, duração dos projetos, bem como as formas de apresentação dos resultados e da prestação de contas correspondente.

## **11. Interiorização**

Com vistas ao atendimento mais adequado e célere das necessidades regionais relativas à formação e desenvolvimento de competências, a EJ poderá promover, progressivamente, a sua interiorização mediante a criação de Núcleos Regionais. Estes Núcleos serão responsáveis, no plano regional, pela execução do Projeto Pedagógico e dos itinerários formativos desenvolvidos pela EJ, identificando necessidades locais e implementando soluções educacionais que atendam às especificidades regionais.

Os Núcleos Regionais serão geridos por um magistrado local e contarão com uma equipe de servidores a ser definida em consonância com o porte das atividades a serem desenvolvidas, contando com suporte permanente dos servidores da sede, e atuará em estreita articulação com a unidade central, assegurando o princípio da unidade de orientação e organicidade ao Projeto Pedagógico e das linhas e ações estratégicas estabelecidas pelo Conselho Administrativo da Escola. Esses Núcleos Regionais poderão vir a contar com orçamento próprio individualizado, desmembrado do orçamento global da Escola Judicial, desde que previamente aprovado pelo Conselho Administrativo da Escola o plano anual de atividades proposto para execução descentralizada. Ao final de cada ação formativa específica os Núcleos Regionais encaminharão ao Conselho Administrativo da Escola o relatório de atividades, contendo a descrição das soluções educacionais promovidas com a respectiva relação de participantes e descrição dos custos.

## **12. Acompanhamento de aproveitamento**

As atividades sistematizadas de formação serão acompanhadas continuamente, tendo em vista verificar seu aproveitamento e subsidiar o processo de tomada de decisões relativas à:

. mudanças que se fazem necessárias no Projeto Pedagógico ao longo do percurso formativo, buscando o atingimento dos seus objetivos, em termos de efetividade social;



- . identificação de necessidades coletivas de educação continuada;
- . identificação de pontos de melhoria relativos às dimensões cognitiva e comportamental;
- . orientação dos itinerários formativos individuais, tendo em vista o vitaliciamento (no caso dos Juízes em formação inicial), a formação continuada para magistrados e o desenvolvimento de competências dos servidores;
- . realimentação das estratégias de ações, a partir das experiências acumuladas.

A metodologia de verificação do aproveitamento das ações de formação a ser desenvolvida na EJ da 9ª Região contemplará as dimensões diagnóstica e formativa e, em casos específicos, poderá ser implementada uma avaliação de resultados.

Em todas as situações, a metodologia de verificação de aproveitamento observará, como princípios fundantes, a preservação da dignidade de avaliados e avaliadores, sem a aplicação desnecessária de conceitos, notas e índices de classificação, bem como primando pela busca da opção mais adequada e confortável dentre as opções possíveis de verificação de aproveitamento.

### **12.1. A avaliação diagnóstica**

A avaliação diagnóstica tem por objetivo identificar os conhecimentos prévios dos magistrados e servidores em formação, suas expectativas e suas necessidades, em termos de conhecimentos, práticas e comportamentos, tendo em vista a realização da ação jurisdicional com qualidade, eficiência, ética e compromisso. Será realizada por meio de grupos focais ou outras metodologias. As informações coletadas deverão subsidiar a realização de ajustes nos Planos de Curso antes do início das atividades, para adequá-los às necessidades identificadas.

### **12.2. A avaliação formativa de aproveitamento**

A avaliação formativa tem por objetivo diagnosticar toda a ação de aprendizagem em si mesma, para retroalimentar e aprimorar as estratégias, integrando todos os agentes envolvidos. Esse modelo de avaliação visa ao registro de percepções, gerando uma reflexão sobre o conhecimento recebido e sobre o processo de aprendizagem, com um sentido emancipatório. Não há estabelecimento de um standard de conhecimento, mas sim a ênfase no avanço do aluno a partir de seu próprio ponto de partida.

A avaliação formativa compõe-se de vários procedimentos para identificar a progressão da aprendizagem dos magistrados e servidores nas dimensões cognitiva e comportamental, a adequação das atividades formativas, incluindo as teóricas e as práticas realizadas mediante alternância, o trabalho docente, as relações interpessoais na Escola e nas Varas, o material didático, o apoio logístico, as instalações e os equipamentos.

A avaliação formativa fornecerá informações que subsidiem o processo decisório durante toda a realização dos cursos, tendo em vista resolver os problemas que forem sendo identificados, com o objetivo de garantir a qualidade e efetividade dos cursos.

Para a realização da avaliação formativa poderão ser implementados grupos focais ao longo dos cursos, com o objetivo de identificar os pontos fortes, os pontos que demandam atenção e as sugestões para melhoria; esses grupos focais deverão, de preferência, ser realizados por assessoria pedagógica indicada pela Coordenação Pedagógica, para assegurar a liberdade de expressão, geralmente limitada pelas relações institucionais. Além disso, devem ser implementadas técnicas de avaliação dos cursos pelos magistrados e servidores em formação, durante e ao final das atividades.

A avaliação formativa de magistrados em formação continuada enfatizará as técnicas de autoavaliação, em

seus diversos modelos, especialmente os registros reflexivos, formato de avaliação formativa destacado pelo Programa Nacional de Formação Continuada de Juízes do Trabalho, da Enamat, onde se enfatiza a liberdade de convicção do magistrado, como corolário de sua independência intelectual. As grandes qualidades desse formato de avaliação são:

- . aumenta o grau de envolvimento do aluno com o tema, pois dele exige uma ação concreta, potencializando o aprendizado;
- . possibilita atenção seletiva a determinados aspectos do conteúdo apresentado, conforme desperta o interesse, permitindo um aprofundamento da reflexão sobre tais aspectos para além dos limites do conhecimento exposto;
- . cria consciência sobre o próprio estágio de conhecimento pessoal em relação ao tema e articula as novas informações com a base de conhecimentos prévia, propiciando uma abordagem crítica sobre o novo conhecimento estimulando a orquestração de soluções mais complexas que as anteriores;
- . estimula a autonomia intelectual, de modo a aumenta a motivação perante o processo de aprendizagem.

### **12.3. A avaliação de desempenho**

A avaliação do desempenho dos magistrados e servidores em formação inicial, por tutores de campo, pode ser realizada, quando justificável, mediante formulários específicos previamente aprovados, durante e ao final dos cursos e ações da formação inicial.

Essa avaliação de resultados tem como objetivo observar a repercussão das ações educativas desenvolvidas nos cursos na qualificação dos magistrados e servidores, em termos das mudanças comportamentais e de desempenho profissional segundo os fundamentos da ação jurisdicional.

Na formação inicial, o registro desses resultados permitirá a definição dos itinerários de formação continuada para cada magistrado e servidor, conforme suas necessidades, ao longo do processo de qualificação.

### **13. Organização e Gestão**

A Escola será dirigida pelo Conselho Administrativo, que é composto por um Diretor, um Vice-Diretor, um Coordenador, um Vice Coordenador, e sete magistrados, sendo dois representantes do Tribunal, dois representantes dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e dois representantes dos Juízes Substitutos, além do Diretor Cultural da AMATRA IX.

As atividades de Direção contarão com o apoio de um Assessor da Escola Judicial.

Tendo em vista o exercício racional e otimizado de suas atribuições, o Conselho Administrativo organizará três comissões compostas por seus membros efetivos, por ele designados, para desempenhar ações específicas: a Comissão de Articulação Interinstitucional, a Comissão de Articulação Institucional e a Comissão de EAD e Publicações.

As Comissões serão compostas por três membros, dentre os quais um será designado Coordenador, assegurada a representatividade das categorias que o compõem.

A Comissão de Articulação Interinstitucional tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações que envolvem relações com outras instituições de ensino judiciário, de ensino superior, de pesquisa e de divulgação científica e técnica na área, tendo em vista a realização das finalidades da Escola;

A Comissão de Articulação Institucional tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações que envolvem relações internas ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª. Região, tendo em vista a realização das finalidades da Escola;

A Comissão de EAD e Publicações tem por atribuição deliberar, encaminhar, acompanhar e avaliar as ações referentes à educação à distância, em todos seus objetivos, formatos e plataformas, bem como as ações que assegurem a execução do programa editorial da Escola, incluindo as Revistas do TRT da 9ª Região.

A estrutura e atribuições das Coordenadorias, Comitês, Assessorias, Seções e Serviços estarão detalhadas no Regulamento Interno atualizado, nos termos da Resolução 93 do CSJT e que será igualmente submetido à apreciação do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

## ANEXO III

### PROPOSTAS APROVADAS PELA II SEMANA INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA

#### EIXO I - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E GESTÃO PROCEDIMENTAL

- 1. ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA A PEDIDO DAS PARTES OU DE UMA DAS PARTES. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL.** Postulado adiamento por uma ou ambas as partes, através do procurador, mediante petição, desnecessária a intimação pessoal da parte para a data da próxima audiência bastando a ciência aos procuradores.
- 2. AUSÊNCIA NA INSTRUÇÃO. OITIVA DA PARTE CONTRÁRIA.** Não há direito da parte ausente, presente apenas seu procurador, na oitiva do depoimento pessoal da parte contrária, em respeito ao princípio do contraditório e da igualdade processual, bem como pelo fato de que se uma das partes não pode ter acesso a confissão real, a parte ausente não pode pretender dela se beneficiar.
- 3. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA PARA CARTA PRECATÓRIA E PROVAS PERICIAIS. MANUTENÇÃO FORA DA PAUTA.** Podem ser mantidos fora da pauta de audiências os processos pendentes de produção de prova pericial ou cumprimento de carta precatória.
- 4. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO RELATIVA. HONORÁRIOS PERICIAIS.** A mera declaração na inicial não gera direito à justiça gratuita quando outros elementos nos autos demonstrem cabalmente que o trabalhador possui condições de arcar com custos da perícia, como, por exemplo, nomeação de assistente técnico, salário atual em padrão mais elevado que a média de mercado, adiantamento espontâneo dos honorários periciais ou créditos a receber na ação trabalhista.
- 5. PERÍCIAS. FISIOTERAPEUTA E PSICÓLOGO. NEXO CAUSAL. COMPETÊNCIA. DOENÇA MENTAL DECORRENTE DO TRABALHO. LAUDO FEITO POR PSICÓLOGO.** Tendo em vista a dificuldade e o custo para as perícias feitas por profissional psiquiatra, havendo nos autos a não aceitação por três peritos médicos nessa especialidade, é válido laudo feito por psicólogo nomeado pelo juiz para fundamentar decisão relativa a lide envolvendo doença mental originária do trabalho, com objetivo exclusivo de verificar nexo causal entre a doença mental já devidamente diagnosticada e as condições de trabalho.
- 6. PROVA PERICIAL. EFICÁCIA PROBATÓRIA. EXTRA-AUTOS.** A prova técnica pericial conserva sua eficácia probatória mesmo fora dos autos em que produzida. Assim, demonstrada a identidade do substrato fático de uma demanda em relação a outra em que a prova técnica foi produzida, é possível a apresentação do laudo pericial desta ação destinado à prova técnica, ainda que não haja concordância da parte contrária.
- 7. ACORDO. CLÁUSULA QUE FIXA O RETORNO PARA JULGAMENTO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA EM CASO DE INADIMPLEMENTO. VALIDADE. SENTENÇA POSTERIOR VÁLIDA.** Tendo em vista o objetivo maior da conciliação, que muitas vezes só se viabiliza dessa forma quando presentes no polo passivo uma empresa ou empreiteiro e um ente público ou empresa tomadora que não pode fazer

acordo, é válida a cláusula que prevê, caso o acordo não seja cumprido, que os autos retornem para julgamento apenas do pedido referente a subsidiariedade. A sentença posterior ao acordo, que julga apenas tal pedido, não é nula, diante da previsão no próprio acordo para que assim fosse, bem como diante do fato que as partes só conciliaram em face de tal previsão.

8. **REQUERIMENTO DE QUALQUER DAS PARTES VISANDO MANIFESTAÇÃO, EM SENTENÇA, SOBRE A APLICABILIDADE OU NÃO DA MULTA DO ART. 475-J DO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO.** Matéria impertinente à fase de conhecimento. Desnecessidade de decisão a respeito na sentença.

## EIXO II – DIREITO DO TRABALHO E POLÍTICA JUDICIÁRIA

9. **CONCILIAÇÃO. EMPRESAS COM POLÍTICA DE NÃO FAZER CONCILIAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. LISTA.** Mediante informação dos juízes de primeiro grau e estudos estatísticos, o tribunal poderá elaborar uma lista de empresas cuja política envolve não fazer acordo em primeiro grau de jurisdição visando um contato por parte da presidência do TRT solicitando a flexibilização dessa política e uma maior atenção aos casos trabalhistas, principalmente os que envolvam doença e acidente de trabalho. O TST também deverá ser informado da situação caso se trate de empresa que atue em todo o território nacional.
10. **HONORÁRIOS DE ADVOGADO. COMPETÊNCIA.** Compete à Justiça do Trabalho decidir sobre o direito a honorários advocatícios de qualquer natureza oriundos de decisão proferida em processo do trabalho.
11. **INTERDITO PROIBITÓRIO. DIREITO DE GREVE. I** - Compete a Justiça do Trabalho processar e julgar os interditos proibitórios ajuizados em razão de greve. Interpretação dos arts. 5º, XXII, XXIII, 9º, 114, II, da Constituição da República, e do art. 932 do CPC; **II** – O Juiz de Cooperação da Justiça do Trabalho do Paraná gestionará junto a Justiça Estadual no sentido de esclarecer entendimento jurisprudencial dominante no Supremo Tribunal Federal no sentido de que a competência material para processar e julgar interditos proibitórios decorrentes de greves é da Justiça do Trabalho.
12. **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICAÇÃO NA EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO.** Após o advento da lei que criou a CNDT, aplica-se ao processo do trabalho a prescrição intercorrente eis que o ordenamento jurídico não permite a pena de caráter perpétuo, ou seja, o devedor que não possui condições de pagar a execução jamais terá seu nome retirado do BNDT.
13. **LIQUIDAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS EM INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** Acolhida a ação coletiva em defesa de interesses individuais homogêneos, a liquidação individual deve ser realizada mediante proposição de ações de conhecimento individuais, sujeitas à distribuição sem prevenção.
14. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA MULTA.** É legal a destinação de valores de multa aplicada em ação civil pública ou execução de termo de ajuste de conduta a entidade sem fins lucrativos cuja aplicação dos recursos será fiscalizada pelo ministério público do trabalho.
15. **MULTAS IMPOSTAS JUDICIALMENTE. REVERSÃO A ENTIDADES DE UTILIDADE PÚBLICA. I** – Recomenda-se aos Magistrados que todas as multas impostas por decisão judicial da Justiça do Trabalho sejam revertidas a entidades de utilidade pública do Paraná que estejam cadastrados junto a Comissão de Responsabilidade Social do TRT da 9ª Região. **II** – Somente serão cadastradas na Comissão de Responsabilidade Social do TRT da 9ª Região as entidades que sejam regularmente declaradas de utilidade pública e que não estejam inseridas como devedoras no BNDT. **III** – Caberá a(o) Presidente(a) da Comissão de Responsabilidade Social deferir requerimento da entidade de utilidade pública que postule inserção na relação de entidades aptas a receber valores de multas cobradas pela Justiça do Trabalho do Paraná. O requerimento deverá estar acompanhado do ato que

reconheceu ao requerente a condição de utilidade pública e a certidão negativa ou positiva com efeitos negativos do BNDT.

- 16. FIDELIS - DELIMITAÇÃO DE PONTOS FÁTICOS CONTROVERTIDOS. PROCEDIMENTO OBRIGATÓRIO.** O Juiz que utilizar o sistema de gravação audiovisual de depoimentos - Fidelis, ouvidas as partes, deverá fixar os pontos fáticos controvertidos que demandam a produção de prova oral.
- 17. FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO NO SITE.** Deverá ser disponibilizada para utilização pelos advogados a ferramenta de atualização de cálculos trabalhistas (e.g. SAT) no site do TRT para utilização e acesso remoto.



### EIXO III – PJE/JT E GESTÃO INSTITUCIONAL

- 18. CORREIÇÃO. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. JUÍZES TITULAR E AUXILIAR. I** - A distribuição de autos para cada unidade, e entre os juízes que a compõe, deve ser realizada em estrita observância ao art. 5º, do Provimento Geral da Corregedoria do TRT da 9ª Região; **II** - A distribuição de processos de execução entre juízes titular e auxiliar deve ser equânime, observando o mesmo mecanismo de distribuição acima mencionado; **III** - A Correição ordinária de cada unidade deve avaliar, além do desempenho total da unidade judiciária, também as atuações individuais dos juízes titular e auxiliar em conformidade com a distribuição dos autos na forma acima; **IV** - Não há óbice a que juízes titular e auxiliar estabeleçam por vontade comum critério de distribuição diverso do fixado no Provimento Geral.
- 19. DIÁRIAS. JUIZ SUBSTITUTO VOLANTE.** São devidas diárias ao juiz substituto volante toda vez que for designado para atuar em localidade diversa de seu domicílio.
- 20. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DE ATIVIDADES DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** O TRT deverá estabelecer políticas de comunicação e prover seu setor de comunicação com a finalidade de munir continuamente a imprensa do Estado com notícias sobre as decisões proferidas por seus magistrados e órgãos de primeiro e segundo graus, como forma de aperfeiçoar sua comunicação com a sociedade.
- 21. JUIZ DIRETOR DO FÓRUM. NOMEAÇÃO. GRATIFICAÇÃO.** O juiz diretor do fórum será sequencialmente nomeado de acordo com a antiguidade, em sistema de rodízio, entre os juízes titulares de varas do trabalho e receberá uma gratificação durante o seu mandato.
- 22. JUIZ AUXILIAR FIXO. DESIGNAÇÃO POR QUANTITATIVO DE PROCESSOS.** É obrigatória a existência de um juiz auxiliar fixo por unidade judiciária com distribuição superior a 1000 processos por ano. De forma a atender a situações emergenciais, e em razão da necessidade de juízes disponíveis para tanto a Corregedoria deve estabelecer quais varas ficarão sujeitas à possibilidade de convocação do juiz auxiliar fixo para atendimentos em situações de emergência em unidades de maior movimento.
- 23. ASSISTENTE DE GABINETE DE JUIZ. REMOÇÃO DO JUIZ. POSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO.** O TRT assegurará aos juízes titulares de varas do trabalho e aos juízes do trabalho substitutos, em caso de remoção ou promoção, observados os demais requisitos legais, a possibilidade de remoção voluntária de seus assistentes de gabinetes nas unidades de origem para acompanhá-los no exercício da mesma função nas unidades de destino.
- 24. QUADRO DAS VARAS DO TRABALHO E DOS GABINETES.** A composição de servidores e funções de confiança previstos na Resolução nº 63, do CSJT, estabelece quantitativos MÍNIMOS de servidores e funções por vara de primeiro grau e gabinete de segundo grau, nada obstando, em havendo quantidade de servidores e disponibilidade orçamentária, o aumento de número de servidores na unidade ou até mesmo das funções destinadas às varas e gabinetes, de forma proporcional.
- 25. FUNÇÕES DE CONFIANÇA. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS.** Devem ser realizados estudos, levantamentos e revisão da distribuição de

funções entre os servidores do Tribunal, de forma a privilegiar a destinação de funções de confiança e cargos comissionados às atividades judiciárias que são a finalidade precípua do Poder Judiciário.

26. **PJE – DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL AO NÚMERO DE JUÍZES – CRITÉRIO IMPRODUTIVO.** O comitê gestor regional do PJE pode encaminhar proposta ao comitê gestor nacional do PJE para que a distribuição dos processos eletrônicos se faça pelo critério do número de varas e não do número de juízes em cada vara.
27. **PJE. COMPATIBILIDADE COM FIDELIS. ARQUIVOS EM ÁUDIO, IMAGEM, ÁUDIO E VIDEO. HIPERLINKS.** O PJE e o FIDELIS podem ser atualizados para que seja possibilitada a gravação de audiências. Podem ser carregados ao PJE arquivos de áudio, imagem, vídeo, áudio e vídeo e hiperlinks. Essa funcionalidade pode ser solicitada ao comitê gestor do PJE quando da instalação no Paraná.
28. **PJE. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS PELA INTERNET.** Deve ser implementado, ou sugerido para desenvolvimento através do PJE, mecanismo que permita a expedição de certidões negativas para as partes interessadas mediante acesso ao site do Tribunal.
29. **PJE. APRESENTAÇÃO DA DEFESA ESCRITA E DOCUMENTOS ATÉ O MOMENTO DA AUDIÊNCIA OU DEFESA ORAL.** Os advogados devidamente credenciados deverão encaminhar eletronicamente as contestações e documentos, até a realização da audiência, sem prescindir de sua presença àquele ato processual. Fica facultada a apresentação de defesa oral, pelo tempo de até 20 minutos, conforme o disposto no art. 847 da CLT. Trata-se do art. 22 da Resolução 94/2012 do CSJT.
30. **PJE. ATOS PROCESSUAIS DE OFICIAIS DE JUSTIÇA. CERTIDÃO CIRCUNSTANCIADA. DISPENSA DE CONTRA FÉ ASSINADA PELO DESTINATÁRIO.** A comprovação da entrega de expedientes por oficiais de justiça será feita por certidão circunstanciada acerca do cumprimento da diligência, dispensando-se a juntada aos autos de contrafé digitalizada e subscrita pelos destinatários. Trata-se do art. 23 da Resolução 94/2012 do CSJT.

## ANEXO IV

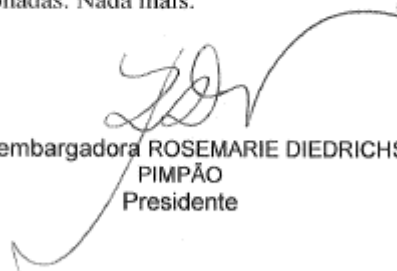
# ATA DE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE CASCAVEL DA ESCOLA JUDICIAL

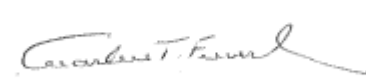



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

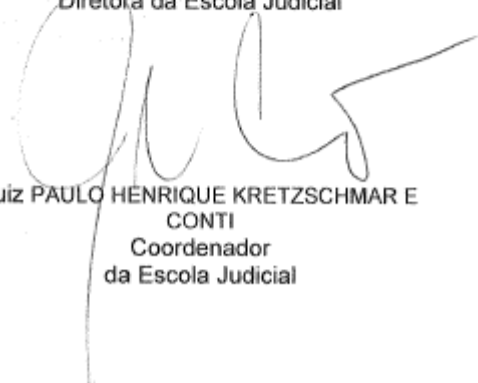
## ATA DE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE CASCAVEL DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às onze horas, no Fórum Trabalhista de Cascavel sito à Rua Galibis Avenida Pedro Soccol, número 328, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, com a presença da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; da Diretora da Escola Judicial, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho Marlene T. Fuverki Suguimatsu; do Coordenador da Escola Judicial, Juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, do representante da Diretora do Fórum Trabalhista de Cascavel e Coordenador do Núcleo Regional que ora se instala, Juiz do Trabalho Daniel Rodney Weidman; com a presença, ainda, de outras autoridades, servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região e convidados, foi realizada a solenidade de instalação do Núcleo Regional de Cascavel da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho. Constante do ato de instalação houve o registro de ser esta a primeira iniciativa de institucionalizar a interiorização, no modelo de Núcleos Regionais, da Escola Judicial. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelas autoridades a seguir relacionadas. Nada mais.

  
Desembargadora ROSEMARIE DIEDRICHS  
PIMPÃO  
Presidente

  
Desembargadora MARLENE T. FUVERKI  
SUGUIMATU  
Diretora da Escola Judicial

  
Juiz DANIEL RODNEY WEIDMAN  
Coordenador do Núcleo  
Regional de Cascavel da Escola Judicial

  
Juiz PAULO HENRIQUE KRETZSCHMAR E  
CONTI  
Coordenador  
da Escola Judicial

## ANEXO V

# TERMO DE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA DA ESCOLA JUDICIAL





TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

### TERMO DE INSTALAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às dezessete horas, no Fórum Trabalhista de Londrina sito à Avenida do Café, número 600, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, com a presença do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, Desembargador Altino Pedrozo dos Santos; do Coordenador da Escola Judicial, Juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti, do Diretor do Fórum Trabalhista de Londrina, Juiz do Trabalho Reginaldo Melhado e do Coordenador do Núcleo Regional que ora se instala, Juiz Manoel Vinicius de Oliveira Branco; com a presença, ainda, de outras autoridades, magistrados, servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região e convidados, foi realizada a instalação do Núcleo Regional de Londrina da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho, durante solenidade que marca o 50º aniversário da Justiça do Trabalho em Londrina. O Núcleo Regional da Escola Judicial é instalado conforme previsto na Resolução Administrativa 136/2012 do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região. E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelas autoridades a seguir relacionadas. Nada mais.

  
Desembargador ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
Vice-Presidente TRT-PR

  
Juiz PAULO HENRIQUE KRETZSCHMAR E CONTI  
Coordenador da Escola Judicial

  
Juiz MANOEL VINICIUS DE OLIVEIRA BRANCO  
Coordenador do Núcleo Regional de Londrina da Escola Judicial

  
Juiz REGINALDO MELHADO  
Diretor do Fórum Trabalhista de Londrina